PREFEITURA
OURO PRETO
PATRIMÔNIO CIDADÃO

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CHAFARIZ DE DOM RODRIGO

SÃO BARTOLOMEU - OURO PRETO, MG



Mosaico de fotos
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto

MARÇO / 2007

VOLUME 01/01

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO 3

2. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO 4
2.1 O COMEÇO 4
2.1 MINERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO 6
2.3 FORMAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E RELIGIOSA 10
2.4 UM SÉCULO DE OURO: BATALHAS, SEDIÇÕES E CONSPIRAÇÕES 13
2.5 FAUSTO ARTÍSTICO , ARQUITETÔNICO E CULTURAL 16
2.6 JACUBAS E MOCOTÓS 23
2.7 O OITOCENTOS: IMPÉRIO E VIDA SOCIAL 25
2.8 O SÉCULO XX 31
2.9 NOMES DE VULTO E TIPOS POPULARES 38
2.10 DISTRITOS 45
2.11 CRONOLOGIA 58
2.12 DADOS GERAIS 59
2.13 DESCRIÇÃO FÍSICA GERAL DO MUNICÍPIO 61

3. HISTÓRICO DO BEM CULTURAL 63
3.1 APRESENTAÇÃO 63
3.2 OURO PRETO: CONTEXTO HISTÓRICO 64
3.3 CACHOEIRA DO CAMPO: CONTESTO HISTÓRICO 66
3.4 SÃO BARTOLOMEU: CONTEXTO HISTÓRICO 67
3.5 DOM RODRIGO DE MENESES: UM ESTADISTA DE VISÃO 69
3.6 O CHAFARIZ DE DOM RODRIGO DE MENESES E SUA ESTRADA 70
3.7 RELATOS DE VIAJANTES ILUSTRES 73

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM CULTURAL 78

5. JUSTIFICATIVA DE TOMBAMENTO 79

6. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO 80

7. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ENTORNO DO BEM TOMBADO 82

8. DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO 84

9. DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA E FOTOGRÁFICA 85
9.1 CARTOGRAFIA 85
9.2 FOTOGRAFIAS 91

10. FICHA DE INVENTÁRIO DO BEM TOMBADO 96

11. LAUDO TÉCNICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 101

12. REFERÊNCIA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA 105
12.1 ARQUIVOS CONSULTADOS 105
12.2 LIVROS E TRABALHOS 105
12.3 ARTIGOS 107
12.4 DICIONÁRIOS 107

13. FICHA TÉCNICA 108

14. CÓPIA DA ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL APROVANDO O TOMBAMENTO PROVISÓRIO DO CHAFARIZ DOM RODRIGO 111

15. PARECER SOBRE O TOMBAMENTO ELABORADO POR PROFISSIONAL HABILITADO 116

16. PARECER SOBRE O TOMBAMENTO ELABORADO POR CONSELHEIRO INTEGRANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL 119

17. NOTIFICAÇÃO AO PROPRIETÁRIO DO BEM CULTURAL E ANUÊNCIA DO PROPRIETÁRIO 121

18. CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL APROVANDO O TOMBAMENTO DEFINITIVO 124

19. CÓPIA DO EXECUTIVO TOMBANDO O CHAFARIZ DOM RODRIGO 127

20. CÓPIA DA INSCRIÇÃO DO BEM CULTURAL NO LIVRO DE TOMBO MUNICIPAL 129

21. CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO ATO DE TOMBAMENTO 134

1. INTRODUÇÃO

O dossiê de tombamento do Chafariz Dom Rodrigo Jozé de Manezes, está inserido nas atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura de Ouro Preto, MG, voltadas para proteção do patrimônio cultural do Município de Ouro Preto.

O tombamento do Chafariz de Dom Rodrigo, situado na estrada homônima que atravessa a Serra de Ouro Preto, numa área inclusa na Unidade de Conservação APA Cachoeira das Andorinhas, vem dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Secretaria de Meio Ambiente na implementação de Políticas federais e estaduais de Preservação do Patrimônio Natural, havendo neste momento, a necessidade da proteção patrimonial de um bem integrado a um ambiente natural agenciado por intervenções humanas, aceitando o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto, a solicitação da Prefeitura Municipal pelo tombamento do bem e apresentado à comunidade para aprovação. O Decreto de tombamento do Chafariz de Dom Rodrigo foi homologado no dia 16 de março de 2007.

A partir da confecção do dossiê, obteve-se um conjunto de informações coletadas na pesquisa histórica, com os dados cadastrais e cartográficos, sendo então possível contextualizar o bem sócio-cultural e economicamente, fundamentando o seu tombamento. O dossiê também traz a proposta de Delimitação do Perímetro de Tombamento e de Delimitação do Perímetro de Entorno da Área Tombada, além de Diretrizes para as duas áreas – tombada e de entorno.

2. APRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

2.1 O COMEÇO

Quase tudo o que se conta sobre o descobrimento de ouro nos vales do Ouro Preto se originou na versão dada por Bento Fernandes Furtado, filho do Coronel Salvador Fernandes Furtado, que era um paulista dos que primeiro singraram a região. Seguiram os escritos de Bento Fernandes: Pedro Tacques, Silva Ponte, Cláudio Manuel da Costa, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e, mais recentemente, Diogo de Vasconcelos. Por exemplo, no seu Fundamento Histórico do poema Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa (destacado Inconfidente de 1789) assim descreve nossos primórdios:

> Ouro Preto que compreende em si vários ribeiros e morros com diferentes denominações, como são Passa Dez, Bom Sucesso, Ouro Fino, ou Bueno etc., teve por descobridores, nos mesmos anos de 1699, 1700 e 1701, a Antônio Dias, natural de Taubaté, ao Padre João de Faria Fialho, que viera por capelão das tropas de Taubaté e Tomás Lopes de Camargo, que se situou nas lavras, que, ao depois, vieram a ser de Pascoal da Silva e Francisco Bueno da Silva, ambos paulistas[1], e, este último, primo do primeiro descobridor de Ituverava, Bartolomeu Bueno, de todos estes tomaram nome alguns bairros de Vila Rica.[2]

Baseado neste tipo de descrição provinda do século XVIII, mais próxima dos fatos originais, escreveu Diogo de Vasconcelos, alterando alguns dados, uma versão mais completa. São de 1901 estas linhas:

Conhecido portando o caminho, Antônio Dias entrou por onde os antigos aventureiros haviam saído. Da Serra da Borda, avistando a Itatiaia, veio em direitura ao Rodeio e, transpondo ai a Serra do Pires, alcançou o ribeirão chamado hoje de Cachoeira, de onde subiu para o Campo Grande. Foi esta a jornada decisiva, a memorável vigília da História.

> No dia seguinte, alvorecendo, sexta-feira, 24 de junho de 1698, os bandeirantes ergueram-se e deram mais alguns passos: todo o panorama estupendo do Tripuí, iluminado então pela aurora, rasgou-se dali aos olhos ávidos: e o Itacolomi, soberano da cordilheira, estampou-se nítido e firme no cerúleo do céu, que a luz reclamava de púrpura e ouro, de anil e rosas. Tomando o santo do dia, São João Batista foi o patrono da nova terra, voz clamanti sin deserto[3];e essa voz, ressoando nos ecos da solidão, despertou a natureza ouvindo a saudação do anjo: Ave Maria! Foi essa a madrugada em que realmente se fixou a era cristã das Minas Gerais. Estava descoberto o Ouro Preto.[4]

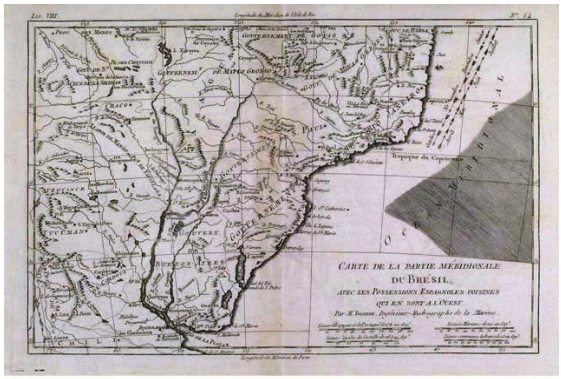
---

[1] Errou Cláudio Manuel da Costa: Pascoal da Silva, o famoso Mestre-de-Campo líder da Revolta de 1720, era português de nascimento.
[2] JÚNIOR, Augusto de Lima. *Vila Rica do Ouro Preto*, pp. 49 e 50.
[3] Alusão às palavras proféticas sobre João Baptista: *a voz que clama do deserto*.
[4] VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*, p.134.

Esta narrativa, um tanto poética, com floreios literários e exacerbos descritivos, foi bastante contestada. Augusto de Lima Júnior, por exemplo, negando a concomitância das bandeiras de Antônio Dias e João de Faria Fialho, apontou outros possíveis descobridores, como o aventureiro Manuel Garcia. Para Lima Júnior coube a Antônio Dias a descoberta de ouro somente no bairro que hoje leva seu nome. De toda forma, há muito que se reconhece a bandeira de Antônio Dias como a precursora e a data - 24 de junho de 1698 - como a data fundadora dos primeiros arraiais dos morros e vales que comporiam Vila Rica.

Para essa versão oficial, lapidada desde os tempos de Diogo de Vasconcelos, a Bandeira de Antônio Dias seria uma expedição - dentre outras - que percorreram o território mineiro em busca do Pico do Itacolomi. Segundo boato corrente, aos pés do pico - estranha formação rochosa servida de baliza para os primeiros desbravadores[5] - um mulato de Taubaté havia, algum tempo antes, encontrado ouro de excelente qualidade. Uma vez noticiada a descoberta, várias expedições partiram à procura do local onde haviam sido encontradas aquelas pepitas que, pelo negrume da cor e teor único, chamaram muita atenção. Antônio Dias obteve sucesso nessa empreitada, 'redescobrindo' o Ouro Preto em 1698.

Em pouco tempo os vales e morros da região se povoaram de levas de aventureiros de todas as partes da colônia e do reino. Vários arraiais mineradores salpicaram os morros e as margens dos ribeiros. A desorganização fazia da paisagem um emaranhado de gentes, casebres e lavras. A Ouro Preto desta época foi descrita pelo sacerdote jesuíta João Antônio Andreoni (cognominado Antonil) em obra publicada em 1711. No seu Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas, este jesuíta florentino descreve o lugar como um imenso acampamento que medonhamente comportava cerca de 30.000 almas!



Mapa do interior do Brasil do Séc. XVIII

Figura 2.1- Mapa d o interior do Brasil do Séc. XVIII
Fonte: Acervo digital da AMIC

[5] Ao que tudo indica, do tupi: "a pedra (mãe) e o menino".



Mapa de Vila Rica, fins do Séc. XVIII

Figura 2.2- Mapa de Vila Rica, fins do Séc. XVIII
Fonte: Acervo digital da AMIC

2.2 MINERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Um antigo relatório assim descreve a exploração aurífera na Serra do Ouro Preto, em 1740:

> É esse morro muito alto, tem dado e dará muito ouro e há neste sitio várias paragens de moradores, como o de Ouro Fino, o Ouro Podre, o Soca e Quebra, o Alto do Baiacu, o Jacutinga e o Córrego Seco. Todas essas paragens nomeadas, o foram a custa de muita força de ouro. É este morro muito alto, formado de uma só pedra chamada de tapanhuacanga, tem em si bastante mato carrasquento miúdo e, muito por acaso, alguma árvore, que se acha de pouco préstimo por ser a sua criação natal, pedra. Esta, ordinariamente é vermelha, do feitio da terra congelada e de pouca dureza; essa altura de seis até vinte e cinco palmos tem ou segue natureza diferente. Principiamos a fazer buracos; rompida a pedra acha-se barro muito vermelho e neste, às vezes, achamos faísca de ouro a que se chama "ouro de serrapilheira", mais abaixo do barro, acha-se caco muito duro e logo jacutinga, que é areia preta fina, e, entre esta, costuma algumas ordens de cacos também duros. Rompendo mais abaixo, dá-se em piçarra azul, muito magra (...) a formação de ouro corre por debaixo desta pedra (...).[6]

Na verdade as técnicas e os locais de exploração variavam muito: indo desde os vales, nas beiras dos ribeiros, até os altos de serra através de profundas minas. O certo é que a quantidade de ouro produzida foi formidável, ascendendo a várias toneladas. O ouro, aparentemente inesgotável, deu novo fôlego à economia do império português: em pleno declínio luso o 'eldorado mineiro' era um alento para os cofres do reino endividado.

[6] JÚNIOR, Augusto de Lima. *Vila Rica do Ouro Preto*, pp.35 e 36.

Crescidos os arraiais, finda a confusão inicial pela presença gradativa de representantes da Coroa Portuguesa, se houve por bem, então, criar uma nova capitania com autonomia administrativa (mas que compartilharia o mesmo governador de São Paulo). As terras designadas como Rio das Velhas, Rio das Mortes, Ribeirão do Carmo e Minas Gerais do Ouro Preto, passaram a compor a nova capitania oficializada em 1709.

Em 1711 o governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, erigiu nossas primeiras vilas. Naquele ano, no dia 8 de julho, foi oficialmente criada a Vila Rica de Albuquerque. Na mesma data foi constituída a primeira Câmara Municipal, eleita conforme as ordenações do reino português. Os primeiros camaristas foram: Coronel José Gomes de Melo, Fernando da Fonseca Sá, Manuel de Figueiredo Macedo, Félix de Gusmão Mendonça Bueno, Antônio de Faria Pimentel e Manuel de Almeida Costa. Posteriormente o adjunto toponímico "Albuquerque" (uma homenagem ao governador de então) não foi aceito pelo rei de Portugal: "a ilustre Vila Rica caminhou para a História com sua definição própria, significativa e gloriosa",[7] conforme salientou Augusto de Lima Júnior.

Naquele momento os ânimos ainda estavam turbulentos: a corrida aurífera causava, via de regra, exaltações e sediciosos não faltavam: o clima de montins dominava os ares. Foi especialmente por esta razão que o próprio Antônio de Albuquerque instalou sua capital na vizinha Vila de Ribeirão do Carmo (hoje cidade de Mariana). Posteriormente, com o abrandamento da situação, Vila Rica passou a ser a capital oficial da Capitania das Minas, desmembrada oficialmente da de São Paulo em 1720.

Agora, mais especificamente, como se deu o crescimento urbano da Vila Rica? Como os morros e os vales se aglutinaram e contribuíram para a formação da urbe?

O primeiro foco de interesse - e o que mais óbvio nos parece - diz respeito, justamente, à ocupação dos morros e encostas. Aportados aqui os primeiros exploradores a ocupação deu-se de duas formas: nas margens dos ribeiros, onde o ouro abundava, e nos morros que circundam a cidade, repletos de minas e sarilhos. Nos primeiros tempos tomaram vulto os arraiais que ocuparam as íngremes encostas. Dominados por pequenas e pitorescas capelas e por extensas áreas mineradoras, estes arraiais fizeram o fausto de vários aventureiros, alguns erigidos em verdadeiros potentados locais (neste pormenor destaca-se Pascoal da Silva Guimarães, dono das minas do Ouro Podre, incendiadas a mando do

[7] JÚNIOR, Augusto de Lima. *Vila Rica do Ouro Preto*, p.74.

Conde de Assumar em 1720). Estes vários núcleos, de ocupação muito antiga[8], teriam logo seu brilho ofuscado por outros, nascidos às margens dos ribeiros, nos fundos dos vales que sulcam a cidade.

Dois arraiais se distinguiram fora das montanhas: o Arraial de Nossa Senhora do Pilar e o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.[9] Suas duas capelas, situadas nas proximidades de córregos auríferos, tiveram atuação preponderante na evolução urbana do núcleo maior que então se desenhava. Tanto isto é veraz que em 1711, com a criação da Vila Rica, os dois núcleos foram eixo de discussão, e em 1724, com a instituição das primeiras freguesias colativas das Minas Gerais, Pilar e Antônio Dias tiveram seus templos elevados à categoria de igrejas paroquiais.

Somente mesmo a febre aurífera para erguer uma cidade em terreno tão austero para com a presença humana. Somente o ouro engendraria formas para, conforme imposições locais, driblar as barreiras da natureza e fazer nascer a Vila Rica!

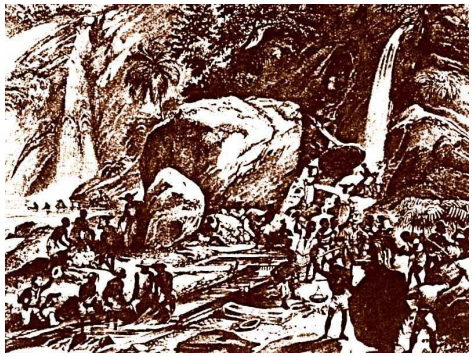


Figura 2.3-Imagem de Lavra de mineração
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.1- Detalhe de uma bateia
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Figura 2.4-Cena de ocupações domésticas
Autoria: Moritz Rugendas/ Séc. XIX
Fonte: www.cidadeshistóricas.art.br



Figura 2.5 - Paisagem urbana de Vila Rica
Autoria: Moritz Rugendas
Fonte: MORAES, 2001:69

[8] O provável primeiro núcleo, desenvolvido ao redor da capela de São João, teve origens por volta de 1698.
[9] Não se deve esquecer a presença do Arraial do Padre Faria, sito no fundo de um vale, no caminho antigo para Mariana. Porém, nada se compara ao papel preponderante dos dois núcleos citados no texto.



Figura 2.6- Pintura do conjunto urbano de Vila Rica
Fonte: www.idasbrasil.com.br



Figura 2.7- Pintura do conjunto urbano de Vila Rica
Fonte: Acervo digital da AMIC

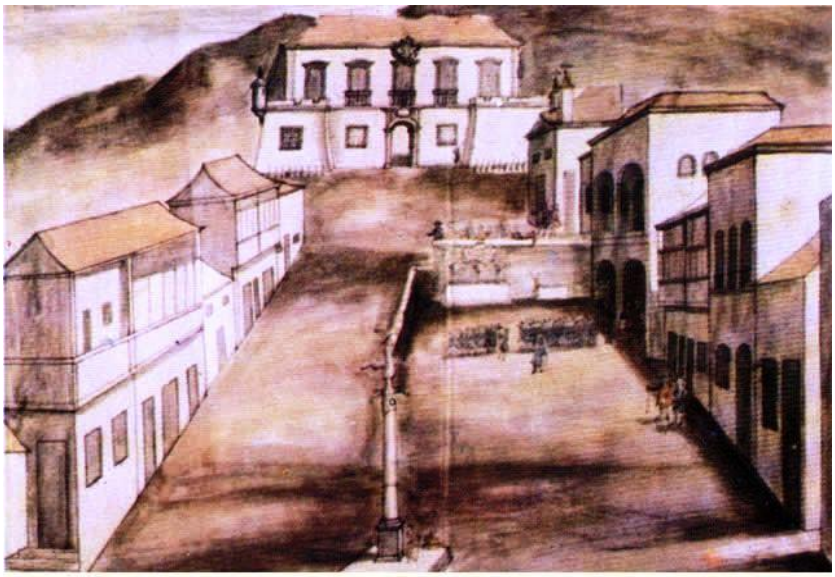


Figura 2.8- Vista do conjunto arquitetônico da Praça Tiradentes(Séc. XVIII)
Fonte: Acervo digital da AMIC

2.3 FORMAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E RELIGIOSA

A indústria da mineração necessitava de todo um "entorno" econômico, razão pela qual nem todos se dedicavam diretamente às lavras. De acordo com vários pesquisadores da nossa história, foi notória uma fome que assolou as Minas nos anos de 1700 e 1701: preocupados com a bateia, muitos se descuidaram do arado e alguns, literalmente, morreram de fome. Ainda hoje, no distrito de Rodrigo Silva, existe um lugar chamado de Campo da Caveira, termo advindo, segundo alguns, de esqueletos dos miseráveis garimpeiros que tentaram, desesperadamente, abandonar as lavras em busca de alimento. Verdade ou ficção, o certo é que vários arraiais que circundavam Vila Rica (e que hoje constituem distritos) se dedicaram especialmente à agricultura e ao comércio, se destacando entre estes, Cachoeira do Campo e Amarantina (antigo São Gonçalo do Amarante). O comércio de produtos agrícolas ou de utensílios auxiliares fazia a diversidade da vida econômica da Vila. Alguns comerciantes e agricultores enriqueceram, constituindo cabedal portentoso e admirável. Portanto, nem só das minas, Minas vivia...

A heterogeneidade das atividades econômicas tinha paralelo no diversificado mundo social que, aos poucos, foi se constituindo nas Minas e, conseqüentemente, em Ouro Preto.

Ao lado dos mineradores, a sociedade ouropretana possuía um número expressivo de burocratas (lusos ou nativos). Estes funcionários, todos ligados à Coroa Portuguesa, atuavam no que tangia à administração da capitania ou, localmente, estavam ao derredor de assuntos que diziam respeito à Vila e seu Termo. Havia também um grande número de clérigos constituindo uma espécie de "burocracia eclesiástica". Em número expressivamente maior que os religiosos, porém, estavam os militares, cujas patentes se multiplicavam sobremaneira.

Havia, fora do poder público e religioso, uma grande quantidade de artistas e artífices (que durante todo século XVIII e parte do XIX iriam dar feição às nossas igrejas barrocas e às requintadas construções laicas), pedreiros, carpinteiros, ferreiros, mercadores, tropeiros, ourives, boticários, quitandeiras, "mulheres erradas", escravos, salteadores, vadios, aventureiros, mendigos etc.

No que diz respeito à formação étnica é notória a quantidade de mestiços (chamados de "pardos"). Este grupo pardo, fruto em grande parte do concubinato não oficial com negras e

mulatas (cativas ou forras), influenciaram grandemente a trajetória de Vila Rica e de todas as Gerais. Braço expressivo de uma geração nativa, os veremos atuar em todas as áreas, desde a mineração até as artes mais elaboradas.

Um potencializador importantíssimo de aglomeração social serão as irmandades que, desde o princípio, extrapolaram os motivos fundamentalmente religiosos. Para entender as irmandades de Ouro Preto, basta entender como eram as irmandades mineiras e como se organizaram.

Como forma de organização religiosa, manifesta na sociedade colonial como meio de congregação e, ao mesmo tempo, segregação social, as irmandades leigas proliferaram nas Minas Gerais. Eram um tudo na vida religiosa. No social eram muita coisa: espaço de convívio entre os pares, fator de coerção social, forma de agremiação política e econômica etc. Eram espécies de associações de pares, para inserção social. Perpassavam a vida e a morte dos seus irmãos, que tinham suas campas ou covas em espaço comum. Espaço comum que compartilhavam em vida.

Com a coibição da instalação de ordens religiosas regulares nas Minas, as irmandades mineiras tomaram feição muito peculiar. Além de formas de organização social, já citadas, as irmandades inçaram o solo mineiro de igrejas e capelas, cujas feições características, adaptadas ao meio (a princípio inóspito), deram um ar de originalidade à arte e arquitetura vindos da Europa e das cidades litorâneas. Ainda é possível encontrar exemplares das primeiras capelinhas rústicas, feitas em geral nos montes ou colinas de onde se podia observar e ser mais facilmente observadas pelos primeiros incursionistas que se guiavam por caminhos ainda não tão bem delimitados. Eram pontos de referência. Exemplo disto é a pequena capela de Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, nos arredores do atual distrito de Rodrigo Silva: a silhueta da velha capela, com as cruzes do seu cemitério, espanta o caminhante, solta como está na vastidão dos campos. Ao seu redor somente ruínas do que foi um dia o antigo povoado da Boa Vista. Muitas capelas deste gênero, construídas nos primórdios de Minas, quando as incertezas dos desbravadores eram muitas, foram cedendo lugar desde cedo a belas Igrejas Matrizes, cujos oragos geralmente herdavam das ermidas, suas antecessoras.

No interior destas igrejas coabitavam altares dedicados a outras invocações, que não a principal do altar-mor, erigidos por outras irmandades, e os irmãos - que podiam fazer parte

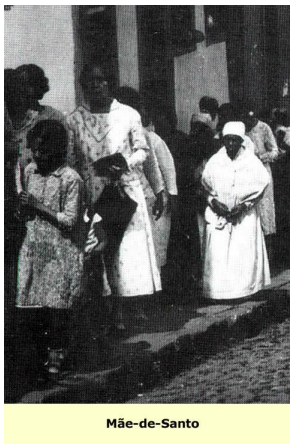
das outras irmandades locais ou irmandades de outras freguesias - também utilizavam o mesmo espaço comum. Às vezes desavenças havia que culminavam com o pretexto de irmandades construírem capelas próprias para si. Casos como estes se multiplicavam.

As origens da irmandade e da capelinha, pode-se dizer, eram quase sempre concomitantes. Ou, como também pode ter acontecido, a irmandade se organizava pouco depois da ereção da capela. Todavia sempre esteve presente na construção do templo definitivo. Como quase tudo o que envolve os primórdios, os documentos também escasseiam nestes primeiros tempos e poucos dados temos da fundação destas primeiras irmandades. O certo é que precederam a instalação do aparelho burocrático e militar da capitania.



Foto 2.2- Inauguração da estátua de Tiradentes
Fonte:Acervo IFAC
Data: 21 de abril de 1894





Fotos 2.3 e 2.4- Procissão em festividade religiosa(séc. XX); população com alta porcentagem de pardos e negros
Fonte:Acervo IFAC



Foto 2.5- Praça Tiradentes; Procissão dos Passos (29 de março de1931)
Fonte:Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto

2.4 UM SÉCULO DE OURO: BATALHAS, SEDIÇÕES E CONSPIRAÇÕES

O século XVIII foi, sem dúvida, o século áureo de Ouro Preto, a fase epopéica de sua formação e consolidação: vem desta centúria a maior parte das riquezas culturais, arquitetônicas e artísticas que projetariam a antiga Vila Rica para o mundo. Mas é correto dizer que o mesmo século XVIII foi também o mais violento e conturbado da história desta cidade. Marcam o setecentos (não só o setecentos vilarriquenho, mas o setecentos mineiro) três especiais momentos que, por causa mesmo da turbulência, constituem instantes privilegiados de ruptura. São eles: a Guerra dos Emboabas, a Sedição de Filipe dos Santos (também chamada de Revolta de Vila Rica ou Revolta de 1720) e a Inconfidência Mineira (por vezes chamada de Conjuração Mineira). Analisemos sucintamente cada uma.

Alegadamente os bandeirantes paulistas foram os descobridores das primeiras minas de ouro. Natural que as notícias sobre a riqueza repentina advinda da exploração do mineral espalharam-se pelo Brasil e Portugal. Levas de imigrantes principiaram a chegar não só de São Paulo, guiados pelos antigos caminhos bandeirantes, mas de toda a colônia e reino. Os forasteiros, especialmente os portugueses, não eram vistos com bons olhos pelos paulistas. Estes, como descobridores das minas, julgavam-se usurpados do seu direito de exploração (que queriam fosse exclusivo).

O imaginário nacional idealizou a figura dos bandeirantes paulistas como intrépidos homens, bem vestidos, protegidos e armados. Mas isto não passa de idealização. Andavam nossos bandeirantes em geral descalços, com uma espécie de bermuda. Muitas vezes descamisados. Entre as armas, o arco e flecha indígena. A língua era uma mistura de tupi com português. E foram estas diferenças, irredutíveis em si, que deram origem aos atritos. Os paulistas começaram a chamar os portugueses de emboabas, palavra indígena que significa “pinto calçudo”, uma alusão ao fato, estranho aos paulistas, dos portugueses usarem calças e botas!

Os primeiros atritos tiveram origem no Caeté, envolvendo o poderoso português Manuel Nunes Viana, que logo viria a se tornar o líder emboaba. Tanto paulistas, quanto emboabas, reivindicavam o direito de exploração. Não tardou muito e o conflito deu origem às escaramuças armadas que a historiografia consagrou como Guerra dos Emboabas. Corria o ano de 1708.

Do Caeté, cada vez mais acuados, os paulistas vieram se refugiar no Arraial de Cachoeira do Campo (município de Ouro Preto). Em Cachoeira prepararam-se para a grande batalha, fortificaram o arraial, cavaram trincheiras (que ainda podem ser vistas em algumas partes). Vindos pelo vale do Amarante (hoje distrito de Amarantina), seguindo o Rio Maracujá, os portugueses enfrentaram os paulistas numa batalha encarniçada, batizada por Diogo de Vasconcelos como Batalha da Cachoeira. Três dias depois os Emboabas expulsaram os paulistas do arraial. Os atritos entre paulistas e forasteiros marcam decisivamente o período inicial de exploração aurífera, assinalam essencialmente uma época em que o aparelho governamental português ainda não se fazia sentir nas Minas recém descobertas. Ouro Preto nesta época era um amontoado de arraiais, compostos por choupanas pobres, sem nenhuma infraestrutura urbana.

Nos primeiros anos da ocupação do território mineiro foram muitas as revoltas contra o aparelho burocrático e tributário que a metrópole portuguesa estava instalando. Entre as revoltas de caráter fiscal se destaca aquela conhecida como Sedição de Filipe dos Santos.

Em 1720, o governo português propôs a instalação de casas de fundição em Minas, onde todo o ouro descoberto seria recolhido para que 20% dele fosse mandado para a Coroa em forma de impostos. Era o acirramento da política tributária sob a forma do malquisto quinto, que agora seria cobrado com mais eficiência. Isto gerou descontentamento geral entre os mineradores. Logo começaram as manifestações pelos arraiais da região. Filipe dos Santos, um dos líderes do movimento, foi preso no adro da Matriz de Cachoeira do Campo, enquanto agitava a população. Dali foi levado para Vila Rica onde foi enforcado e esquartejado, na presença do governador Conde de Assumar.

O outro líder da revolta, o português Pascoal da Silva, homem poderoso e influente, teve o agrupamento em torno de suas minas incendiado a mando do Conde. Naquela época suas possessões compunham o Morro do Ouro Podre. Algumas ruínas enegrecidas nos morros de Ouro Preto marcam atualmente o lugar do incêndio, sendo conhecidas hoje como Morro da Queimada.

O Conde de Assumar, após este episódio, sugeriu ao rei de Portugal a separação das Minas e São Paulo (que até então formavam uma só capitania). Era o nascimento oficial de Minas Gerais.

Em fins do século XVIII - quando o esgotamento das minas era evidente - começou a ser impossível o pagamento das cem arrobas mínimas de ouro anuais que eram devidas à Coroa Portuguesa, conforme se havia instituído anteriormente. A dívida aumentou de tal forma que o governo da metrópole, não acreditando que a exploração aurífera estava se esgotando, resolveu cobrar à força a quantia restante, sendo chamada esta iniciativa de Derrama. O constante atrito entre o povo e o governo, agravado por estas medidas, causou insatisfação geral. Em 1788, começou a se formar um movimento de conspiração que ficou conhecido como Inconfidência Mineira. Influenciado pelo trânsito internacional de idéias[10], o grupo era bastante heterogêneo: participaram do movimento eruditos, poetas, políticos, fazendeiros, mineradores, membros do clero e militares. Entre eles se destacaram: Tomás Antônio Gonzaga, José Álvares Maciel, Francisco de Paula Freire de Andrade, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa e Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes.

O movimento tinha como principal objetivo formar uma nação livre em Minas. Para tanto, era preciso arquitetar uma revolução e depor o governador. Tiradentes era o principal propagandista do levante - homem simples, pertencente ao Regimento Regular de Cavalaria de Minas. Porém, a revolução não aconteceu: Joaquim Silvério dos Reis, em 15 de março de 1789, denunciou o movimento ansioso em ter suas dívidas perdoadas. Todos integrantes foram presos e mandados ao Rio de Janeiro, onde três anos mais tarde seriam condenados a degredo perpétuo. Somente Tiradentes sofreu a pena máxima, sendo enforcado no dia 21 de abril de 1792. Seus quartos foram espalhados pelos caminhos de Minas e sua cabeça exposta na praça principal de Vila Rica. É certo que este movimento teve representantes e desdobramentos em várias regiões das Gerais, mas Vila Rica, capital e maior vila de então, foi foco central e ponto de convergência de todos conspiradores.

Pode-se ver que o século XVIII - o Século ‘de’ e ‘do’ Ouro - foi um século profundamente irrequieto: eram aqueles os últimos de anos do Brasil colônia. Este período conturbado, foi, contudo uma época de esplendorosa criatividade artística, um dos momentos mais inventivos da história brasileira, como veremos no próximo tópico.

[10] Os Inconfidentes Mineiros estavam influenciados, em grande medida, pelos ideais iluministas franceses, pelo humanismo italiano e pela então recente Revolução Americana de 1776, que culminou com a criação dos Estados Unidos da América. Consta nos arrolamentos do processo de julgamento dos Inconfidentes que vários livros com este teor contavam nas bibliotecas privadas dos mesmos.



Foto 2.6- Casa dos Inconfidentes (foto do século XX)
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.7- Casa dos Inconfidentes (2005)
Autoria: Raquel A. Ferreira

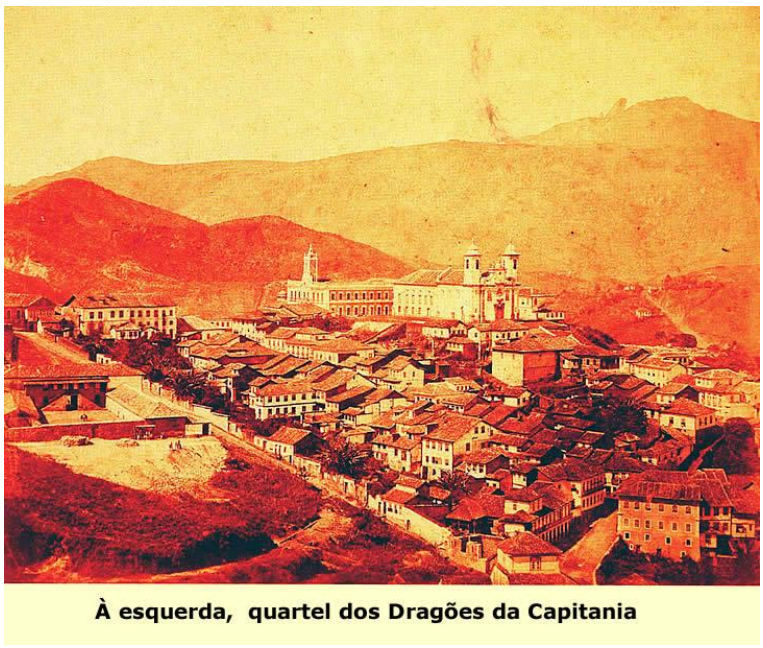


Foto 2.8- Vista do conjunto urbano de Ouro Preto, tendo à esquerda o antigo quartel dos Dragões da Capitania.(Cerca de 1870)
Fonte: Acervo IFAC

2.5 FAUSTO ARTÍSTICO, ARQUITETÔNICO E CULTURAL

Falar da história da arte e da arquitetura em Ouro Preto é como sintetizar a história da arte em Minas. É em Ouro Preto que o Barroco Mineiro pulsa com maior inventividade e nuances criativas. Este barroco - que começou em primitivas capelas espalhadas nos cimos e pés de morros e nos fundos de vales mineradores - teve como palco de primeira exuberância artística as duas matrizes que, mais tarde, marcariam a vida religiosa de Vila Rica. Poucos anos após o descobrimento das jazidas, as rudimentares capelas que serviam como matrizes foram postas abaixo, sendo iniciada a construção das grandiosas matrizes locais atuais (Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Pilar). Cada uma marcou, bem a seu modo, os focos principais dos bairros que em torno delas se originaram. Foi, por

exemplo, para a inauguração da Igreja Paroquial do Pilar, no bairro de Ouro Preto, que se realizou a procissão e os festejos do chamado Triunfo Eucarístico - que foi das mais pomposas festas barrocas ocorridas na América Portuguesa. Este Triunfo, ocorrido no ano de 1733, foi assentado por escrito por Simão Ferreira Machado. Os escritos de Simão, publicados pela mesma época, constituem hoje uma fonte valiosa de informação sobre a grandiosidade das celebrações de caráter barroco durante o setecentos brasileiro.

As diversas irmandades que concorreriam no todo das obras paroquiais são de fundamental importância para se entender a sociedade ouropretana do século XVIII, síntese que é de toda sociedade colonial mineira. Várias destas irmandades se encarregaram, posteriormente, da construção de novos templos, mais condizentes com a realidade dos confrades. A partir de meados do XVIII, ao lado das irmandades, começam também a tomar vulto as Ordens Terceiras. Em Ouro Preto tem destaque a Ordem Terceira de São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora do Carmo, ambas patrocinadoras de majestosos templos segundo o gosto rococó, vigente e moderno na época.

É nesse fervilhante ambiente cultural que encontramos explicação para a grande quantidade de capelas, passos e igrejas com os quais nos deparamos em Ouro Preto. Os principais templos são: do lado do Pilar - Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São José, Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja do Bom Jesus do Matosinhos, Igreja de São Francisco de Paula; do lado do Antônio Dias - Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria, Igreja de Santa Efigênia, Igreja de Nossa Senhora das Dores, Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, Igreja de São Francisco de Assis.

Não só as criações de caráter religioso marcam a trajetória da cidade. É bom que se destaquem também os monumentos de origens outras - governamentais ou particulares - como a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência), o Palácio dos Governadores (atual Museu da Ciência e da Técnica da UFOP), Casa dos Contos (antiga residência do contratador João Rodrigues de Macedo, atualmente abriga um Museu e o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro). Também chamam atenção, espalhados pela cidade, o expressivo número de chafarizes: alguns imponentes, outros singelos, todos a enfeitar as ruas, compondo uma paisagem única e marcante. Outro monumento digno de nota é a Casa da Ópera (mais antigo teatro em funcionamento ininterrupto das Américas), que, apesar da

arquitetura mirrada, merece palavra a parte pelo muito que nos revela sobre a vida cultural no setecentos e oitocentos.

Vem de longa data o gosto lusitano pelo teatro. Nas Minas Gerais, os mais antigos registros sobre atividades lúdicas datam de 1726, quando, em Vila Rica, se apresentaram comédias por ocasião do casamento dos príncipes portugueses. Em 1733, nos pomposos festejos do Triunfo Eucarístico, foi montado um tablado junto à nova Matriz do Pilar para encenação de três peças de Calderón de la Barca. Contudo, estes dois exemplos (como tantos outros), não passaram de acontecimentos esporádicos, organizados sobre armações efêmeras, improvisadas. Afonso Ávila supõe que entre 1737 e 1740 existiu uma primitiva casa de espetáculos em Vila Rica - mas dela não restaram vestígios.

A Casa da Ópera de Ouro Preto é fruto do empreendedorismo do Contratador dos Reais Quintos e Entradas, o Coronel João de Sousa Lobo, sob os auspícios de quem foi inaugurada a 6 de junho de 1770, aniversário de Dom José I, El Rei. Foram entusiásticos apoiadores do projeto o poeta Cláudio Manuel da Costa e o governador - Conde de Valadares - para quem Cláudio dedicou um drama musicado: o Parnaso Obsequioso. Escolheu-se como local da edificação terreno íngreme que, ao feitio de anfiteatro natural, bem à moda dos gregos, serviu para instalação do palco e camarotes. Este fato proporcionou, essencialmente, a aparência que sua fachada conserva até hoje: pavimento único, com frontão triangular simples, de dimensões mirradas perto da sua vizinha Igreja do Carmo.

Há uma interessante relação de contribuintes/assinantes datada de 1772, onde se registram nomes de vulto, pessoas de altas patentes militares, magistrados, intendentes e letrados (entre os quais, o mesmo Cláudio Manoel da Costa). Entre 1772 e 1775, Sousa Lobo dedicou incansável serviço ao seu teatro, agenciando vários atores em Sabará e no Tejuco, encomendando peças em Lisboa e mandando compor outras. Homem de visão, se jactou certa vez por ter inserido na sua Casa da Ópera atrizes, em vez dos travestis, que, via de regra, representavam papéis femininos. Depois da morte de seu fundador, em 1778, o teatro vilarriquenho passou por períodos turbulentos, alternando momentos de glória e malogro.

Somente pela segunda década do século XIX a Casa da Ópera recuperaria seu fausto inicial, conforme se depreende das várias verbas repassadas pelo Poder Público. Por esta época, pelo menos uma peça era encenada por semana, sendo assistida, então, por alguns ilustres

viajantes estrangeiros (como Saint-Hilaire, Luccock, Freyress, Mawe, Johann Pohl, Spix e Martius etc). Durante o século XIX o hábito de assistir encenações lúdicas tomou força entre os ouropretanos, tanto que a Lei n° 668, de 18 de maio de 1854, previu a construção de outro teatro, em lugar mais condigno. Como a obra exigia grandes despesas, o governo provincial decidiu-se por subsidiar a Sociedade Dramática local - que havia tomado para si a árdua tarefa de reformar a já quase centenária Casa da Ópera. A obra, concluída no ano de 1862, alterou bastante a estrutura física do teatro (data desta época, por exemplo, as colunas de ferro que servem de sustentáculo aos camarotes).

Poucos anos antes da mudança da capital, ainda se ventilaria a idéia de se construir um novo e espaçoso teatro, idéia, todavia, que nunca se concluiu, e que, por isso, conservou para a posteridade o velho teatro ouropretano, tido como o mais antigo do gênero existente na América do Sul.

Por todas estas credenciais, Ouro Preto é uma das mais importantes cidades brasileiras, símbolo maior da nossa cultura e expressão máxima da História e do Barroco Mineiro.



Foto 2.9- Igreja de N. Sra. Do Pilar
Fonte: www.ouropretotour.com



Foto 2.10- Procissão religiosa na Rua Direita
Fonte: www.ouropretotour.com



Foto 2.11- Igreja de N. Sra. Da Conceição de Antônio Dias(Meados do século XX)
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.12- Igreja de N. Sra. Da Conceição de Antônio Dias/ 2002
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.13- Igreja de São Francisco de Assis/ 2003
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.14- Igreja de N. Sra. Do Carmo/ 2004
Autoria: Raquel A. Ferreira



Figura 2.9 – Antigo Mercado em frente ao adro da Igreja de São Francisco de Assis
Fonte: Acervo Itafoto, 2001



Figura 2.10 – Rua Cláudio Manoel, por José Pio
Fonte: Acervo Itafoto, 2001



Foto 2.15- Ponte Seca construída para o Triunfo Eucarístico
Autoria: Raquel A. Ferreira/ 2004



Foto 2.16- Chafariz de Marília
Autoria: Raquel A. Ferreira/ 2004



Figura 2.11 – Teatro Municipal Casa da Ópera
Fonte: www.ctac.gov.br



Foto 2.17- Casa dos Contos
Fonte: www.ouropretotour.com



Figura 2.12- Antiga Casa de Câmara e Cadeia
Autoria: Burmeister/ Séc. XIX
Fonte: Acervo digital da AMIC



Foto 2.18- Atual Museu da Inconfidência
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.19- Antigo Fórum na Praça Tiradentes(Século XIX)
Fonte:Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.20- Praça Tiradentes com a tropa dos "Voluntários da Pátria" na saída rumo à Guerra do Paraguai.(1864 a 1870)
Fonte: Acervo IFAC

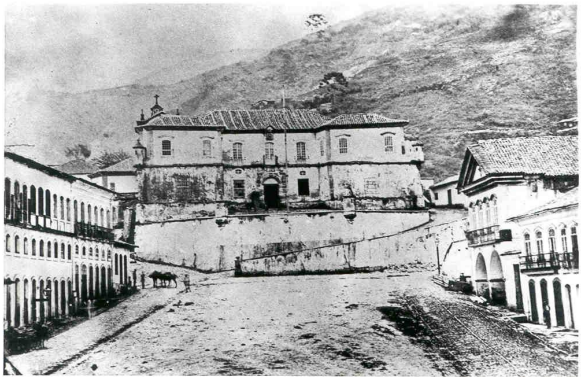


Foto 2.21- Praça Tiradentes
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.22- Praça Tiradentes/ Século XIX
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.23- Praça Tiradentes
Autoria: José Pio
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.24- Praça Tiradentes
Autoria: José Pio
Fonte: Acervo Inaiana Barbosa Guerra



Foto 2.25- Praça Tiradentes(1922-1925)
Fonte: MORAES, 2001



Foto 2.26- Praça Tiradentes; casarão incendiado encoberto por tapumes
Autoria: Alexandre Borim/2004
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto

2.6 JACUBAS E MOCOTÓS

Várias cidades coloniais mineiras possuem uma rivalidade bairrista característica. Em Ouro Preto esta “rivalidade” vem gestada desde o período colonial e está intrinsecamente ligada ao surgimento e desenvolvimento urbano da cidade. Durante muitas décadas do século XVIII a Vila Rica era composta de dois núcleos principiais separados, cada um com paróquia própria: o Antônio Dias (cuja padroeira é Nossa Senhora da Conceição) e o Ouro Preto (devotada a Nossa Senhora do Pilar). Ambas tinham suas matrizes, ambas tinham irmandades com mesmo orago, ambas tinham Ordens Terceiras (Franciscana no Antônio Dias; Carmelita no Ouro Preto). O Pilar de Ouro Preto tinha sua igreja das Mercês, Rosário e seu templo de Ordem Terceira, o Carmo. Antônio Dias tinha também sua Mercês e Rosário (Santa Efigênia) e também sua representante de Ordem Terceira, São Francisco de Assis. A cidade só adquiriu sua feição atual com a terraplanagem do cimo do Morro de Santa Quitéria: a Praça, atualmente chamada Tiradentes, tornou o ponto central e o clímax

físico evolutivo do período aurífero - dando à vila o seu aspecto de homogeneidade e unicidade que atualmente possui - já transcorrido a maior parte do século XVIII. Ainda hoje, todavia, para quem caminha nas velhas ruas de um e outro bairro, é possível perceber um "quê" de diferença que perpassa as construções e o arruamento.

Esta diferença, outrora bem mais evidente, foi batizada com terminologia própria pelo menos desde o século XIX: os de Ouro Preto eram chamados de Mocotós e os de Antônio Dias, de Jacubas. As explicações sobre a origem destes termos são as mais variadas. Em 1967 Alcebíades Taciano Jerônimo propôs, baseado em tradição anterior, que o termo "Jacubas" era corruptela popular de jacobino, nome de grupamento importante na Revolução Francesa, em 1789. Mas, por que esta origem distante? Em Antônio Dias residiam os elementos políticos mais irrequietos e os democratas mais destacados da cidade. E "Mocotós"? Para Alcebíades o termo vem do orgulho pitoresco dos moradores do Pilar de Ouro Preto, que se auto-intitulavam Pés-de-Boi ou Mocotós[11] (segundo o mesmo pesquisador o termo também pode ser empréstimo do congolês "macota", que significa pessoa com influência).[12]

Augusto de Lima Júnior dá uma versão diferente. Para Lima Júnior:

> os moradores de Ouro Preto denominavam jacubas aos de Antônio Dias, alegando, que, estando o matadouro de rezes na freguesia de Ouro Preto, os outros só se alimentavam de farinha e rapadura. Os de Antônio Dias respondiam que, se o matadouro estava em Ouro Preto, a carne ia para Antônio Dias, contentando-se os fregueses do Pilar com as mãos das rezes ou mocotós.[13]

Esta rivalidade característica proporcionou à cidade uma infinidade de lendas, tipos de rua, anedotas etc. Estas rixas antigas enfeitam a já rica história de Ouro Preto, mostrando quão fecunda é a cultura de nossa gente e quão variados são os enfoques de abordagem que se pode dar os que se aventuram a estudar a sociedade ouropretana.

---

[11] *Mocotó* é a pata de boi que, já sem o casco, é usada na alimentação. Ou seja: mocotó (ou o pé-de-boi) é o sustentáculo do bovino, aquilo que ergue e segura o vigoroso corpo.
[12] Vide JERÔNIMO, Alcebíades Taciano. *Lendas Tradições e Costumes de Ouro Preto*, pp.87 e 88.
[13] JÚNIOR, Augusto de Lima. *Vila Rica do Ouro Preto*, p.187.



Foto 2.27- Igreja de N. Sra. da Conceição de Antônio Dias
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.28- Vista do bairro Antônio Dias
Cerca de 1870/ 1875
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.29- Torres da Igreja Matriz de N. Sra. do Pilar vista por trás do casario.
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.30- Vista do bairro do Pila; Cerca de 1870/1875
Fonte: Acervo IFAC

2.7 O OITOCENTOS: IMPÉRIO E VIDA SOCIAL

Após a repressão violenta dos movimentos da Inconfidência, acentua-se ainda mais o declínio econômico de Portugal e a decadência do “ciclo” do ouro se manifesta aterradoramente. A riqueza e o fausto de outrora começam a ceder lugar à pobreza e à simplicidade. Minas inteira entra em crescente crise. Povoados são abandonados. A maioria dos pequenos agricultores perde espaço para os grandes fazendeiros que, apesar da crise, conseguem manter sua influência. A população diminui drasticamente. Vila Rica não foge à regra: a população que, no auge do período aurífero devia girar em torno de dezenas de milhares, agora, no século XIX, não passará de 15 mil habitantes (quando não menos).

Apesar da crise e da aparente decadência, Vila Rica ainda permanece a capital de Minas Gerais - Minas que, em 1822, com a proclamação da Independência, deixa de ser capitania e passa a ser província. Em 1823 a Vila é elevada a cidade, com o novo nome de Imperial

Cidade de Ouro Preto, permanecendo como sede da Província. Começava a fase Imperial da nossa história.[14]

Durante o século XIX serão valiosos os registros feitos por vários viajantes estrangeiros que visitaram as Minas - todos, é obvio, não deixaram de conhecer a famosa Ouro Preto, outrora Vila Rica, cuja existência, já quase lendária, aguçava a curiosidade dos estudiosos europeus que singravam o Brasil de então.

Parece que o geólogo inglês John Mawe foi o primeiro destes viajantes a visitar Ouro Preto. Datam de 1812 suas impressões: o aspecto da veneranda Vila Rica o decepcionou - vinha esperando encontrar o fausto do século anterior e topou com uma cidade em declínio econômico. Encantaram-no, por outro lado, os pomares e jardins bem arrumadinhos. A Rua Direita valeu-lhe elogios, chamando sua atenção, alem da arquitetura característica, os orantes postados em oratórios inseridos nas edificações desta ladeira.

Em 1816 foi a vez de Auguste de Saint-Hilaire. O naturalista francês ficou impressionado com o aspecto sombrio, taciturno e triste da velha capital: assim como Mawe, esperava encontrar a cidade reluzente do século de ouro. É interessante que, como outros estrangeiros, queixou-se de não encontrar muitas senhoras pelo caminho. Somente, por ocasião de um baile no Palácio dos Governadores, teve oportunidade de observa-las, dançando (algumas, diga-se, graciosamente).

O negociante inglês John Luccock visitou as Minas pela mesma época que Hilaire: é dele a observação primeira que somente ‘o ouro ergueria uma cidade em lugar tão hostil’. Luccock é mais benevolente que os outros para com o aspecto urbano da capital: agradou-lhe alguns edifícios públicos, cuja grandeza desconhecia em outras partes do país. Agradou-lhe também os vários chafarizes, alguns nobremente instalados. Observou ainda que os negros e mulatos eram a maioria dos tipos humanos encontrados nas ruas, sendo pois, a velha Vila, uma capital mestiça.

O reverendo inglês Walsh visitou-nos por volta de 1828-29. Falou da já imperial cidade com simpatia, apesar de tudo. Chamou muito sua atenção a quantidade imensa de manufaturas inglesas encontradas nas lojas da cidade (o que bem testemunha a invasão de produtos ingleses nas possessões portuguesas d’alem mar após a abertura dos portos). A Praça

[14] Assim que declarada nossa independência, o país foi transformado em Império, tendo, durante os quase 70 anos de existência, dois imperadores: D.Pedro I e seu filho, D.Pedro II.

Principal (atual Tiradentes) valeu-lhe palavras elogiosas, tal a localização e a vista panorâmica. Fala ainda do grande número de igrejas (que davam aos ares um certo ar de importância).

Em livro publicado em Viena, em 1837, o naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl deixou também seu relato a respeito de sua visita à Ouro Preto. Como vários outros antes dele, chamou-lhe atenção o ar tristonho e decadente. Fez, todavia, uma descrição urbana que se pode chamar de detalhada. Falou ainda - e com bastante minúcia - sobre as apresentações teatrais da cidade: companhias ambulantes visitavam o teatro local propiciando algum regalo aos grandes e/ou aos letrados da cidade. Salienta, com ar pitoresco, que ali os papéis femininos eram desempenhados por homens travestidos (uma vez que não era aceitável que moças de família representassem). Durante sua permanência em Vila Rica Pohl assistiu à apresentação das seguintes peças: uma opera cômica de Ditterdorf, a *Donzela de Mariemburgo* e a peça mais famosa entre os portugueses, *Inês de Castro*.

Muitos outros estrangeiros visitaram Ouro Preto, não cabendo seus apontamentos nestas linhas sucintas: alguns - para alem de palavras - fixaram Ouro Preto em imagens desenhadas ou pintadas (como Rugendas e Burmeister), cujo acervo visual constitui fonte preciosa acerca da aparência da cidade em tempos idos.

É cabido, a título de comparação, relatar pelo menos uma visão diferente desta dos estrangeiros (que, como não podia deixar de ser, estava imbuída de preconceitos). É muito interessante o relato nativo de Henrique Barbosa da Silva Cabral sobre a Ouro Preto de outrora. Apesar de ter passado a maior parte da vida no século XX, são dele várias observações acerca dos hábitos do período imperial. Transcrevemos a seguir, pelo muito que nos legam, longos trechos da sua obra póstuma, editada tardiamente:

> Era simples e cheia de encantos a vida social na velha capital mineira. As famílias, entrelaçadas, em geral, pelo mesmo sangue, mantinham convivência agradável pela amizade que as unia. Todas se conheciam, todas se estimavam; todas se dispunham a auxiliar umas as outras nos momentos de dor ou de provações: todas se alegravam nas horas de regozijo.[15]

Sobre a vida social noturna escreveu:

[15] CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*, p.179.

> Na boa sociedade, a festa mais agradável, das que ainda alcançamos, era a que denominavam *soirée íntima* ou *assustado*. Consistia em danças, que se iniciavam às 20 horas e se prolongavam comumente até às duas da madrugada. Em dias como o de Natal, passagem de ano, Sábado da Aleluia, datas natalícias, iam até às 4 e 5 horas da madrugada. Moças e rapazes sempre alegres dançavam incessantemente ao som do piano ou de pequena orquestra de 3 ou 4 figuras. Essas soirées eram sempre muito animadas e iniciadas por uma quadrilha. Seguiam-se valsas, polcas, tangos, schottish e lanceiros. Lanceiros! A dança das mesuras e da graça aristocrática com movimentos de recato e polidez![16]

Também haviam os bailes, conforme salientou Henrique Barbosa:

> Além destas soirées, havia os grandes bailes ou bailes de luxo, como diziam. As damas se apresentavam com finas toilettes de seda, vindas do Rio, e com grandes decotes. Os cavalheiros compareciam de casaca, luvas, sapato baixo de verniz e chapéu claque que conservavam fechado e seguro em uma das mãos, quando dançavam. Se em uma soirée ou em um baile uma dama não era tirada para dançar, diziam que estava comendo peru. Nas quadrilhas era comum os pares de namorados se colocarem vis-à-vis. Depois se revezavam.(...)[17]
> Nas quadrilhas oficiais ou de bailes de luxo, a autoridade maior ou político mais graduado deveria dançar com a senhora de outra igual posição social; se a festa se realizava em casa particular, era de bom-tom que os donos da casa tomassem parte nessas quadrilhas. A autoridade mais elevada dançava com a dona da casa, enquanto seu marido procurava para par a esposa de outra pessoa eminente. Às 23 horas se distribuía um cálice de licor ou vinho Moscatel ou do Porto e à uma hora era servida uma mesa de doces finos, chá e café. Rara era a festa em que ofereciam cerveja e conhaque, embora houvesse destas bebidas para quem as quisesse.[18]

Algumas palavras sobre o lazer cotidiano:

> Uma outra diversão muito usada era a do piquenique. Diversas famílias amigas, com dias de antecedência, combinavam um passeio campestre que, em regra, tinha lugar na Lagoa do Gambá, em cujas proximidades existe, hoje, o Quartel do 10º Regimento do Exército.[19] (...)
> Outra diversão que a velha Ouro Preto muito apreciava era a serenata. Alguns moços se reuniam em noite de luar e conduzindo diversos instrumentos musicais paravam em frente de casas amigas para executarem músicas e cantarem modinhas. Havia serenatas extraordinárias, em que tomavam parte mais de 10 e 15 figuras de bons músicos que levavam o cavaquinho, violino, flauta, violão, clarineta, bombardino, violoncelo, baixo etc.[20]

Aliás, a música sempre foi uma constante na vida da capital:

---

[16] *Idem*, p.180.
[17] *Idem*, p.181.
[18] CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*, p.182.
[19] Que hoje é o complexo do CEFET-OP. *Idem*, p.182.
[20] *Idem*, p.184.

> Os ouro-pretanos foram sempre apreciadores da boa música. Rara era a casa onde não se encontrassem, nas salas-de-visita, instrumentos musicais, principalmente piano e violino. Não eram somente as moças que se dedicavam à arte mágica dos sons, que encantam e deleitam o espírito e falam ao coração. Arte que, com facilidade, exprime aquilo que sentimos, mas que as palavras são impotentes para manifestar! Não, também rapazes se faziam bons artistas ou musicistas.(...)[21]
> Entre outros, a velha capital contou com estes: Clube Musical João da Mata, de que faziam parte os exímios clarinetistas Francisco Moreira e Fernando Moreira, sendo aquele o regente da orquestra. Este clube fez sucesso. Sociedade Musical União e Fraternidade, fundada em abril de 1872, por iniciativa de José Egídio Costa. Nesta mesma ocasião, foi organizada a Sociedade União Musical e Confraternidade, que tinha como secretário Francisco Roberto Veloso; Sociedade Musical Henrique de Mesquita, em Antônio Dias e que deu grande concerto em 20 de Janeiro de 1884. Euterpe Ouro-Pretana; Filarmônica Ouro-Pretana, e outras mais.[22]

Quão diferente é esta visão de um nativo daquela visão, austera e estranhada, do viajante estrangeiro! Durante o século XIX a decrepitude descrita pelos viajantes (que nunca saberemos se foi exagerada ou não) foi gradualmente dissipada. Os olhos imperiais deitaram mais de uma vez a visão sobre Ouro Preto - tanto é que, por exemplo, em 1839 foi criada a Escola de Farmácia e, em 1876, nascia, graças ao empenho de um estrangeiro, Henri Gorceix, a Escola de Minas. Deve-se frisar também que em 1888 Ouro Preto era ligada à capital, Rio de Janeiro, por uma Estrada de Ferro, clímax de uma obra demorada, custosa e de soluções construtivas engenhosas.

Em 1897 a capital foi transferida para o antigo Curral del-Rey (Belo Horizonte). Começava outra fase da velha cidade. Houve, é certo, novo declínio, mas, como a lendária fênix, Ouro Preto foi novamente redescoberta e renasceu do ostracismo.



Cerimônia de posse do governador
Cesário Alvim, em Ouro Preto

Foto 2.31- Cerimônia de posse do governador Cesário Alvim em Ouro Preto/ 1889
Fonte: Acervo I FAC

[21] *Idem*, p.188.
[22] CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*, p.189.



Foto 2.32- Panorama de Ouro Preto; cerca de 1870/1875
Fonte: Acervo I FAC



Foto 2.33- Panorama de Ouro Preto; cerca de 1875
Fonte: Acervo I FAC



Foto 2.34- Panorama de Ouro Preto com ladeira de Sta. Efigênia; cerca de 1875
Fonte: Acervo I FAC



Foto 2.35- Rua São José
Autoria: J. Guilherme Libeneau/ 1881
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.36- Vista panorâmica com fundos da Igreja de N. Sra. Do Pilar/ Século XIX
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.37- Ladeira do Pilar/ 1882
Fonte: Acervo IFAC

2.8 O SÉCULO XX

Amanhece o século XX e Ouro Preto - a velha Vila Rica, de passado faustoso e cultura pródiga - já não é mais capital das Minas Gerais. Findo o período da exploração aurífera e o Império, amargurava a cidade a nostalgia de tempos mais prósperos e florescentes. Estava Ouro Preto fadada ao esquecimento? Não! Nosso passado era por demais marcante para deixar patrimônio tão vasto passar desapercebido. Coube novamente aos paulistas - desta vez aqueles modernistas de 1922 - a “redescoberta” de Ouro Preto. Procuravam, naquele momento, o reavivamento da Memória Nacional, o encontro de uma cultura e arte de caráter brasileiro ou nacionalizante. E é nas Gerais que irão achar a inspiração para esse encontro: o Barroco Mineiro será a tônica das discussões...

É claro que Ouro Preto nunca esteve abandonada ou esquecida: sua fama ainda era lendária e nativos mineiros ainda propagavam nossa história (como Diogo de Vasconcelos). Todavia, coube aos modernistas a difusão nacional (e internacional) da cultura artística mineira. Mas também é bem verdade que Ouro Preto nunca foi uma cidade morta (à semelhança daquelas descritas por Monteiro Lobato). O próprio Manuel Bandeira lhe chama de viva, vigorosa - pitoresca em cada viela, panorâmica em cada rua. Enfim, a partir dos modernistas estava inaugurado, a bem dizer, mais um período da nossa história: o período dos turistas, na atual acepção da palavra.

O patrimônio de Ouro Preto, redescoberto e então em voga, foi prontamente reconhecido pelos dirigentes da época: em 1931 o prefeito João Veloso promulga lei impedindo a descaracterização do casario colonial da cidade. Em 1933 o governo do presidente Getúlio Vargas eleva Ouro Preto a Cidade Monumento Nacional. Em 1938 o conjunto urbano foi tombado pelo instituto que hoje constitui o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Seguindo a onda de revalorização histórica, em 1944 é criado o Museu da Inconfidência. Por aquela época escritores como Augusto de Lima Júnior apregoavam nossa história através de textos e livros. No campo educacional dão projeção à cidade a criação, em 1944, da Escola Técnica Federal, e, em 1969, da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto). Em 1980 a cidade é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade.

Em 1994 a cidade se torna sede da primeira grande conferência do Mercosul, justamente aquela que tratava da criação do organismo. Em 1998 houve grande comemoração por ocasião do tricentenário de fundação do arraial. Em 2003 um grande incêndio destrói o antigo Hotel Pilão, que seria reinaugurado em 2006 como Centro Cultural e Turístico FIEMG. No mesmo ano de 2006 houve a reinauguração da Estrada de Ferro Ouro Preto-Mariana.

Atualmente, muito se escuta sobre as questões relativas ao crescimento desordenado da sede. O problema da ocupação irregular do solo de Ouro Preto, especialmente dos morros, é problema antigo: questões pertinentes ao uso e regulação do espaço urbano de Ouro Preto já existem desde o século XIX, conforme atesta a documentação camarária. Não custa salientar que um dos motivos para mudança da capital, em 1897, foi justamente a falta de condições técnicas viáveis para se ocupar as encostas da sede. Nas últimas décadas, todavia, grande parte das encostas, à montante da cidade, foi ocupada desordenadamente, transformando os verdejantes morros em bairros apinhados de casas, com ruas tortuosas e becos intransitáveis aos automóveis.[23] Parte desta ocupação se deve ao crescimento populacional, intensificado a partir da década de 1970 com a instalação de diversas mineradoras na região. As tentativas do Poder Público em organizar os espaços urbanos citados têm sempre causado conflito entre determinados setores da sociedade. As atuações conjuntas recentes entre a Prefeitura e o IPHAN dão mostras, contudo, de sinais favoráveis.

E é desta forma que nasceu a Ouro Preto de hoje, irrequieta e dinâmica, cheia daqueles ares do passado que tanto impressionam os turistas. Suas montanhas ainda produzem inestimáveis riquezas minerais, como o ferro e o Topázio Imperial. O ouro, todavia, ficou no passado: preservou-se nas igrejas mineiras e nos palácios portugueses ou esvaiu-se nas chaminés das indústrias inglesas. Ouro, montanhas, riquezas, patrimônio: esses são os componentes da bem sucedida e famosa história de Vila Rica!

[23] A questão do trânsito urbano é problema também no centro histórico, cuja passagem de veículos pesados é ameaça constante ao patrimônio edificado.



Foto 2.38- Epitácio Pessoa sai da Estação Ferroviária/ Início do século XX
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.39- Chegada de membros do Instituto Pan-Americano de Geografia e História/ 1933
Autoria: Luiz Fontana
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.40- Casa da Baronesa; início do século XX
Fonte: Acervo IPHAN



Foto 2.41- Casas do Conjunto Alpoin; início do século XX
Fonte: Acervo IPHAN



Foto 2.42- Estação Ferroviária e entorno; início do século XX
Fonte: Acervo IFAC



Foto 2.43- Praça Reinaldo Alves de Brito/ século XX
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.44- Vista aérea de Ouro Preto/ 1935
Autoria: Alcebíades Delamare
Fonte: Acervo Alcebíades Delamare



Foto 2.45- Antigo Lyceo de Artes e Ofícios e atual Cine Vila Rica/ século XX
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.46- Ponte do Rosário no Início da Rua Alvarenga/ século XX
Fonte: Acervo IPHAN



Fotos 2.47, 2.48 e 2.49- Fases do processo de ocupação visto a partir do largo da Igreja de N. Sra. da Conceição de Antônio Dias
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.50- Ocupação desordenada da Serra de Ouro Preto
Autoria: Raquel A. Ferreira
Data: Março de 2007



Foto 2.51- Anexos que descaracterizam os fundos das edificações da Rua São José
Autoria: Raquel A. Ferreira
Data: Março de 2007



Foto 2.52- Situação atual de ocupação dos morros
Fonte: Maria Cristina Cairo Silva



Foto 2.53- Situação atual de ocupação dos morros
Fonte: Maria Cristina Cairo Silva



Foto 2.54- Situação atual de ocupação dos morros
Fonte: Acervo Alex Bohrer

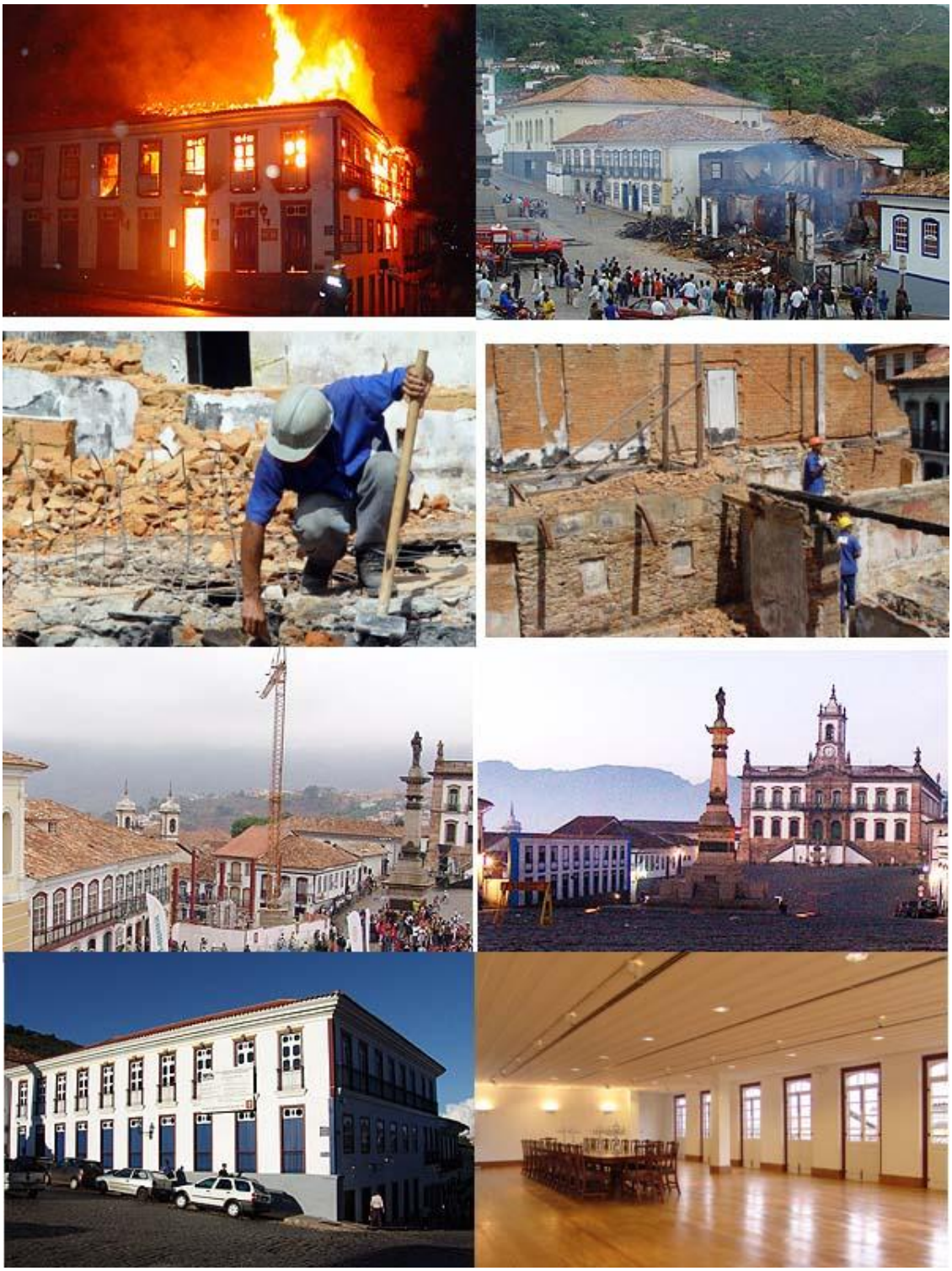


Foto 2.55- Casarão da Praça Tiradentes incendiado em abril de 2003 e depois restaurado para sediar um Centro Cultural da FIENG em abril de 2006.
Fonte: www.ouropreto.com.br



Foto 2.56- Estação Ferroviária restaurada pelo Projeto Trens da Vale
Fonte: www.ouropretotour.com



Foto 2.57- Procissão da Semana Santa
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.58- Grupo de Congado na Praça Tiradentes
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Ouro Preto



Foto 2.59- Grupo carnavalesco Bandalheira na Rua São José
Fonte: www.ouropreto.com.br



Foto 2.60- Grupo carnavalesco Zé Pereira
Autoria: Raquel A. Ferreira
Data: fevereiro de 2005



Foto 2.61- Encontro do Mercosul em Ouro Preto/ 2004
Autoria: E. Tropia
Fonte: www.ouropreto.com.br

2.9 NOMES DE VULTO E TIPOS POPULARES

Muitas personalidades fizeram a história de Vila Rica - tantas que se torna impossível listar todas. Escolhemos aquelas figuras emblemáticas de época: alguns são filhos de Ouro Preto outros tem sua biografia de tal forma enlaçada às páginas de nossa história que torna-se dificultoso falar de Ouro Preto sem delas dizer palavra.

Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes)

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 1746 na Fazenda Pombal nas proximidades de São José del-Rey (hoje Tiradentes). Foi criado por seu padrinho - que era cirurgião e do qual aprendeu a profissão de dentista que lhe valeria o seu famoso apelido: Tiradentes. Ainda jovem também foi tropeiro e mascate, além de mostrar conhecimentos em engenharia e mineralogia.

Com mais de 30 anos alistou-se no Regimento dos Dragões das Minas Gerais, alcançando a patente de alferes[24]. Por volta de 1787 conheceu José Álvares Maciel, jovem cientista brasileiro recém chegado da Europa. Provavelmente data daí os primeiros contatos que o Alferes Tiradentes teve com revolucionários ideais libertários. Em breve formou-se um grupo de idealistas conhecido, mais tarde, como Inconfidentes. Os principais inconfidentes eram: Joaquim José da Silva Xavier, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, entre outros.

A Inconfidência Mineira foi denunciada por Joaquim Silvério dos Reis ao Visconde de Barbacena no dia 15 de março de 1789, no Palácio de Veraneio em Cachoeira do Campo, local onde residia o governador. Todos os Inconfidentes foram presos e julgados, contudo somente Tiradentes sofreu o suplício máximo. Foi enforcado e esquartejado no dia 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Seus quartos foram espalhados pelos caminhos de Minas e sua cabeça foi exposta na praça central de Vila Rica. Quando da Proclamação da República, Tiradentes foi elevado a Herói Nacional.

Silva Jardim, orador do movimento republicano, assim o descreve:

> Não era belo. Não lhe coubera instrução fora do comum, porém era sagaz, podendo de um olhar aprender o valor e a extensão de uma idéia; era um

[24] Posto hoje correspondente ao de Segundo Tenente.

> coração bem formado, generoso, cheio de bondade... Sua ambição tinha os mais nobres fins; seu amor e veneração à pátria foi sem limites. Sua franqueza selvagem, sua indignação por toda a vileza, seu anseio pela idéia que o possuíra, eram tais que os vulgares apodavam-no louco, e os bem nascidos estimavam-no herói.

Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho)

Antônio Francisco Lisboa nasceu escravo, filho natural do arquiteto e mestre-de-obras português Manoel Francisco Lisboa e de sua escrava Isabel. Nasceu nos arrabaldes de Antônio Dias, Vila Rica, no ano de 1738 (ou 1730, como querem alguns). Provavelmente alforriado ao nascer, recebeu o sobrenome do pai. Certamente aprendeu com o pai a técnica dos riscos e os preceitos básicos de arquitetura. A arte da escultura deve tê-la aprendido com artesãos renomados, especialmente os da oficina de seu tio Antônio Francisco Pombal (de quem certamente herdou o nome). Muitos aventam que foi com o artista português João Gomes Batista, desenhista e gravador, que Aleijadinho se instruiu nos elementos teóricos e eruditos pertinentes à sua formação.

Por volta de 1777 apareceram-lhe os primeiros sintomas da doença deformante que lhe valeu o apelido:[25] era corrente afirmar que, para obrar, fazia com que se lhe atassem o cinzel e o martelo de escultor nas mãos mutiladas.

Suas obras, quase todas de caráter religioso, se espalham por igrejas da região de Ouro Preto (São Francisco de Assis, Carmo etc), Congonhas do Campo (Profetas e Passos da Basílica do Bom Jesus do Matosinhos), São João del-Rey (São Francisco de Assis, Carmo), Sabará (Carmo), Tiradentes (novo risco da fachada da Matriz de Santo Antônio) etc. É considerado o maior artista brasileiro de todos os tempos, pelo conjunto e grandeza da obra.

Morreu em 1814 e foi sepultado na Igreja Matriz de Antônio Dias, em frente ao altar de Nossa Senhora da Boa Morte.

Somente em meados do século XIX vai lhe aparecer o primeiro biografo, fazendo jus ao seu acervo criativo. Data de 1858 os dados biográficos recolhidos e publicados por Rodrigo José Ferreira Bretas.

---

[25] A doença do escultor tem sido aventada por muitos pesquisadores e as hipóteses variam desde a lepra, passando pela poliomielite, AVC (Acidente Vascular Cerebral) e porfiria (conforme defende o Dr. Geraldo Barroso, médico que coordenou a recente exumação das ossadas do escultor).

Tomás Antônio Gonzaga

Nasceu em 1744 na cidade do Porto, Portugal. Com sete anos de idade veio para o Brasil com seus pais. Iniciou seus estudos no Colégio Jesuíta na Bahia. Em 1761 ingressa na Universidade de Coimbra, bacharelando-se em Leis. Exerceu o cargo de Juiz de Direito em Beja. Em 1782 foi nomeado ouvidor de Vila Rica. Em Vila Rica apaixonou-se por Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão, musa enamorada que imortalizaria nas liras de seu poema mais famoso: "Marília de Dirceu". Uma vez envolvido na Inconfidência Mineira, foi preso e transferido para o Rio de Janeiro. De lá, em 1792, foi degredado para Moçambique. Na África recompôs sua vida, casando-se com a filha de um abastado negociante.

O poema Marilia de Dirceu é dos mais lidos e editados da língua portuguesa, sendo a obra máxima do arcadismo brasileiro. O arcadismo, modismo literário pautado pelo gosto do bucolismo e da vida pastoril, inspirou sobremaneira nossos poetas setecentistas, tanto que em 1768 foi fundada em Vila Rica a Arcádia Ultramarina, onde se congregavam os aficcionados pelas belas letras. É neste estilo que Gonzaga compõem suas liras, exemplificadas a seguir pela Lira I:

Graças, Marília bela,
Graças à minha Estrela!
Eu vi o meu semblante numa fonte,
Dos anos inda não está cortado;
Os Pastores, que habitam este monte,
Respeitam o poder do meu cajado.
Com tal destreza toco a sanfoninha,
Que inveja até me tem o próprio Alceste:
Ao som dela concerto a voz celeste
Nem canto letra que não seja minha.

Também lhe é atribuído a composição das “Cartas Chilenas”: escritos de caráter satírico em que criticava o governador da época.

Faleceu no exílio em 1810.

Cláudio Manuel da Costa

Cláudio Manuel da Costa nasceu na Fazenda da Vargem, pertencente ao município de Mariana, em 1729. Fez os estudos introdutórios em Vila Rica. Com 20 anos de idade foi

para Lisboa e depois a Coimbra, onde ingressou na Universidade, se formando em Cânones em 1753. Ali publicou três poemas: 'Munúsculo Métrico', 'Labirinto de Amor' e o 'Epicédio'. Nestes poemas o caráter barroco da composição é ainda evidente. Uma vez regresso ao Brasil, publica, em 1768, o poema *Obras*, marco de nascimento do arcadismo brasileiro. Em 1773 compõe o poema épico *Vila Rica*, homenagem à cidade em que agora vivia Envolvido na Inconfidência Mineira, foi encontrado morto em 1789 no cubículo em que estava aprisionado. O laudo da época apontou como causa da morte o suicídio, mas até hoje há quem afirme que o venerando poeta foi assassinado.

É o patrono da Cadeira n°. 8 da Academia Brasileira de Letras.

Manoel Silva Alvarenga

Nasceu em Vila Rica em 1749. Como tantos outros conterrâneos e companheiros de letras, estudou em Coimbra. Defensor resoluto do Marques de Pombal, escreveu um poema heróico-cômico para exaltar as atuações do primeiro-ministro. Voltou ao Brasil em 1776, estabelecendo-se em de Vila Rica. Posteriormente mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez parte de uma importante sociedade literária. Suspeito de conspiração, foi detido em 1794. Permaneceu preso por três anos ao fim dos quais recebeu indulto real. Dois anos depois publicou seu poema mais famoso: *Glaura*. Morreu no Rio de Janeiro em 1814.

Glaura, nome fictício da sua musa, fez sucesso e foi também marco importante da nossa literatura. Seguem, como amostra, alguns versos do poema:

Carinhosa e doce, ó Glaura,
Vem esta aura lisonjeira,
E a mangueira já florida
Nos convida a respirar.
Sobre a relva o sol doirado
Bebe as lágrimas da Aurora,
E suave os dons de Flora
Neste prado vê brotar.

Hoje um dos distritos de Ouro Preto chama-se 'Glaura' em homenagem a esta obra e seu idealizador.

Bernardo Vasconcelos

Nasceu em Vila Rica em 1795. É considerado com justiça o político mais importante do período imperial e o verdadeiro solidificador do império brasileiro. Foi deputado na Primeira

Câmara Legislativa Imperial, em 1826. Como ministro ocupou as pastas da Fazenda em 1831 e do Império em 1837.

Dentre as inúmeras contribuições de Bernardo de Vasconcellos à nossa formação política estão o Ato Adicional de 1840 e os Códigos Civil e Criminal. Foi fundador do Arquivo Nacional. É autor de inúmeros artigos para *O Universal*, de Ouro Preto, o *Sete de Abril* e a *Sentinela*, do Rio de Janeiro. Seu escrito mais importante é a famosa "Carta aos Eleitores Mineiros", redigida em 1827 na sua terra natal e publicada em São João del Rei. Faleceu em 1850, no Rio.

Bernardo de Vasconcelos é sem dúvida a maior personalidade política ouropretana do século XIX.

Rodrigo José Ferreira Bretãs

O imortal biógrafo do Aleijadinho, Rodrigo Bretas, nasceu em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, em 1815. Entre 1820 e 1839 alfabetiza-se e forma-se em humanidades nos Colégios do Caraça e Congonhas do Campo. Entre 1839 e 1844 leciona latim, filosofia e retórica em Barra Longa, Barbacena e Ouro Preto, além de ter sido nomeado Promotor Interino da Comarca. Em 1845 casa-se com Maria Cândida de Souza Maciel. Entre 1846 e 1849 funda e dirige um colégio em Bonfim do Paraopeba. Em 1850 é nomeado Oficial Maior da Secretaria do Governo da Província. Em 1852 é eleito deputado provincial, o primeiro de quatro mandatos. Em 1854 publica um livro sobre as origens das idéias do espírito humano. Em 1855 é agraciado com a nomeação de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Em 1859 instala a Biblioteca Pública de Ouro Preto. Em 1861 é nomeado Inspetor da Instrução Pública em Ouro Preto e em 1862 assume da direção do Colégio de Congonhas. Além de professor e político Rodrigo Bretas foi um iminente inventor, criando e aperfeiçoando um novo e prático tear mecânico. Faleceu em 27 de agosto de 1866.

Em 1858 Bretas concluiu sua obra mais famosa: a primeira biografia do Aleijadinho, o que lhe valeu a eleição de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nesta biografia Bretas resgata para a posteridade a vida e as obras do famoso Mestre do Barroco Mineiro. Valeu-se de documentos e de entrevistas realizadas com idosos que haviam conhecido o Aleijadinho em vida, entre eles Joana, a nora do escultor. Por tudo isso

Rodrigo Bretas é justamente reconhecido com um dos maiores vultos mineiros do século XIX.

Bernardo Guimarães

Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, escritor, magistrado e poeta, nasceu em Ouro Preto em 1825. Dos 4 aos 16 anos viveu em Uberaba e Campo Belo. De volta a Ouro Preto terminou os cursos preparatórios. Em 1847 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Juntamente com Álvares de Azevedo e Aureliano Lessa fundou a "Sociedade Epicuréia", que granjeou fama em São Paulo. Em 1852 Bacharelou-se. Nesse mesmo ano publicou *Cantos da Solidão*. Exerceu o cargo de juiz municipal e de órfãos em Catalão (em Goiás). Em 1864-65 o escritor viveu na Corte carioca. A partir de 1866 fixou-se em Ouro Preto, sendo nomeado professor de retórica e poética no Liceu Mineiro. Casou-se no ano seguinte com Teresa Maria Gomes. Entre 1869 e 1872 escreveu várias obras. Em 1873 foi nomeado professor de latim e francês na Vila de Queluz, atual Conselheiro Lafayette, MG. Em 1875 publicou o seu romance mais famoso e que melhor define sua campanha abolicionista: *A Escrava Isaura*. Dedicando-se inteiramente à literatura escreveu vários romances e duas coletâneas de versos. Em visita a Ouro Preto, em 1881, Dom Pedro II prestou homenagem ao escritor que tanto admirava. Em 1884 morre em Vila Rica. Hoje um vigoroso monumento funerário marca-lhe o túmulo no cemitério da Igreja de São José.

A 'Escrava Isaura' teve duas versões para televisão em forma de telenovela, o que prova o sucesso da obra deste imortal ouropretano.

Bernardo Guimarães é o patrono da Cadeira n°. 5 da Academia Brasileira de Letras

Honório Esteves

Pouca gente sabe, mas um dos maiores artistas mineiros do século XIX, Honório Esteves, nasceu em Santo Antônio do Leite, distrito de Ouro Preto, por volta de 1860. Conta-se que desde cedo manifestou gosto pela pintura, executando pequenos trabalhos e expondo-os em Ouro Preto. Em 1871 já estudava desenho com o professor Chenoti. No mesmo ano torna-se moedor de tintas do pintor ouropretano Cardoso Resende. Em 1873 continuou seus

estudos no Liceu Mineiro. Em 1875 aperfeiçoou seu desenho com o professor Bernardino de Brito.

Em 1880, com apenas 20 anos, fez retoques no forro da capela-mor da Matriz de N. Sra. de Nazaré de Cachoeira do Campo, serviço primoroso que certamente lhe deu projeção e fama. Conta-se que D. Pedro II, impressionado com a perícia do jovem pintor, concedeu-lhe bolsa de estudos no Rio de Janeiro, para onde rumou, consagrando-se como exímio artista. De retorno à sua terra, Santo Antônio do Leite, executou excelentes pinturas de forro na Igreja de Santo Antônio. Em Cachoeira do Campo, além da Matriz, há obras suas no Colégio D.Bosco e na Escola Estadual Pe. Afonso de Lemos. Na diretoria desta última está o belo quadro, de 1883, retratando Pe. Afonso de Lemos. Na parte inferior da pintura, a assinatura caprichosa de Honório Esteves.

No começo da década de 80 foi organizada a exposição *"Eu, Honório Esteves"* no Museu Mineiro.

Sinhá Olympia

Olympia Angélica de Almeida Cotta nasceu em Santa Rita Durão, distrito de Mariana, em 1889.[26] Se celebrizaria com a alcunha de Sinhá Olympia, tipo de rua dos mais folclóricos e lendários de Minas Gerais. É - com muito bom humor - considerada, pelo modo de vida e jeito de se vestir, como a 'precursora' da moda *hippie* no Brasil. Diz-se que foi a partir da década de 40 que Olympia começou a perambular pelas ruas de Ouro Preto, prosseguindo nesta "tarefa" até 1976, ano de sua morte.

Na sua imaginação se via como a favorita de Dom Pedro II e parente do Conde D'Eu. Afirmava que era alvo dos amores de vários fidalgos. Suas vestimentas eram um misto de luxo e trapos: cobria-lhe um vestido ou capa cheia de atavios coloridos, andava sempre com um chapéu enfeitado e um cajado (não menos colorido e enfeitado).

Em 1990 foi tema da Mangueira, no carnaval carioca. Deu nome também a uma escola de samba de Ouro Preto.

João Pé-de-Rodo

[26] Algumas fontes secundárias dão como local de nascimento o distrito de Santa Rita de Ouro Preto.

João da Mota Sobrinho Filho - natural de Santo Antônio do Salto, distrito de Ouro Preto - provinha de família tradicional, sendo filho do cabo militar Manuel da Mota e de Josina Pereira Guimarães. Nasceu em 1910, época em que os recursos eram poucos para que tratasse a enfermidade que lhe acompanhou a vida toda: João possuía um defeito congênito que lhe impossibilitava de andar normalmente, fato que lhe rendeu o apelido. Nos primeiros anos da adolescência foi para Rodrigo Silva (também distrito do município), para casa de seu parente, José Pereira da Silva. Conta-se por lá que um dia João desapareceu sem deixar rastro. Com muita procura foram localizá-lo nas ruas de Ouro Preto, vivendo nas repúblicas estudantis. Como tinha ido parar ali? Acompanhou uma vaca pela Estrada de Ferro, desde Rodrigo Silva até Ouro Preto![27] Verdade ou lenda, o certo é que durante grande parte da sua vida residiu num quartinho, entre as repúblicas Butantã e Cassino, no Pilar. Pelas ruas da velha cidade foi montando, aos poucos, o tipo humano que todos conheceram: homem baixinho, com roupas grandes e desengonçadas, o sapato, bem maior que seu número real, a arrastar pelas ruas (o que lhe reforçou o apelido *Pé-de-Rodo*). Sempre cismava que era militar, com a patente de capitão, razão pela qual costumava se apresentar com roupas militares, cheia de condecorações imaginárias, de plástico.

João Pé-de-Rodo inspirou algumas belas linhas do escritor Adhalmir Elias dos Santos Maia, que assim o descreve:

> Baixo, muito baixo mesmo, talvez um metro de altura. Vestes alheias, que lhe são dadas pela população, que muito gosta dele, pela sua inocência, pelo seu comportamento, quase sempre hilariante (...) Ele costuma anunciar:
> -Sou do Salto (como se o Salto fosse metrópole), distrito de Barbacena, estado da Bahia.[28]

Quando faleceu causou grande comoção. A população lhe devotava imenso carinho.

2.10 DISTRITOS

Ouro Preto continua polarizando seus distritos, sendo o município, contudo, somente sombra do que foi outrora o Termo de Vila Rica. Em 1923, pela Lei N° 843 de 7 de setembro, emancipa-se a antiga Itabira do Campo, atual Itabirito e em 1953 cria-se o município de Ouro Branco, desmembrado do de Ouro Preto pela Lei N°1039, de 12 de dezembro.

---

[27] Outra variante da lenda reza que a vaca foi acompanhada desde o Salto até Ouro Preto. É interessante notar que, mesmo não tendo transcorrido muito tempo e existindo ainda alguns parentes de João e várias pessoas que o conheceram, os fatos começam a se envolver nas lendas. É exatamente desta forma que nascem os mitos populares.
[28] MAIA, Adhalmir Elias dos Santos. *Ouro Preto, Momentos*, p. 34.

Atualmente são os seguintes os distritos de Ouro Preto: Cachoeira do Campo, Amarantina, Glaura (Casa Branca), São Bartolomeu, Santo Antônio do Leite, Rodrigo Silva, Miguel Burnier, Engenheiro Correia, Santa Rita, Santo Antônio do Salto, Antônio Pereira e Lavras Novas.

Destes, os que têm origem colonial[29] são: Cachoeira do Campo, São Bartolomeu, Glaura (Casa Branca), Amarantina, Antônio Pereira, Lavras Novas. Tomaram vulto no século XIX pela atividade comercial: Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Salto, Santo Antônio de Leite (apesar dos três também terem cerne no século XVIII, só tomaram impulso no XIX). Se desenvolveram no século XIX em conseqüência da presença da ferrovia (com marcante presença de arquitetura ferroviária): Rodrigo Silva, Miguel Burnier, Engenheiro Corrêa.

Segue-se abaixo resumo histórico destes.

Amarantina

Cresceu a cidadezinha aos pés da velha capela que mais tarde os féis transformariam em uma grande igreja, com duas torres imponentes. Insiste a lenda em dizer que a atual igreja, que no século XIX substituiu a antiga capelinha, é réplica em menor tamanho da Igreja de São Gonçalo do Amarante, em Portugal. Vinte anos atrás sua capela-mor foi, infelizmente, destruída. A imagem original do santo também se perdeu. Conserva hoje em seu interior, de interesse artístico, dois altares em estilo D João V, simplificados, e um curioso chafariz de pedra.

Pouco distante da igreja encontram-se as ruínas de uma imensa casa construída de pedra. Atribui a tradição popular que o casarão foi construído pelos primeiros bandeirantes que lá chegaram nos idos do século XVII. Parece realmente, pela análise estrutural, que se trata de construção muito antiga. Porém não foram encontrados documentos acerca da verdadeira origem da 'Casa Bandeirista' e, nem tampouco, da própria Amarantina. Acredita-se que o povoado tenha surgido em meados do XVIII quando a produção agrícola de Cachoeira entrou em seu apogeu, reservando para os agricultores da baixada o plantio de alguns produtos especiais cujo terreno encharcado era propicio - como o alho, por exemplo. Esta baixada, porque estava constantemente inundada pelas águas do Rio Maracujá, recebeu o

[29] *Origem colonial* no sentido da existência como povoado, com arruamento e característica urbana (e não somente com presença de fazendas e paragens).

nome de Tijuco. Posteriormente São Gonçalo do Tijuco, em homenagem ao santo vindo de Portugal. Coexistiu daí em diante com a denominação de São Gonçalo do Amarante, em lembrança da cidade de origem da imagem. No século XX - Decreto-Lei n°1.058, de 31 de dezembro de 1943 - mudaram-lhe o nome para Amarantina.



Foto 2.62- Peças do Museu das Reduções
Fonte: www.idasbrasil.com



Foto 2.63- Peças do Museu das Reduções
Fonte: www.masterix.com.br/pmop

Antônio Pereira

Nos fins do século XVII milhares de aventureiros afluíram aos territórios mineradores das Gerais. Dentre estes cumpre frisar o *Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira*, raro exemplo - entre estes principais núcleos afastados da Vila - em que o topônimo é lembrança direta aos primeiros povoadores.

Mas, quem era o *homem* Antônio Pereira? Vários historiadores estão de acordo que se trata de Antônio Pereira Machado, português, nascido na Freguesia de São João de Caldas, Termo da Vila de Guimaraens, Arcebispado de Braga. Este imigrante, dos muitos que de Portugal vieram na febre aurífera, foi certamente o descobridor e primeiro explorador da região que hoje leva seu nome. Entre 1700 e 1701, fugindo da fome que grassava entre os mineradores, estabeleceu-se nas cercanias do atual distrito.

Em 1703 o mesmo Antônio Pereira mudou-se para o Arraial do Carmo. Diz Salomão de Vasconcelos que o verdadeiro fundador do Arraial do Carmo também foi Antônio Pereira que o encontrou, em 1703, exaurido de víveres. Anos depois, uma vez necessário, doou sua sesmaria quando da criação da Vila do Carmo, em 1711. Vê-se que a Cidade de Mariana deve muito ao Antônio Pereira.

Das muitas minas que se espalharam pela região de Antônio Pereira cumpre citar: Mata-Mata, Romão, Macacos, Manuel Teixeira, Capitão Simão, Fazenda do Barbaçal, Mateus, Mateus das Moças, Rocinha etc.

Devem-se destacar no distrito como pontos históricos importantes: as ruínas da antiga Matriz, incendiada no século XIX, e a Gruta de Nossa Senhora da Lapa, alvo de romarias intensas no mês de agosto. Observe-se, entrementes, que o povoado se desenvolveu no eixo, outrora provável rota processional, formado entre a antiga Matriz, destruída, e a atual, adaptada no século XIX para os ofícios paroquiais, sendo este espécie de caminho tronco, parte da 'estrada do mato-dentro'.



Foto 2.64- Ruínas da antiga matriz
Fonte: www.idasbrasil.com

Cachoeira do Campo

Segundo a tradição, por volta de 1680 um aventureiro chamado Manuel de Mello teria se estabelecido em Cachoeira, tornando-se o seu primeiro morador. Provas concretas sobre sua existência são escassas. Um dos livros da Irmandade do Santíssimo Sacramento deixa entrever, num assento de 1709, que o primeiro nome do lugar foi *Cachoeira do Manuel de Mello*. Recentemente foi encontrada na Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (obra digna de visita pelos lavores em talha dourada) uma pequena bússola confeccionada em meados do século XVII. Este instrumento, típico dos bandeirantes, talvez seja a prova mais convincente que realmente aventureiros se estabeleceram em Cachoeira no último quartel dos anos de 1600.

Em sua *Monografia Histórica* Pe.Afonso de Lemos afirma que o povoado teve início nos anos de 1700 e 1701 quando uma grande fome abateu os mineradores, forçando a procura de espaços propícios para o plantio. Pela fertilidade do solo e amenidade do clima, Cachoeira tornou-se então um dos centros regionais de produção agrícola.

Cabe ainda salientar que - pela posição estratégica (proximidade do Capão do Lana e do Xiqueiro dos Alemães, pontos de convergências das principais estradas mineiras do XVIII) aliada a outros fatores (como a amenidade do clima) - Cachoeira foi escolhida como lugar ideal para se construir um *Palácio de Campo dos Governadores* (também chamado de *Palácio da Cachoeira* ou *Palácio de Recreio* ou ainda, *Palácio de Veraneio*). Em 1782 Dom Rodrigo Jozé de Menezes transformou a edificação numa luxuosa residência, que contava, entre outras regalias, com um imenso lago artificial (100 x 35m) com capacidade de armazenamento estimada em mais de 20 milhões de litros d'água. Neste lago ziguezagueava até uma embarcação a vela, um *scaller*, de 7m de comprimento. A poucos quilômetros deste Palácio, mandou outro governador - desta vez Dom Antônio de Noronha - construir um quartel destinado a ser a Sede da Cavalaria Paga das Minas, isto no ano de 1779, conforme ainda se lê no brasão de pedra-sabão do seu frontispício. Ambas edificações foram doadas aos salesianos e são hoje, respectivamente, o chamado 'Colégio das Irmãs' e o Colégio Dom Bosco.



Foto 2.65- Matriz de N. Sra. De Nazaré/ 2001
Autoria: Rodrigo Gomes
Fonte: Acervo digital da AMIC

Engenheiro Corrêa

Nas cercanias do atual Engenheiro Corrêa existiu em outros tempos um antigo povoado cognominado Santo Antônio do Monte. Em torno da pequena capela (ainda existente) várias fazendas se estabeleceram (vestígios de vários e extensos muros de pedra seca, limítrofes destas fazendas, ainda podem ser vistos em várias partes). A poucos metros do adro da capelinha existe ainda uma pequena e rústica construção de pedra, herança de um povoado a muito desaparecido.

A atual sede do distrito se desenvolveu em torno da estação ferroviária inaugurada em 1° de dezembro 1896, com o nome de Estação Sardinha (lembrança àquela vasta região banhada pelo Ribeirão Sardinha). Por ocasião da inauguração houve grandes festejos que prenunciavam, de certa forma, o desenvolvimento futuro. Devido ao crescimento urbano considerável (em 1930, por exemplo, o cartório já fora instituído), em 1953 o lugar foi elevado à categoria de distrito pela Lei N° 1039, de 12 de dezembro daquele ano, com território desmembrado de Miguel Burnier.

O topônimo atual é uma homenagem a Manuel Francisco Corrêa Júnior, engenheiro supervisor da Estação Sardinha e falecido em desastre nas proximidades da estação.



Foto 2.66- Estação Ferroviária
Autoria: Gutierrez L. Coelho
Data: Set. de 2004
Fonte:www.estacoesferroviarias.com.br

Glaura (Casa Branca)

O nome mais antigo de Casa Branca do qual se tem registro é *Santo Antônio das Minas de Balthazar de Godoy*. Este Balthazar possuía, segundo Pe.Afonso, uma ermida com três altares e uma imagem de Santo Antônio. Quando em meados do século XVIII deu-se início a construção da atual Matriz estes altares foram inseridos no interior da igreja, como estão até hoje, preservados na nave. Estes retábulos, mesmo estando atualmente muito repintados, deixam entrever partes do douramento da talha primitiva, em um Nacional Português que muito se assemelha ao de São Bartolomeu.

Dispomos de poucos dados acerca da construção da antiga Matriz de Casa Branca. O início das obras se deu em 1757 e o fim provável foi em 1764, data existente na peanha da cruz que encima o frontão. Foram arrematantes José Coelho de Noronha, Antônio Moreira Gomes e Tiago Moreira. Ereta originalmente para servir de Matriz somente em meados do século XIX é que passou a ser filial da Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo (este fato aconteceu também com a Igreja de São Bartolomeu).

Em 1943 o poder público municipal mudou o velho nome do povoado para Glaura, alusão ao poema do árcade Silva Alvarenga (Decreto-Lei n°1.058, de 31 de dezembro). Contudo, a população ainda conserva o nome primitivo, chamando o povoado somente de *Casa Branca.*

O arruamento primitivo se desenvolveu em torno da pequena capela, depois transformada em Matriz. Algumas ruelas atingiam, desde a praça principal, parte da antiga Estrada Real do Sabará, que, em Glaura, forma rua com interessante casario conservado. Esta rua, muito pitoresca, atingia a Praia do Rio das Velhas a pouca distância do centro do arraial.



Foto 2.67- Matriz de Sto. Antônio
Fonte: www.masterix.com.br/pmop



Foto 2.68- Casarão colonial
Fonte: www.idasbrasil.com

Lavras Novas

Passado os primeiros anos da exploração aurífera, caracterizado pela exploração intensa, muitas minas se esgotaram rapidamente, trazendo estagnação econômica a vários lugarejos e arraiais. Todavia, novas expedições continuaram esquadrinhando o território minerador, mesmo já encontrados os veios de maior abastança. Neste contexto se insere o surgimento de Lavras Novas que, como o próprio nome indica, marca lugar de exploração aurífera mais recente, se comparada com outros arraiais mais antigos (como São Bartolomeu e Antônio Pereira).

Em 9 de outubro de 1762, a pedido dos moradores do lugar, a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi erigida à capela filial da Freguesia de Santo Antônio de Itatiaia (atual Itatiaia, distrito de Ouro Branco). Este orago - Nossa Senhora dos Prazeres - é bastante incomum na região das minas.

Guarda o povoado ainda a característica dos primeiros arruamentos abertos pelos mineradores, sem grandes intervenções posteriores: é certo que o casario não é original ou possui homogeneidade, mas o formato de acampamento, ereto em torno da antiga ermida, foi mantido no largo que se formou à frente e aos fundos da atual igreja (reerguida, ao que parece, na segunda metade do século XVIII). O gracioso cruzeiro de pedra, que orna o largo

citado, é símbolo da fé dos primeiros povoadores, marcando o fervor religioso barroco no espaço público das ruas.

Corre lenda muito disseminada que o local tenha em sua origem um quilombo para o que, contudo, não encontramos documentação comprobatória. A nosso ver a prevalência da população negra tem cerne no século XIX quando o exaurimento das lavras deve ter forçado o abandono da população branca que, já à esta época, deveria estar em profundo processo de mestiçamento.

Lavras Novas só foi elevada à categoria de distrito no ano de 2005, no dia 22 de outubro.



Foto 2.69- Capela de N. Sra. Dos Prazeres
Autoria: Bruno Tropia
Data: Janeiro de 2007

Miguel Burnier

Desde o século XVIII dominava as cercanias do atual distrito de Miguel Burnier o lugar conhecido por Chiqueiro do Namon ou Xiqueiro do Alemão (sendo chamado somente de "Xiqueiro" no famoso mapa de Cláudio Manoel da Costa). Possuía especial importância, pois que aí perto se encontravam o Caminho Novo e o Caminho Velho, no local chamado de "Rodeio", já referido por Antonil.

No começo do século XX, nas proximidades do 'Xiqueiro', se instalou uma famosa fundição - a Usina Wigg - cuja produção era escoada pela estrada de ferro que ia a Ouro Preto e que passava nas proximidades. O 'Xiqueiro' foi gradualmente abandonado quando o lugarejo de São Julião passou a ser ponto estratégico pela maior proximidade da ferrovia e da usina (já em 1884 uma promissora estação ferroviária foi instada no local).

Em 1911 São Julião - pela Lei nº 556, do dia 30 de agosto - foi elevado à categoria de distrito (em detrimento do antigo 'Xiqueiro' que nunca fora elevado a tal). Em 1948 o distrito passou a se chamar Miguel Burnier - Decreto Nº 336 de 27 de dezembro - em homenagem

ao engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, diretor da estrada no ano da inauguração da estação (1884).

Parte do casario se desenvolveu em torno da antiga estação, com arquitetura típica. Outra vertente da expansão urbana se deu nas proximidades da imponente igreja do arraial. Esta expansão, irregular, deu a feição atual do distrito, ainda com arruamento confuso, e, por isso mesmo, curioso e pitoresco.



Foto 2.70- Estação Ferroviária
Autoria: Alex Bohrer
Data: Set. de 2006



Foto 2.71- Igreja do Sagrado Coração de Jesus
Autoria: Alex Bohrer
Data: Mar. de 2007

Rodrigo Silva

Os primeiros registros relativos ao local denominado José Correia sempre estão ligados à Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, antiga paragem colonial, hoje abandonada, nas proximidades de Rodrigo Silva. A mineração de topázio sempre esteve presente na história do lugar. Viajantes estrangeiros já registravam a exploração de topázio no início do século XIX. Algumas destas lavras eram gigantescas, empregando centenas de escravos.

Até a chegada dos ferroviários José Correia compunha-se de fazendas espalhadas por léguas de distância. A mais famosa delas é a Fazenda do Fundão, ainda existente. Nesta fazenda nasceu em 1870 Alfredo Fernandes dos Prazeres personagem importante na construção da nova cidadezinha ferroviária. Quando no começo da década de 1880 fez-se o projeto da estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro à Ouro Preto, projetou-se também uma nova paragem a se estabelecer em José Correia, que teria seu nome mudado para Rodrigo Silva em homenagem a um ministro imperial. O complexo ferroviário - inaugurado por Dom Pedro II em 1888 - estendeu-se posteriormente de um lado a outro, paralelo à estrada de ferro. Esta conformação urbana em torno da antiga ferrovia deu a feição atual do

arruamento, que, grosso modo, se estende por uma larga e comprida rua principal paralela aos trilhos. Desta rua principal partem pequenas ruelas ou becos que atingiam, outrora, sítios e fazendas, nos fundos dos vales.

No começo do século XX fundou-se a Sociedade Musical Santa Cecília de Rodrigo Silva, símbolo primeiro da cultura desenvolvida pelos ferroviários. No arquivo desta banda encontram-se composições feitas pelos ferroviários, demonstração de grande apuro musical.

Hoje nos trilhos de Rodrigo Silva não passam mais trens, mas a cultura do topázio continua, com a exploração do famoso topázio imperial, raríssimo.
O distrito, propriamente dito, foi criado pela Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do distrito sede.



Foto 2.72- Estação Ferroviária
Fonte: www.idasbrasil.com

Santa Rita de Ouro Preto

Sabe-se que no século XVIII pequena capela já marcava o solo do atual distrito de Santa Rita. Esta pitoresca capela, típica das primitivas edificações religiosas mineiras (com frontão triangular e telhado simples de duas águas), possuía uma portada em pedra-sabão e capela-mor com altar artisticamente trabalhado. Em 1964 a capelinha foi infelizmente destruída. Em seu lugar se ergue hoje uma ampla igreja de feição moderna. O antigo acervo de imagens, contudo, ainda está conservado no interior da nova igreja. O povoado, propriamente dito, só se desenvolveu com arruamento expressivo durante o século XIX. Caminhos de tropeiros e rotas antigas de comércio fizeram a prosperidade dos fazendeiros e comerciantes da região, invariavelmente ponto de pouso de tropeiros e rotas das suas caravanas. Estes velhos caminhos guiaram, como era de se esperar, a expansão urbana.

A pedra-sabão que ornava o frontispício da igreja citada acima foi abundantemente extraída no século XVIII para manuseio nos canteiros de obras de toda região, porém seu uso desde meados do século XIX foi esporádico. A partir da década de 1970 a extração de pedra-sabão toma novo fôlego, impulsionada pelo artesanato e turismo. Hoje o distrito de Santa Rita é o maior produtor de pedra-sabão do município.

O antigo povoado de Santa Rita de Cássia só foi elevado a distrito pelo Decreto-Lei N° 148, de 17 de dezembro de 1938 - com território desmembrado da sede -, quando passou a ser denominado, oficialmente, com o nome de Santa Rita de Ouro Preto.



Foto 2.73- Paisagem do entorno
Fonte: www.idasbrasil.com



Foto 2.74- Vista panorâmica do distrito
Fonte: www.masterix.com.br/pmop

Santo Antônio do Leite

Desde sua fundação Santo Antônio do Leite esteve ligado à Cachoeira do Campo. Várias famílias dos dois locais possuem troncos familiares comuns. Santo Antônio do Leite só se separou oficialmente de Cachoeira, como distrito autônomo, nos primeiros anos do século XX. As fazendas da região abasteciam Cachoeira de leite e bananas - Santo Antônio do Leite já foi um dos maiores produtores de bananas do Brasil.

O principal monumento do 'Leite', visível de vários pontos e ao longe, é a Igreja de Santo Antônio. Conta a lenda que certo personagem apareceu por lá nos idos do século XIX. Veio cumprir uma promessa: construir uma grande igreja para Santo Antônio, santo de quem alcançara um milagre. Com muito esforço e esmola, por fim, a capelinha deu lugar a uma ampla e graciosa igreja. Para decorar os tetos do templo contrataram um filho de Santo Antônio do Leite, o famoso pintor Honório Esteves.

Na década de 80, infelizmente, a capela-mor da igreja foi derrubada para ampliação do espaço interno e o altar principal se perdeu. Fruto da falta de conscientização patrimonial, este tipo de ação tem suprimido muitas páginas da história de Minas. Porém o visitante pode ainda vislumbrar a grandiosidade das pinturas de Honório Esteves. As obras deste pintor estão entre os principais legados do século XIX à cultura mineira.

O arruamento se desenvolveu em torno da igreja que, por sua vez, se encontra à beira de movimentado caminho antigo. Este caminho outrora rumava, como trajeto secundário e opcional, ao Ouro Branco e às Congonhas.

Santo Antônio do Leite foi elevado a distrito, desmembrado de Cachoeira do Campo, em 7 de setembro de 1923, pela Lei nº 843. Em 1948, pela Lei nº 336, de 27 de dezembro, passa a se chamar Bárbara Heliodora, homenagem à esposa de Inácio de Alvarenga Peixoto, Inconfidente. No dia 12 de dezembro de 1953, pela Lei nº 1.039, retorna ao nome antigo.



Foto 2.75- Igreja de Sto. Antônio
Fonte: www.masterix.com.br/pmop

Santo Antônio do Salto

Entre os vestígios físicos remanescentes dos primórdios do povoamento minerador no atual distrito de Santo Antônio do Salto, cumpre destacar a paragem denominada Fundão da Cintra, com graciosa capelinha ainda existente. Esta paragem situava-se às margens de um antigo caminho de abastecimento, rota secular de tropeiros que negociavam nas fazendas e vendas da região.

Confina o atual distrito com o município de Mariana em cujas terras, do outro lado da imponente serra, nasceu o poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa. Corre interessante lenda local que o menino Cláudio teria sido batizado na capelinha do Fundão da Cintra. A verdade é que um caminho tortuoso e íngreme ligava as fazendas marianenses ao Salto, não sendo improvável visitas freqüentes da ilustre família Costa.

O arruamento antigo do distrito se concretizou em torno da pequenina Capela de Santo Antônio (hoje profundamente descaracterizada). Outras vertentes da expansão urbana se insinuaram timidamente às margens de velhos caminhos.



Foto 2.76- Paisagem do entorno
Fonte: www.idasbrasil.com



Foto 2.77- Capela de Sto. Antônio
Fonte: www.masterix.com.br/pmop

São Bartolomeu

O Arraial do Apóstolo São Bartolomeu é dos mais antigos das Minas, sendo seus mais remotos documentos datados de fins do século XVII. Entre os vestígios remanescentes do período áureo cumpre destacar a Igreja do padroeiro, cujos altares demonstram uma fatura recuada em Estilo Nacional Português, isenta ainda da ornamentação antropomorfa (que está presente na Matriz de Cachoeira, por exemplo). A própria arquitetura desta igreja é prova também da antiguidade do local, sendo a fachada - com suas três janelas, as torres com telhadinho e os cunhais de madeira - típica da primeira 'fase' construtiva que Minas conheceu. Sua fachada e seu interior, bem preservados, nos dão uma idéia de como eram as primeiras igrejas matrizes erguidas com o esforço dos mineradores.

No interessante casario preservado neste povoado podemos encontrar certas curiosidades. Em algumas casas, por exemplo, encontram-se raridades do século XVIII e XIX: oratórios públicos inseridos nas construções. Há pelo menos três destes oratórios na rua principal. O casario se estende por uma comprida rua retilínea (certamente projetada), sendo dominada, de um lado, pelo largo da Matriz, com seus muros de arrimo de pedra.

Os enormes monturos de cascalho ao longo do Rio das Velhas (a poucos quilômetros das nascentes), as muitas minas e *saris* (ou sarilhos) indicam a atividade mineradora dos primeiros anos do setecentos. Foi encontrado há poucos anos, perto desses monturos, um

delicado estojo de cadinhos, com numeração ainda preservada, usado, ao que parece, na pesagem do ouro.

Em agosto a imagem de São Bartolomeu é alvo de romarias vindas de várias partes do Brasil, à procura dos milagres do padroeiro. Na festa do santo apóstolo, o mundo profano se mistura com o sagrado, barracas de jogos e doces se misturam com vendedores de velas e terços. Gente de toda a parte movimenta o pequeno povoado. Esta religiosidade, sempre presente em São Bartolomeu, nos legou várias manifestações culturais.



Foto 2.78- Matriz de S. Bartolomeu
Autoria: Alex Bohrer
Data: Jan. de 2007

2.11 CRONOLOGIA

1698 - "Redescoberta" de Ouro Preto pelo Bandeirante Antônio Dias;
1708 - Guerra dos Emboabas;
1711- Criação de Vila Rica (sede municipal), pelo governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque;
1720 - Sedição de Vila Rica (ou sedição de Filipe dos Santos);
1724 - Elevação das Paróquias de Vila Rica (junto com outras de Minas) à categoria de colativas;
1733 - Triunfo Eucarístico (traslado do Santíssimo Sacramento da Capela do Rosário para a Igreja Matriz do Pilar, por ocasião de sua inauguração);
1738 (?) - Nascimento de Antônio Francisco Lisboa, O Aleijadinho;
1789 - Inconfidência Mineira;
1792 - Morte de Tiradentes (21 de Abril);
1814 - Morte do Aleijadinho;
1822 - Visita do príncipe regente Dom Pedro (futuro Pedro I);

1822 - A antiga Capitania das Minas Gerais é transformada em província do Império Brasileiro;

1823 - Elevação de Vila Rica a Imperial Cidade de Ouro Preto, pelo Imperador Dom Pedro I;
1831 - Segunda visita do Imperador Dom Pedro I;
1839 - Criação da Escola de Farmácia,
1876 - Criação da Escola de Minas;
1881 - Primeira visita do Imperador Dom Pedro II;
1889 - Segunda visita do Imperador Dom Pedro II e inauguração da Estrada de Ferro Ouro Preto-Rio;
1897- Mudança da Capital Mineira para Belo Horizonte;
1911- Comemorações do Bicentenário de Ouro Preto (200 anos de elevação a Vila)
1924 - Visita dos Modernistas a Ouro Preto;
1931- Proibição, pelo prefeito João Veloso, de construções em desacordo ao estilo colonial;
1933 - Ouro Preto é elevada a Monumento Nacional pelo presidente Getúlio Vargas;
1938 - Registro de Ouro Preto no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
1944 - Inauguração do Museu da Inconfidência e Criação da Escola Técnica Federal de Ouro Preto;
1969 - Criação da Universidade Federal de Ouro Preto;
1962 - O pintor Alberto da Veiga Guignard é sepultado no cemitério da Igreja de São Francisco de Assis;
1980 - Ouro Preto é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco;
1998 - Comemoração do Tricentenário de Ouro Preto (300 anos da criação do arraial);
2003 - Incêndio do antigo Hotel Pilão;
2006 - Reinauguração do antigo Hotel Pilão (agora Centro Cultural e Turístico FIEMG) e reinauguração da Estrada de Ferro Ouro Preto-Mariana.

2.12 DADOS GERAIS

Área do Município: 1.248,56 km²

Limites do Município: Catas Altas da Noruega, Itaverava, Ouro Branco, Congonhas, Belo Vale, Moeda, Mariana, Itabirito e Santa Bárbara.

População (Conforme Censo de 2000 - IBGE):
Pessoas Residentes: *66.277*
Homens Residentes: *32.566*

Mulheres Residentes: *33.711*

Pessoas Residentes Área Urbana: *56.292*

Pessoas Residentes Área Rural: *9.985*

População Total Estimada em 2004: 68 208 habitantes (IBGE).

Rios da Região:

Rio das Velhas: *Nasce na Cachoeira das Andorinhas em Ouro Preto, passa pelos distritos de São Bartolomeu e Glaura (Casa Branca) de onde segue para Itabirito, para, finalmente, desaguar no São Francisco, no norte de Minas.*

Gualaxo do Norte: *Nasce em Antônio Pereira e ruma ao Espírito Santo, se unindo antes com outros da Bacia do Rio Doce.*

Gualaxo do Sul: *Nasce no povoado de Dom Bosco em Cachoeira do Campo, segue em direção a Santa Rita, se unindo a riachos e formando o Rio Mainart em Ponte Nova.*

Ribeirão do Funil: *Nasce próximo ao Tripuí e forma, em Ouro Preto, o Ribeirão do Carmo (que atravessa a cidade de Mariana).*

Outro rios destacáveis: *Piracicaba, Paraopeba e Maracujá.*

Altitude:

Altitude na Praça Tiradentes - 1.150m

Altitude na Praça da Estação - 1.060m

Altitude Máxima do Município - 1.891m (na divisa com o município de Santa Bárbara)

Altitude Mínima do Município - 989m na foz do Rio Maracujá (arredores de Amarantina)

Clima:

O clima ouropretano é o tropical de altitude.

Temperatura Média Anual: 17,4º C

Posição e Coordenadas Geográficas:

O município de Ouro Preto insere-se na Região Central da Macrorregião Metalúrgica. Situa-se na Serra do Espinhaço, na região conhecida com Quadrilátero Ferrífero.

Suas coordenadas são 20º23” de Latitude Sul e 43º30” de Longitude Oeste.

Prefeitos de Ouro Preto (desde 1931):

1931 – Dr. Alfredo Baeta Neves
1931 a 1936 – Dr. João Batista Veloso
1936 a 1947 – Dr. Washington de Araújo Dias
1947 a 1951 – Dr. Serafim da Silva Gomes
1951 a 1955 – Dr. Amadeu Barbosa (Vice: Dr. José Pedro Xavier da Veiga)
1955 a 1959 – Dr. Orlando Ramos (Vice: Dr. José Pedro Xavier da Veiga)
1959 a 1963 – Dr. Benedito Gonçalves Xavier (Vice: Dr. Jair Pena)
1963 a 1967 – Prof. José Benedito Neves (Vice: Dr. José de Araújo Dias)
1967 a 1968 – Dr. Genival Alves Ramalho (Vice: Antônio Cardoso Roriz)
1968 – Dr. Theódulo Pereira (substituiu Genival Ramalho por 60 dias)
1968 – Dr. Genival Alves Ramalho (Vice: Antônio Cardoso Roriz)
1971 a 1973 – Dr. Benedito Gonçalves Xavier (Vice: Rodrigo Vicente Tóffolo)
1973 a 1977 – Dr. Genival Alves Ramalho (Vice: Antônio Cardoso Roriz)
1977 a 1983 – Dr. Alberto Caram (Vice: Dr. Emanuel Resende)
1983 – Dr. Benedito Gonçalves Xavier (Vice: Dr. José Leandro Filho)
1983 a 1989 – Dr. José Leandro Filho (assumiu após a morte de Dr. Benedito Xavier)
1989 – Dr. Carlos Maurício Carmassi (Presidente da Câmara - Assumiu em razão da anulação das eleições)
1989 a 1992 – Dr. Wilson Milagres dos Santos (Vice: Paulo Marcos Xavier da Silva)
1993 a 1996 – Dr.Angelo Oswaldo de Araújo Santos (Vice: Flávio Márcio Alves de Brito Andrade)
1997 a 2000 – Dr. José Leandro Filho (Vice: Dr. Renan Guimarães)
2001 a 2004 – Marisa Maria Xavier Sans (Vice: João Bosco Perdigão)
2005 a 2008 – Dr.Angelo Oswaldo de Araújo Santos (Vice: Dr. Renato Moreira Figueiredo)

2.13 Descrição Física Geral do Município

O relevo do município de Ouro Preto varia desde as baixadas do Maracujá nos limites de Amarantina (900 m) e os mais de 1700 metros do Pico do Itacolomi (do tupi, “menino de pedra”) e da elevada Serra de Rodrigo Silva (da velha formação geológica do Alto da Varanda e do Alto da Figueira, ponto mais elevado da Central do Brasil no país), passando para formações mais brandas no planalto cachoeirense (1100 m).

O relevo acidentado não favorece as atividades agropastoris em grande escala. As indústrias extrativas se destacam: minério de ferro em Antônio Pereira; topázio branco e o famoso topázio imperial (único do mundo) em Rodrigo Silva; calcário e mármore em

Cachoeira do Campo e Miguel Burnier; pedra-sabão em Santa Rita (processo artesanal) e em Cachoeira do Campo (processo artesanal e industrial). Vale ainda destacar a presença da NOVELIS (antiga ALCAN) e da CVRD (esta, espalhada pelo município; a outra, grande metalúrgica, localizada no Bairro de Saramenha na sede).

Os principais pontos turísticos do município são: Museu da Inconfidência (1784-1855), Museu do Oratório (único deste tipo no mundo), Casa dos Contos (1787), Teatro Municipal (1770, primeiro teatro das Américas, em funcionamento), Matrizes do Pilar (1711-1733) e do Antônio Dias (1727-1760), Igrejas de São Francisco de Assis (1765-1810), do Carmo (1765) e do Rosário (1780), Capela do Padre Faria (1701-1710), Escola de Minas (1741-1749), *(todos em Ouro Preto)*; Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (1700-1725), Igrejas de Nossa Senhora das Dores (1756-1761) e das Mercês (1908), Capela do Bom Despacho (1ª metade do século XVIII) e Colégio Dom Bosco (1775-1779), *(em Cachoeira do Campo)*; Matriz de São Bartolomeu e Igreja das Mercês *(em São Bartolomeu)*; Matriz de Santo Antônio *(em Santo Antônio do Leite)*; Matriz de Santo Antônio *(em Glaura)*; Matriz de São Gonçalo e Museu das Reduções *(em Amarantina)*; Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres *(em Lavras Novas).* O turismo ecológico começa também a se destacar nas belíssimas paisagens entre *Lavras Novas* e *Rodrigo Silva*.

3. HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

3.1 APRESENTAÇÃO

Após o esmagamento da Revolta de Filipe dos Santos, em 1720, o Conde de Assumar propôs que se construíssem em Cachoeira do Campo um quartel e uma residência para os governadores de Minas, tendo em vista o ponto estratégico que o arraial era por excelência. O quartel seria construído já em 1720 e reconstruído em 1779. O Palácio dos Governadores foi construído em 1730 e ampliado em 1782 por Dom Rodrigo José de Meneses.

Em Cachoeira ainda é possível visitar estas construções famosas, como o antigo quartel (hoje Centro Dom Bosco) e as ruínas do Palácio. Nestas ruínas se vêem as imensas muralhas do Lago do Governador (que foi considerado uma das principais obras de engenharia da época). O imenso lago podia armazenar 25 milhões de litros d'água! Possuía até mesmo, singrando suas águas calmas, uma pequena embarcação à vela de 7 metros de comprimento!

Pouco distante do lago - e ainda em uso - está a famosa Ponte do Palácio, construída no século XVIII para dar acesso ao Palácio. Possui 30 metros de comprimento e é toda feita de pedra. Esta ponte antecedia o portão de entrada do palácio e dava início aos caminhos que, de Cachoeira, demandavam à Vila Rica.

Em 1782 o mesmo governador que reconstruiu o Palácio - Dom Rodrigo José de Meneses - mandou abrir uma nova e excelente estrada ligando o Palácio da Cachoeira ao de Ouro Preto. Esta estrada substituiu uma mais antiga, construída no cimo da serra, sendo, a partir da sua inauguração, usada como atalho - grande parte do caminho se faz em curva de nível, tornando-o menos árido, sinuoso e cansativo, especialmente entre José Henriques e a Pedra de Amolar.[30] Como grande parte da estrada corta o território do distrito de São Bartolomeu, muito da conservação e uso desta se deve aos moradores do vasto distrito que, por isso, mereceu tópico a parte na contextualização deste estudo.

Uma fantástica obra de engenharia colonial, a estrada de Dom Rodrigo oferece um passeio único pela imponente serra, outrora chamada *Serra da Cachoeira* (hoje mais comumente conhecida como *Serra de Ouro Preto*). A meio caminho entre Cachoeira e Ouro Preto, como

[30] A Pedra de Amolar empresta, por vezes, seu nome ao Chafariz de Dom Rodrigo.

marco da inauguração da estrada, foi construído um belo e elegante chafariz, chamado, hodiernamente, de Chafariz de Dom Rodrigo de Meneses, alvo, agora, da política preservacionista da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.



Figura 3.1 – Carta Geográfica da região da antiga Vila Rica. Circulo vermelho englobando Vila Rica, Cachoeira do Campo, São Bartolomeu e a Serra por onde passa a Estrada de Dom Rodrigo
Fonte: Acervo Alex Bohrer

3.2 OURO PRETO: CONTEXTO HISTÓRICO

A povoação de Ouro Preto foi fundada pela Bandeira de Antônio Dias em 24 de Junho de 1698 e alçada à categoria de vila em 1711 com o nome de Vila Rica. Em 1823 foi elevada à Imperial Cidade de Ouro Preto. A antiga capital de Minas conservou grande parte de seus monumentos coloniais e em 1933 foi elevada a Patrimônio Nacional, sendo, cinco anos depois, tombada pela instituição que hoje é o IPHAN. Em 2 de setembro de 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Paris, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade.

A cidade de Ouro Preto, sede do grande município, situa-se nas ladeiras do vale do Córrego Tripuí à cerca de 1060 metros de altitude e a 20º 23' 28" de lat. S e 43º 30' 20" de long. O. Nenhuma outra localidade brasileira acumulou tantos fatos históricos como este vasto município. São os seguintes os distritos de Ouro Preto: Cachoeira do Campo, Amarantina, Glaura (Casa Branca), São Bartolomeu, Santo Antônio do Leite, Rodrigo Silva, Miguel Burnier, Engenheiro Correia, Santa Rita, Santo Antônio do Salto, Lavras Novas e Antônio Pereira.

Firmando-se desde muito cedo na história mineira como sede da capitania, nada mais lógico que, literalmente, todas as estradas oficiais mineiras convergissem para Vila Rica. Estradas oficiais, construídas a mando ou sob a concessão da Coroa Portuguesa, eram chamadas de Estradas Reais (ou seja, "do rei"). Centenas de quilômetros de outros caminhos secundários existiam nas Minas, mas as grandes vias de acesso, passagem e escoamento da produção mineral foram as Estradas Reais.

O caminho trilhado pelos primeiros bandeirantes paulistas foi aberto em fins do século XVII e esteve intrinsecamente ligado à descoberta das jazidas auríferas. Para facilitar o acesso às minas, que se descobriam em quantidade, o governo autorizou, posteriormente, a construção de um outro caminho, mais curto e melhor desenhado, o qual chamou-se de "Caminho Novo" em contraposição ao outro, dos bandeirantes, apelidado já de "Caminho Velho". Ambos os caminhos ligavam a região mineradora às cidades litorâneas, como Parati e Rio de Janeiro (que a partir de 1763 tornou-se a capital da colônia). Os dois caminhos convergiam num lugar chamado "Chiqueiro dos Alemães", paragem sita no atual distrito de Miguel Burnier. A partir deste ponto, a estrada transformava-se num emaranhado de entroncamentos, multiplicando-se o acesso à capital. A principal destas vias foi aquela feita no governo de Dom Rodrigo José de Meneses, entre Cachoeira do Campo e Ouro Preto, e do qual falaremos mais adiante.



Figura 3.2 – Mapa da Capitania de Minas Gerais/ 1711
Fonte: Acervo Alex Bohrer

3.3 CACHOEIRA DO CAMPO: CONTEXTO HISTÓRICO

Desde o final do século XVII, aventureiros já haviam se estabelecido na região de Cachoeira do Campo. Por volta de 1700-1701 uma grande fome se abateu sobre os moradores das minas, que tiveram que se debandar à procura de alimentos. Pela fertilidade do solo e amenidade do clima, Cachoeira tornou-se então um dos centros de produção agrícola. Logo se estabeleceram, ao lado dos pequenos agricultores, grandes fazendeiros, senhores de terra que, pelo acúmulo de riquezas através do comércio de alimentos, se tornaram membros de grande poder e influência política.

Alguns sugerem que as cascatas que deram origem ao topônimo “cachoeira” são as formadas abaixo da Ponte do Palácio, mais próximas ao centro do antigo arraial. Outros, porém, argumentam que estas cascatas seriam as que deságuam à margem do antigo caminho do Morro da Mata, cuja beleza natural havia chamado a atenção dos primeiros exploradores que assim denominaram o lugar de “*Cachoeyra”.* Por se localizar o povoado na região dos campos e em homenagem à padroeira trazida pelos bandeirantes, passou a ser o *Arraial de Nossa Senhora de Nazaré dos Campos da Cachoeira* ou *Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo* ou, simplesmente, *Cachoeira do Campo.*

Em Cachoeira do Campo ficava o Palácio de Campo dos Governadores (reformado e ampliado por Dom Rodrigo José de Meneses) e o Quartel General da Cavalaria das Minas, monumentos tornados célebres durante a Inconfidência Mineira.

Nada mais justo e óbvio que a estrada ligando os palácios de Vila Rica e Cachoeira fosse a mais bem conservada de Minas. Ainda hoje este caminho pode ser visitado: sua maior ponte (chamada ‘do Palácio’ e já engolida pela área urbana de Cachoeira) ainda é utilizada e seu chafariz (erguido num contraforte da serra), ainda mata a sede dos transeuntes.



Figura 3.3 – Pintura da fachada do Quartel de Cachoeira do Campo/ Século XIX
Fonte: Acervo Alex Bohrer

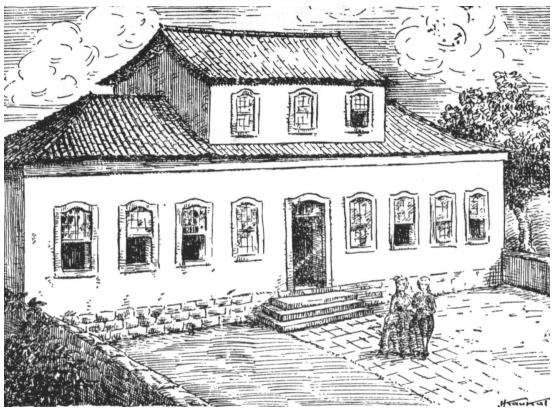


Figura 3.4 – Reconstituição do Palácio do Governador em Cachoeira do Campo na década de 1730
Fonte: Acervo Alex Bohrer

3.4 SÃO BARTOLOMEU: CONTEXTO HISTÓRICO

O Arraial do Apóstolo São Bartolomeu é dos mais antigos das Minas, sendo seus mais remotos documentos datados de fins do século XVII. Entre os vestígios remanescentes do período áureo cumpre destacar a Igreja do padroeiro, cujos altares demonstram uma fatura recuada em Estilo Nacional Português, isenta ainda da ornamentação antropomorfa (que está presente na Matriz de Cachoeira, por exemplo). A própria arquitetura desta igreja é

prova também da antiguidade do local, sendo a fachada - com suas três janelas, as torres com telhadinho e os cunhais de madeira - típica da primeira 'fase' construtiva que Minas conheceu. Sua fachada e seu interior, bem preservados, nos dão uma idéia de como eram as primeiras igrejas matrizes erguidas com o esforço dos mineradores.

No interessante casario preservado neste povoado podemos descobrir certas curiosidades. Em algumas casas, por exemplo, encontram-se raridades do século XVIII e XIX: oratórios públicos inseridos nas construções. Há pelo menos três destes oratórios na rua principal - o casario se estende por uma comprida rua retilínea (certamente projetada), sendo dominada, de um lado, pelo largo da Matriz, com seus muros de arrimo em pedra.

Os enormes monturos de cascalho ao longo do Rio das Velhas (a poucos quilômetros das nascentes), as muitas minas e *saris* (ou sarilhos) indicam a atividade mineradora dos primeiros anos do setecentos. Foi encontrado há poucos anos, perto desses monturos, um delicado estojo de cadinhos, com numeração ainda preservada, usado, ao que parece, na pesagem do ouro.

De São Bartolomeu partiam caminhos secundários que atingiam o Caraça, Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara (e desta à Comarca do Serro), Casa Branca, alem de outras trilhas que se esgueiravam pela serra em direção à Estrada de Dom Rodrigo: desta, à esquerda, rumava-se à antiga Vila Rica ou, à direita, ao Arraial da Cachoeira e seus arredores.

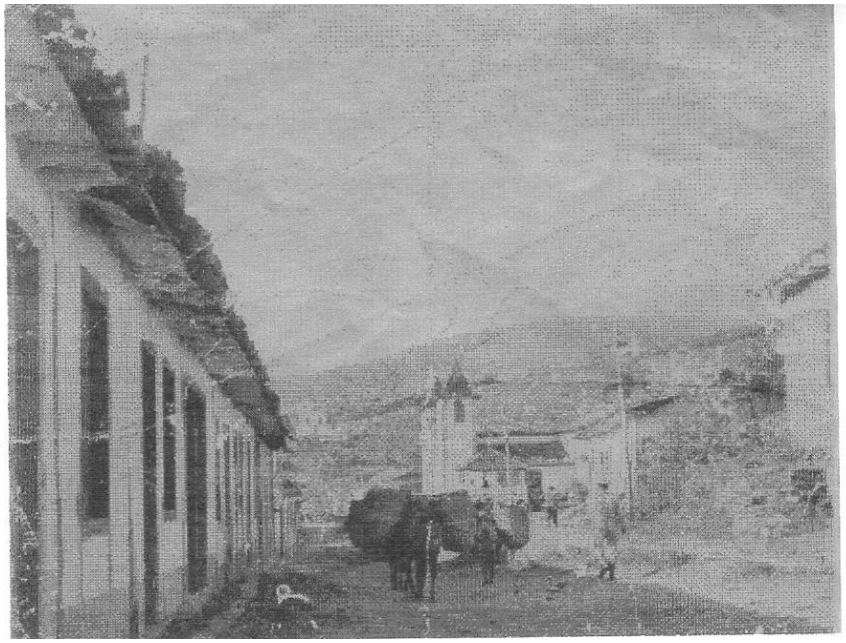


Foto 3.5 – Rua do Carmo
Fonte: Acervo Escola Municipal de São Bartolomeu

3.5 DOM RODRIGO JOSÉ DE MENESES: UM ESTADISTA DE VISÃO

Dom Rodrigo José de Meneses tomou posse como governador da Capitania das Minas em 20 de fevereiro de 1780, sendo a solenidade realizada na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, como era costume. O Conde de Cavaleiros - título nobre e honorífico que Dom Rodrigo ostentava - veio para as Minas com sua esposa e condessa, Dona Maria José Ferreira d'Eça.

Homem de visão, dotado de verdadeiro tino administrativo e espírito empreendedor, tomou como primeira providência a reforma das estradas que conduziam à capital, todas, então, em precário estado de conservação e intransitáveis nos meses de chuva. Ainda no começo da década de 1780, Dom Rodrigo, alem de melhorar as vias de acesso, deliberou também construir pelo menos mais três estradas, todas obras louváveis de engenharia, dotadas de pontes, muros de arrimo, chafarizes e obras de arte. São as três: a Estrada entre Vila Rica e Mariana, a Estrada da Soledade (a qual rumava ao Rodeio, no atual distrito de Miguel Burnier) e a Estrada da Cachoeira.

Dentre estas, cumpre destacar a Estrada da Cachoeira. Esta via era parte essencial e prolongamento das obras que Dom Rodrigo empreendeu na Casa de Recreio que os governadores mantinham em Cachoeira do Campo. Depois de várias reformas, a citada casa foi transformada em um aprazível Palácio de Campo (palácio que mui lembrava as requintadas residências da nobreza rural lusa).

Entre as várias propostas que o dinâmico Conde enviou a el'Rei de Portugal, estava a liberdade das indústrias em Minas (o que era explicitamente proibido). Como a sugestão soasse aos ouvidos reais quase como heresia, a proposta de Dom Rodrigo foi ignorada. Tivesse a Coroa aceito (ou pelo menos ter feito valer o empenho daquele governador) e a História de Minas e do Brasil seria, certamente, outra.

A bela Estrada da Cachoeira, fruto do empreendedorismo de um dos mais atuantes governadores da capitania, guarda ainda uma relíquia do período colonial: O chafariz, que hoje leva o nome de Dom Rodrigo, continua como testemunha muda de seus atos, sendo o mais conservado dos monumentos erguidos em sua lembrança.

3.6 O CHAFARIZ DE DOM RODRIGO E SUA ESTRADA

O Chafariz de Dom Rodrigo ergue-se a médio caminho entre Cachoeira e Vila Rica, a meia encosta do paredão rochoso (o qual domina grande parte da Serra da Cachoeira), pelos lados que defronta com o Vale do Rio das Velhas. A estrada - da qual o chafariz era adorno utilíssimo - se iniciava no portão de acesso ao Palácio da Cachoeira, atravessava a Ponte do Palácio (sobre o Rio Maracujá) e seguia pela antiga Rua do Palácio (atual *Rua Nossa Senhora Auxiliadora*). Dali atingia a Praça da Matriz de Nazaré (atual *Filipe dos Santos*, onde também existe um chafariz), subindo em seguida pela Rua do Tombadouro. Do Tombadouro seguia em direção ao Alto do Beleza (antigo "Padre João"), abandonando de vez a área urbana de Cachoeira. Do Beleza o caminho descia sinuoso até Santo Antônio dos Tabões (onde existia pequena ponte de madeira) e daí subia novamente em direção ao Pouso de José Henriques (famosa hospedaria colonial). De José Henriques tomava-se o trecho principal do caminho aberto por Dom Rodrigo de Meneses, já aos pés da Serra da Cachoeira - esta parte do caminho foi a que mais trabalho impôs aos construtores, pois foi toda aberta na rocha virgem, em curva de nível, sem seguir nenhum trajeto mais antigo. Para vencer a rocha e conter a estrutura, foi consolidada com admiráveis muros de arrimo que ziguezagueavam a encosta, rochosa e íngreme. Aos pés da pedra que domina a serra edificou-se o chafariz, marco especial da estrada - do chafariz seguia-se até a Pedra de Amolar, descendo depois até o Jacuba e daí entrava-se em Vila Rica pelas Cabeças.

Ainda hoje pode-se ler no belo chafariz:

> **ESTA FONTE E ESTE CA***[MINHO]*
> **MANDOU FAZER O ILL***[USTRÍSSIMO]* **E EX***[ENLENTÍSSIMO]* **S***[ENHOR]*
> *D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES*
> **G***[OVERNADOR]* **E CAP***[ITÃO]* **GEN***[ERAL]*
> **DESTA CAP***[ITANIA]* **DE M***[INAS]* **G***[ERAIS]*
> **EM 1782.**[31]

[31] As expressões entre colchetes estão abreviadas na inscrição original. Literalmente, assim se encontra a inscrição:
ESTA FONTE E ESTE CA[*M*]
MANDOU FAZER O ILL^{O}. E EX^{MO}. S^{R}.

Este chafariz é o mesmo que matou a sede de Dom Pedro II, no dia dois de abril em 1881, quando seguia de Ouro Preto para Cachoeira do Campo e do qual ele deixa registro de próprio punho. Sem dúvida que também saciou a sede dos Inconfidentes de 1789, que usavam esta estrada, então recém construída, cotidianamente. Valeu, pela beleza e pitoresco do local, os versos do tal Padre Silvério citado por Diogo de Vasconcelos:

Aonde o Conde de cavaleiros
Deixou a fonte aos passageiros,
Que ali descansam junto à corrente
Quando os abrasa a calma ardente.[32]

Quais caminhos, porem, existiam a ligar Cachoeira a Vila Rica, antes da obra de Dom Rodrigo? Caminhos existiam vários. O mais belo e o mais usado era o que seguia exatamente o trecho até o rancho de José Henriques (utilizado posteriormente pelos construtores de Dom Rodrigo). De José Henriques a estrada velha subia em direção ao cimo da serra até atingir, do outro lado, a Pedra de Amolar e seguir novamente pelo mesmo caminho re-utilizado por Dom Rodrigo. Este trecho entre José Henriques e a Pedra de Amolar foi o que se tornou obsoleto quando da construção da nova estrada (pois que esta, em curva de nível, evitava a subida da montanha, sendo, por isso, menos cansativa e de percurso menos demorado). Ainda se pode observar os vestígios desta antiga via, erguida pelos primeiros povoadores das minas: muros de pedra, partes de calçamento, arrimos, tudo esquecido e conservado desde o tempo do Conde de Cavaleiros.

Outro caminho, lamacento e raramente usado, era o que seguia por Casa Branca (atual Glaura) e desta, pelo Boqueirão, até São Bartolomeu. De São Bartolomeu subia-se em direção à Pedra de Amolar, retomando o mesmo percurso.

Havia também outra trilha que se esgueirava pelos pés da Serra da Cachoeira, pelos lados do Bota-Fogo: caminho alagadiço e perigoso, que passava pela Bocaina e Santo Amaro do

---

D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES

G^{OR}. E CAP^{AM}. GEN^{AL}.

DESTA CAP^{NA}. DE M^{AS}. G^{ES}.
EM 1782.

[32] VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. p.196.

Bota-Fogo, no outro contra-forte da Serra da Cachoeira (hoje a Rodovia dos Inconfidentes, no trecho entre Cachoeira e Ouro Preto, segue, mais ou menos, o mesmo trajeto deste primitivo caminho).

Mais um caminho - este oficial, mas que tornava a viagem muito mais longa - era o que passava pela Rua do Campo (atual *Rua São Francisco*, em Cachoeira), atingia os Campos do Holana (no atual *Bairro Vila Alegre*) e dai rumava ao Morro da Mata. Do Morro da Mata subia-se até os pés da Serra do Caxambu para, então, atingir o Trino (atual Estação Dom Bosco). Daí ia-se até o Capão do Lana, outra famosa hospedaria. Do Capão seguia-se por José Correia (atual *Rodrigo Silva*), Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, Tripuí, para, só então, chegar em Vila Rica, pelos fundos do Ouro Preto.



Foto 3.6 – Chafariz de Dom Rodrigo.
Fonte: Alex Bohrer
São Bartolomeu



Foto 3.7 – Detalhe da Inscrição Comemorativa do Chafariz de Dom Rodrigo.
Fonte: Alex Bohrer
São Bartolomeu



Foto 3.8 – Vista do Chafariz necessitando de reparos,e ainda assim utilizado.
Fonte: Alex Bohrer
São Bartolomeu

3.7 RELATOS DE VIAJANTES ILUSTRES

O olhar atento dos viajantes estrangeiros que palmilharam Minas Gerais durante o século XIX é de especial importância para quem deseja analisar o aspecto das velhas cidades mineradoras e seus caminhos. Apesar da maioria desses viajantes terem visitado Minas já no Império, seus relatos, pela proximidade temporal, nos dão uma idéia do período anterior, da época áurea da capitania.

O caminho de Dom Rodrigo de Meneses foi visitado e descrito por vários viajantes estrangeiros durante o século XIX. Apesar do Chafariz ser ponto referencial deste caminho, pouca atenção deve ter recebido de nossos visitadores, posto que são raros os que lhe registram palavra. O mais minucioso relato desta estrada provém do Dr. Johann Emanuel Pohl, que por aqui esteve em 1819. É dele também uma interessante - ainda que breve - descrição do chafariz. O famoso naturalista austríaco descreve o caminho que percorreu entre Vila Rica e Cachoeira do Campo, onde visitou, alem do Palácio, a casa de um compatriota seu e o Quartel da Cavalaria (pela época, já transformado na Coudelaria Real). Transcrevemos longo trecho deste relato, pelo muito que nos revela:

> Empreendi, poucos dias antes de minha partida (1º de fevereiro), a quarta grande excursão: um passeio a cavalo ao Arraial de Cachoeira, distante uma légua de Vila rica, no qual tive a companhia do próprio Governador Geral (...) Alcançamos então a encosta setentrional da serra, que apresentava forte declive, e de lá avistamos um mar de morros, estendendo-se no último plano uma grande cordilheira na qual sobressaía, notavelmente, o Pico de Itabira. Em direção ao sopé da serra, aflorava de novo o xisto quartzífero, e, depois de fazermos duas léguas, chegamos a uma fonte murada, obra de um ex-governador, que estava ameaçada de ficar sepultada por um desmoronamento. Meia légua adiante, chegamos a uma boa casa de residência e a um rancho, chamado de Henrique,,onde nos encontramos com uma grande tropa de burros que seguia para Vila Rica (...). O sol queimava impiedosamente e, embora o termômetro registrasse apenas 24º + R. à sombra, o calor era quase intolerável. Em geral, o calor deve ser muito forte, naquela região, mormente em anos como esse que transcorria, considerado um dos mais ardentes. Atravessamos o pequeno arraial, que conta umas 80 casas e duas igrejinhas, e atingimos o Ribeirão Cachoeira, que forma duas pequenas quedas d'água que mesmo à distancia se ouvem caindo sobre pedras de setenta centímetros de altura. Por uma sólida ponte de pedra atravessamos o ribeirão, chegando em seguida à residência, bonita, porém meio arruinada, na qual os governadores passaram o verão, e onde podiam divertir-se com a caça às perdizes, muito apreciada no Brasil.(...)
>
> Depois do almoço, viajamos a cavalo para a Coudelaria Real, ou Quartel, situada meia légua ao sul daquele que, outrora, foi o quartel do Regimento de Cavalaria de Vila Rica, depois transferido para a cidade. É um edifício muito vistoso, formando um quadrado perfeito, cuja fachada principal, assobradada, servia de morada dos oficiais; as demais alas são térreas e eram destinadas à tropa. Segundo o costume do País, os cavalos pastavam livremente nos extensos campos. Dois anos antes de minha chegada, o

> Governador Geral Dom Manuel de Portugal e Castro montou, com o senhor von Eschwegw, a coudelaria, destinada principalmente à remonta do Regimento de cavalaria de Vila Rica.(...)
>
> Na manhã seguinte tornamos a visitar a coudelaria, para a conclusão da ferra dos potros e, depois do desjejum, fomos ao arraial para assistir ao serviço divino na igreja local que, por ser dia santificado, era feito com especial solenidade.(...)
>
> A tarde foi destinada a uma visita ao jardim do Curioso, um alferes de 67 anos de idade, assim apelidado por ter feito em seu pomar plantações absolutamente incomuns no País. Nesse pomar havia longos renques de macieiras, pessegueiros, romãzeiras, laranjeiras, limoeiros e figueiras, que se alternavam com videiras; e os canteiros, dispostos entre as fileiras de arvores, estavam cobertos de ananases e diversas ervas medicinais. Uma quina (Cinchona flavescens), de cerca de três metros e meio de altura, crescia viçosamente, destacando-se entre as demais árvores deste pomar. Eram de fato admiráveis os cuidados e esforços que este homem dedicava às suas plantações. Para proteger contra as formigas os frutos que pendiam de todas as arvores, ele muito inteligentemente, cercou-as todas com regos. Seu pomar bem que merecia ser imitado pelos habitantes, mas eles não lhes prestaram atenção; de um homem tão laborioso, diziam abertamente que era um esquisitão, por se tratar de uma rara exceção à sua habitual vida de indolência. O bom velho presenteou-nos, em sua casinha, com toda espécie de frutas que oferecia o seu bem cuidado pomar, com vinho e frutas em conserva e ainda me deu uma caixa de marmelada pesando 25 quilos, com a qual fazia rendoso negócio com o arraial vizinho de São Bartolomeu. (...).[33]

Vê-se, pois, a riqueza do relato do Dr. Pohl, do qual se pode extrair uma infinidade de conclusões. Das suas anotações podemos verificar que descreve o relevo com destreza ("*de lá avistamos um mar de morros* [alusão ao Vale do Rio das Velhas]*, estendendo-se no último plano uma grande cordilheira na qual sobressaía, notavelmente, o Pico de Itabira"*). Fornece dados importantes para mineralogia ("*aflorava de novo o xisto quartzífero"*) e até para a história do clima ("*O sol queimava impiedosamente... o calor era quase intolerável... o calor deve ser muito forte, naquela região")* [34]. A ponte a que se refere em Cachoeira é a Ponte do Palácio, com suas corredeiras. Visitou Pohl, a exemplo de outros viajantes, o Palácio e a Coudelaria. Um dos aspectos mais pitorescos deste relato é a visita que foi feita ao "curioso", jardineiro e horticultor. Pohl frisa que o cuidado do velho alferes em cuidar do seu quintal contrastava com a indolência dos outros moradores, que o achavam *"um esquisitão". "Seu pomar bem que merecia ser imitado pelos habitantes",* lamenta o visitante. Parece, contudo, que o exemplo do alferes foi posteriormente seguido, pois, no século XIX ainda, Cachoeira iria tornar-se a terra dos quintais e dos "terreiros" bem cuidados, com frutas - como as jabuticabeiras, símbolo de Cachoeira - e hortaliças variadas. Alguns métodos do "Curioso" são empregados ainda hoje pelos mais velhos, como o uso de regos d'água para evitar formigas.

---

[33] POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. pp.427-429.

[34] Fato corroborado pelos versos do Padre Silvério, citado: *Que ali descansam junto à corrente / Quando os* ***abrasa a calma ardente***.

Diminuto, todavia revelador, é o trecho referente ao Chafariz: "*chegamos a uma fonte murada, obra de um ex-governador* [certamente Dom Rodrigo]*, que estava ameaçada de ficar sepultada por um desmoronamento."* Vê-se, desta forma, que os problemas do Chafariz não datam de hoje - por localizar-se sob um paredão de pedras, por várias vezes deve ter sido ameaçado.

O relato antigo mais extenso sobre o Chafariz vem, curiosamente, do Imperador Dom Pedro II, que tinha cuidado de descrever suas viagens num pequeno diário. Transcrevemos também longo trecho, referente ao passeio e à visita a Cachoeira do Campo:

> **2 *de abril de 1881* (sábado)** - (...) Subida da serra que divide águas do rio Doce de águas do rio das Velhas. Alto da pedra de amolar. Vasta e bela vista. **O caminho é todo muito pitoresco. Descobri ao longe o Rio das Velhas. Chafariz do tempo do governo de D. Rodrigo de Meneses 1722 creio eu.** Arraialzinho dos Taboães com ponte. Cachoeira do Campo arraial de muitas casas. Almocei; fui orar à Igreja que tem dois altares laterais que muito me agradaram por seus lavores de talha.
> Visitei só a coudelaria. Casa arrumadíssima. O arrendatário fulano Castro não quis responder-me claramente sobre a extensão das terras e as cabeças de gado por causa de pequena renda que paga e assim mesmo sem tê-lo feito pontualmente. A terra da coudelaria é só de meu usufruto mas a fazenda do buraco igualmente arrendada ao mesmo é minha propriedade. Pensarei em aproveitá-las para colonos.
>
> Voltei à casa onde vi uma cadeira de forma antiga onde meu Pai se assentou e um Murta de 88 anos que lhe cuidava dos animais de viagem. Entreguei as duas cartas de alforria dadas pelo dr. Fernandes Torres a dois cônjuges ao marido estando ausente a mulher. O arrendatário das duas fazendas disse-me que cada alqueire já produziu 8 carros de mantimentos.
>
> Fui ver as aulas de meninos e de meninas. Casas acanhadas. Naquela os alunos estavam ausentes, porém nesta achei meninas interrogando a uma e a professora irmã de um Modestino discípulo de preparatórios da Escola de Minas pareceu-me muito inteligente.
>
> Partida às 1 ½ e chegada à Casa Branca às 4. Caminho sempre belo. Vi bem a Serra de Capanema e sua garganta. Foi por aí que nasceu o barão de Capanema. Orei na igreja.
> Jantar. Concerto, leitura dos diários do Rio de 30 - última data.
> Deitar às 9 h.[35]

O relato do Imperador, cheio de curiosidades e num português mais despojado, ainda agrada e fala por si só. Chama atenção seu elogio do caminho ("muito pitoresco") e a referência: *"Chafariz do tempo do governo de D. Rodrigo de Meneses 1722 creio eu."* Dom Pedro acerta o Governador, mas erra a data - 1782 é o ano certo, não 1722. Certamente a

[35] *Diário do Imperador Dom Pedro II*, vol.24.

data, gravada em pedra, devia estar coberta de musgo ou semi-apagada, pois a dúvida é explícita: *creio eu...*



Foto 3.9 – Vista de Cachoeira do Campo com as ruínas do antigo Palácio dos Governadores, a ponte e o muro de pedra situados em frente/ Século XIX.
Fonte: Alex Bohrer

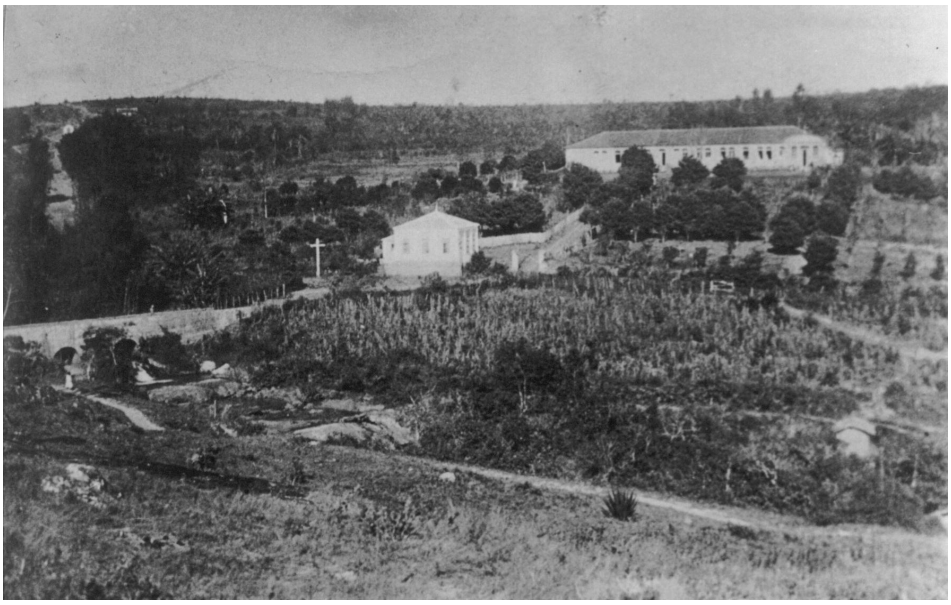


Foto 3.10 – Vista de Cachoeira do Campo com o Externato da Irmãs Salesianas rodeado por pomares e plantações, e a ponte de pedra situada em frente/ Início do Século XX.
Fonte: Alex Bohrer



Foto 3.11 – Vista de Cachoeira do Campo enquadrando a Igreja Matriz e as casas do entorno (Rua de Cima)/ Século XIX.
Fonte: Acervo Alex Bohrer



Foto 3.12 – Inscrição citada por D. Pedro II em sua viagem pela região em 1881.
Autoria: Raquel A. Ferreira
Data: Março de 2007



Foto 3.13 – Cadeira onde se sentaram D. Pedro I e D. Pedro II.
Autoria: Inaiana Barbosa Guerra
Data: Março de 2007

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM CULTURAL

O Chafariz de Dom Rodrigo foi construído no século XVIII em alvenaria de pedra, para servir as tropas e os viajantes que transitavam pela Estrada Real. O entorno do bem caracteriza-se por uma região de transição entre campo rupestre (encosta acima) e mata atlântica (encosta abaixo). Antes da abertura da estrada, toda a região possuía cobertura vegetal tipo mata atlântica; com a abertura da estrada, houve alteração da parte de cima da encosta, surgindo a cobertura própria de cerrado.

De composição estilística simplificada, trata-se de um chafariz parietal de formato quadrado, com bacia retangular composta por lajes de pedra aparelhada, presas por grampos de ferro fundido; a base dos cunhais de pedra esculpida encontram-se em estado natural, sendo o restante deste elemento rebocado com argamassa de areia e barro, pintado a cal na cor amarela; a parede do corpo do chafariz é rebocada com argamassa de areia e barro, caiado em branco; a bica está centralizada, vertendo água a uma altura de 148 cm em relação ao piso externo, através de um bloco de pedra esculpida, havendo uma canaleta na face superior, ornado com um circulo em auto relevo na face da frente. A bica é encimada por uma placa comemorativa de formato quadrado com moldura em auto relevo de acamamento arredondado, onde se lê a inscrição:

ESTA FONTE E ESTE CA[*M*]

MANDOU FAZER O ILL^{O}. E EX^{MO}. S^{R}.

D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES

G^{OR}. E CAP^{AM}. GEN^{AL}.

DESTA CAP^{NA}. DE M^{AS}. G^{ES}.

EM 1782..

O chafariz apresenta coroado com cimalha escalonada em cantaria.

O bem recebeu intervenções de restauração recentemente, em setembro de 2006, pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, através da Secretaria de Meio Ambiente. Em março de 2007 foram instalados marcos indicativos da Estrada Real na trilha da Estrada de Dom Rodrigo, com o intuito de auxiliar os visitantes do local.

5. JUSTIFICATIVA DE TOMBAMENTO

A preservação do Chafariz justifica-se pela qualidade artística e estilística do bem; pelo entorno onde se insere, ou seja, o ambiente natural da Serra do Espinhaço cortado pela Estrada de Dom Rodrigo, que representa uma das primeiras estradas oficiais abertas no território mineiro, no começo da década de 1780, louvável obra de engenharia, destacando-se, desta maneira, também por sua importância histórica. A estrada e o belo chafariz fazem parte do prolongamento das obras que Dom Rodrigo empreendeu na Casa de Recreio mantida pelos governadores em Cachoeira do Campo.

O Distrito de São Bartolomeu, localizado no Vale do Rio das Velhas, está dentro da Unidade de Conservação APA da Cachoeira das Andorinhas (Figura 9), assim como a Floresta do Uaimii. A Estrada de Dom Rodrigo caracteriza-se por ser propriedade do Município de Ouro Preto, cortando áreas de Reserva Ecológica Estadual e também por propriedades particulares, tendo ocorrido recentemente uma tentativa de invasão e apropriação do chafariz, que é um bem público, por um proprietário confrontante da área, fato que contribuiu para a solicitação de tombamento efetuada pela Prefeitura municipal. De acordo com as orientações nacionais e internacionais relativas à salvaguarda da beleza e do caráter de paisagens e sítios, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Meio Ambiente, está empenhada em implementar uma Política de Preservação do Patrimônio Natural. Estando o ambiente natural e paisagístico do Chafariz de Dom Rodrigo protegido, faz-se necessário neste momento complementar esta ação preservacionista com o Tombamento Municipal do bem isoladamente. De acordo com a Recomenda cão de Paris – Paisagens e Sítios (1964),

> " Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos."[36]

[36] Cartas Patrimoniais, pg. 83.

6. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

A definição do perímetro de tombamento do Chafariz de Dom Rodrigo advém do próprio contexto onde o equipamento foi instalado no século XVIII, ou seja, sua construção objetivou atender aos viajantes que transitavam pela Estrada Real entre Cachoeira do Campo e Vila Rica. Trechos com pavimentação de pedra originais da época da abertura do caminho ainda podem ser observados nas proximidades do chafariz. Seguindo as orientações e documentos internacionais relacionados à preservação do patrimônio cultural, sobretudo a Carta de Veneza, o ambiente onde o bem está inserido também é testemunho de um determinado contexto cultural e precisa ser preservado.

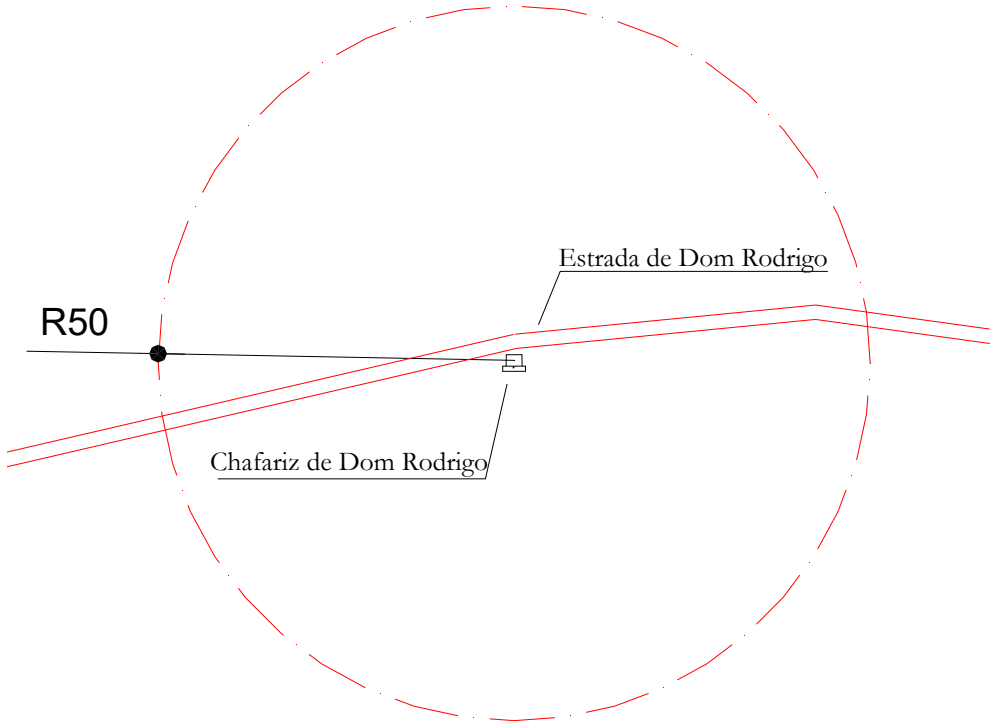
> "A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico." [37]

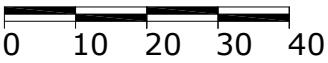
A partir dos parâmetros expostos, definiu-se a delimitação do perímetro de tombamento do Chafariz de Dom Rodrigo obtendo-se a seguinte área: uma circunferência com raio de 50 m ao redor do chafariz, considerando o centro da mesma o ponto de localização geográfica do chafariz, coordenadas UTM/ Córrego Alegre, Latitude 20° 21′ 22″ e Longitude 43° 34′ 46″.

[37] Cartas Patrimoniais, pg. 92.

REPRESENTAÇÃO DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO DO CHAFARIZ DE DOM RODRIGO

Mapa 1





Perímetro de Tombamento

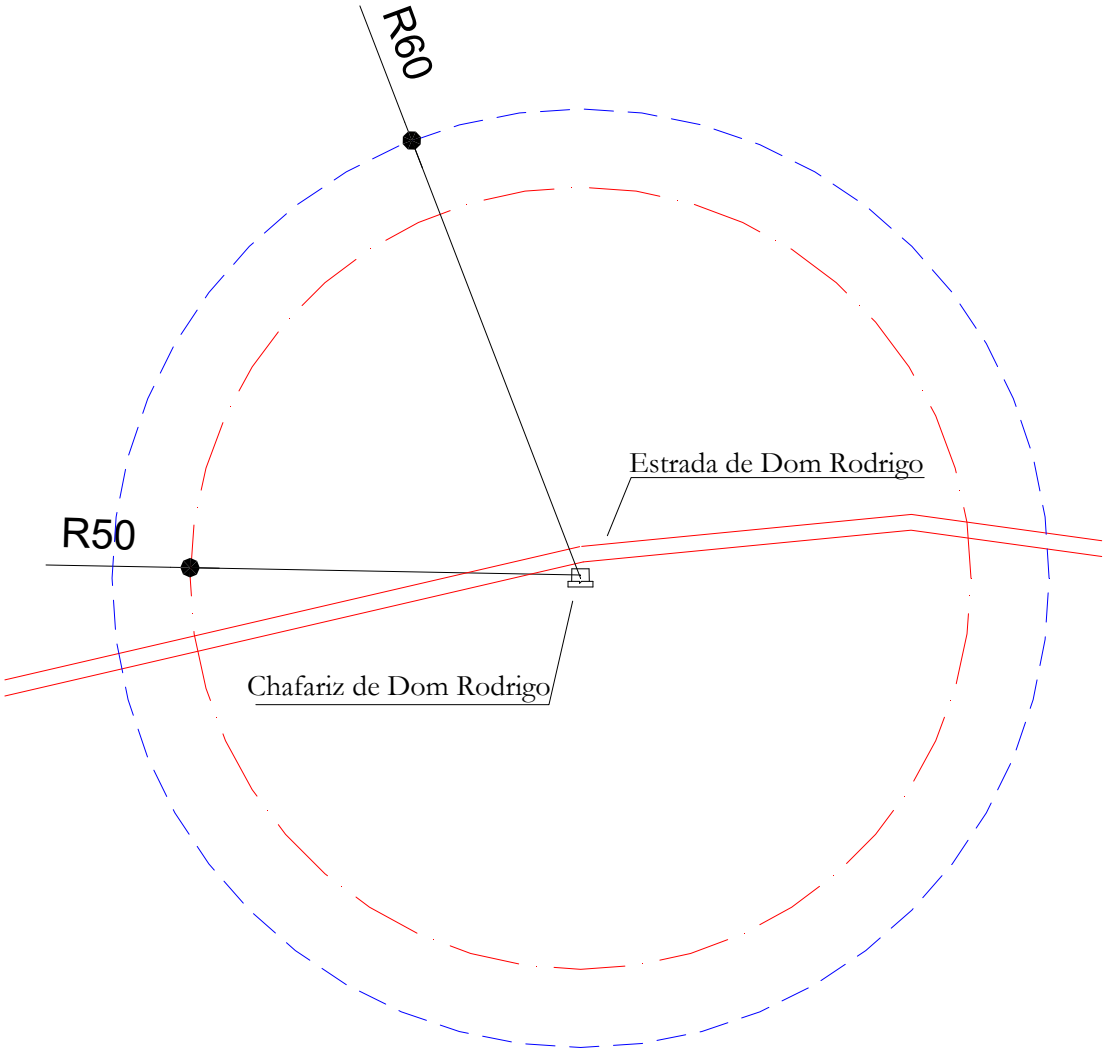
7. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE ENTORNO DE TOMBAMENTO

A Área de Entorno é definida com o objetivo de diminuir os impactos na Área Tombada, tendo em vista a preservação da paisagem no qual o bem arquitetônico está inserido. Toda a área da Estrada de Dom Rodrigo está inserida na APA das Andorinhas, e por isso já preservada legalmente.

O perímetro de entorno foi marcado a partir da circunferência do perímetro de tombamento contornando-o pela parte externa com afastamento de 10 metros da mesma.

REPRESENTAÇÃO DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO E DO PERÍMETRO DE ENTORNO DO CHAFARIZ DE DOM RODRIGO

Mapa 2



0 10 20 30 40

Perímetro de Tombamento

Perímetro de Entorno

8. DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO DA ÁREA A SER TOMBADA E ENTORNO

8.1 DIRETRIZES DA ÁREA DO PERÍMETRO TOMBADO:

Deverão ser conservados os elementos que possuem importância referencial, simbólica, histórica e cultural relacionados à Estrada Real: chafariz, a pavimentação original do adro e da via, como também o ambiente natural e paisagístico onde o mesmo está inserido.

- O chafariz deverá estar sempre em boa conservação e bom funcionamento, inclusive com a água em condições de uso.
- Tendo como parâmetro o item anterior, o equipamento deverá passar por análise periódica de seu estado de conservação estrutural e dos elementos componentes, realizada por profissionais especializados.
- Deverão ser realizadas no bem intervenções de manutenção permanentes e de restauração quando necessário. Nos elementos de cantaria, por exemplo, serão realizados trabalhos de consolidação estrutural, remoção de vegetação daninha, higienização e aplicação de produto impermeabilizante. Nos materiais de acabamento das alvenarias, remover trechos de reboco deteriorado e executar novo reboco conforme traço original, reaplicando periodicamente pintura a base de cal.
- Recomposição e nivelamento da pavimentação em seixos do adro e dos trechos com calçamento de lajes de pedra próximos ao adro do chafariz e remoção manual de vegetação daninha.
- Por encontrar-se inserido na APA da Cachoeira das Andorinhas, o chafariz tem seu ambiente natural e paisagístico protegido pela legislação estadual de proteção ambiental, devendo ser seguidas suas orientações.

8.2 DIRETRIZES DA ÁREA DE ENTORNO DO PERÍMETRO TOMBADO:

- Por encontrar-se inserida na APA da Cachoeira das Andorinhas, a área de entorno do perímetro de tombamento tem seu ambiente natural e paisagístico protegido pela legislação estadual de proteção ambiental, devendo ser seguidas suas orientações.

9 – DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA E FOTOGRÁFICA

9.1 Cartografia

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL
INFORMAÇÕES GERAIS – CARTOGRAFIA

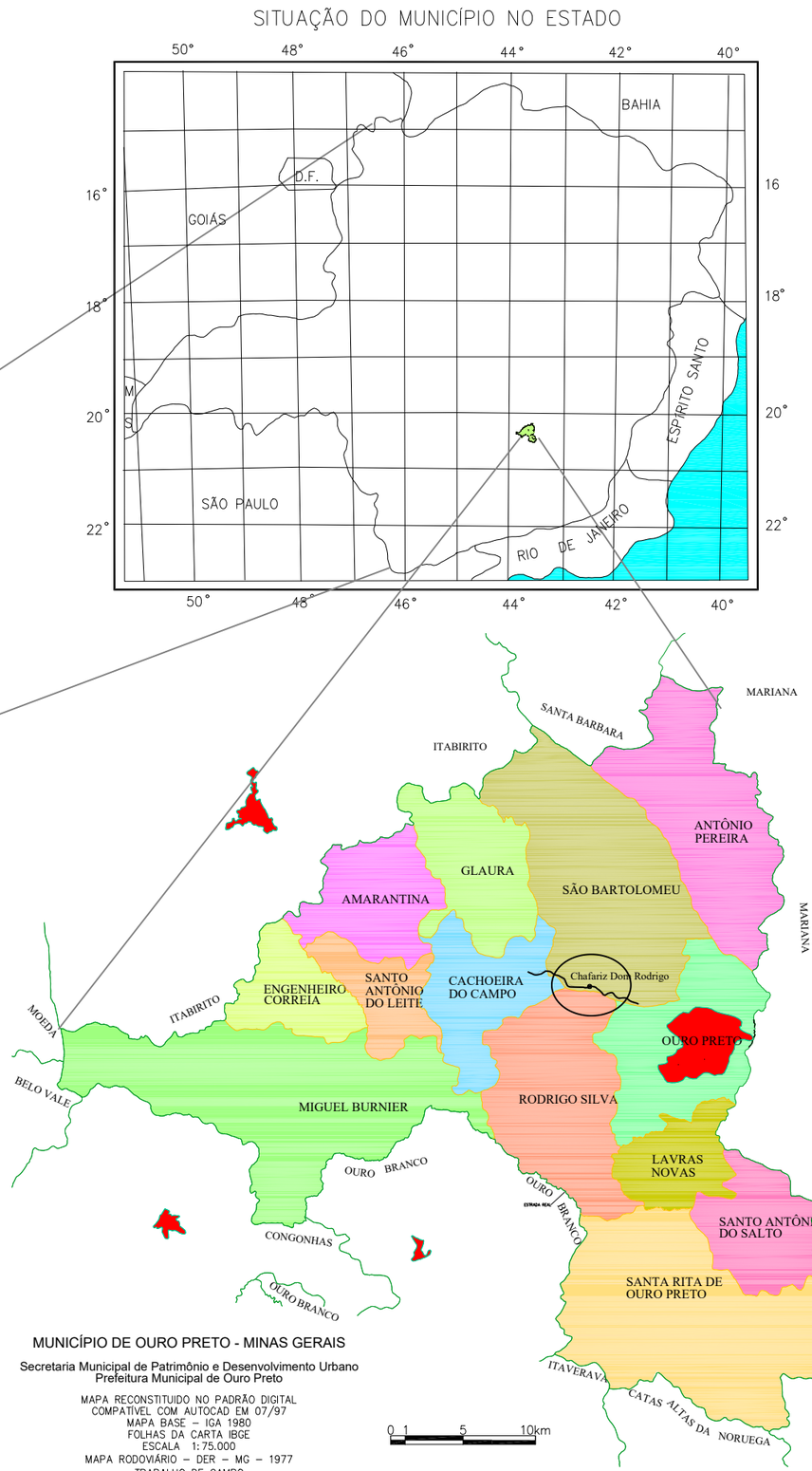
Ref.: 01

Município	**OURO PRETO**	
Distrito	São Bartolomeu	
Plantas Cadastrais	Mapa 3 – MAPA DE SITUAÇÃO: Situação do Estado de Minas Gerais no Brasil; Situação do Município de Ouro Preto no Estado; Situação dos Distritos de Ouro Preto no Município; Situação do Chafariz no Distrito. Escala Gráfica. Mapa 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO: Mapa do distrito de São Bartolomeu – Localização do Chafariz Dom Rodrigo. Escala Gráfica. Mapa 5 – MAPA DE SITUAÇÃO DO CHAFARIZ DOM BOSCO NA APAE. Escala Gráfica.	
Referências Bibliográficas	Mapa: 3 e 4 – Mapa Base – IGA (Instituto de Geociências Aplicadas da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia) – 1980; Folhas da Carta – IBGE, escala 1:75.000; Mapa Rodoviário – DER-MG – 1977; Trabalho de Campo. 5 – Mapa Base: mosaico das áreas protegidas inseridas no sul meridional da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço – Azul Consultoria Ambiental Ltda – Belo Horizonte – Janeiro/2007.	
Informações complementares	MONTAGEM: 3, 4 e 5 – Inaiana Barbosa Guerra – Março de 2007	
Ficha Técnica	Inaiana Barbosa Guerra	Data: 12/03/2007

Mapa 3

Montagem: Inaiana Barbosa Guerra



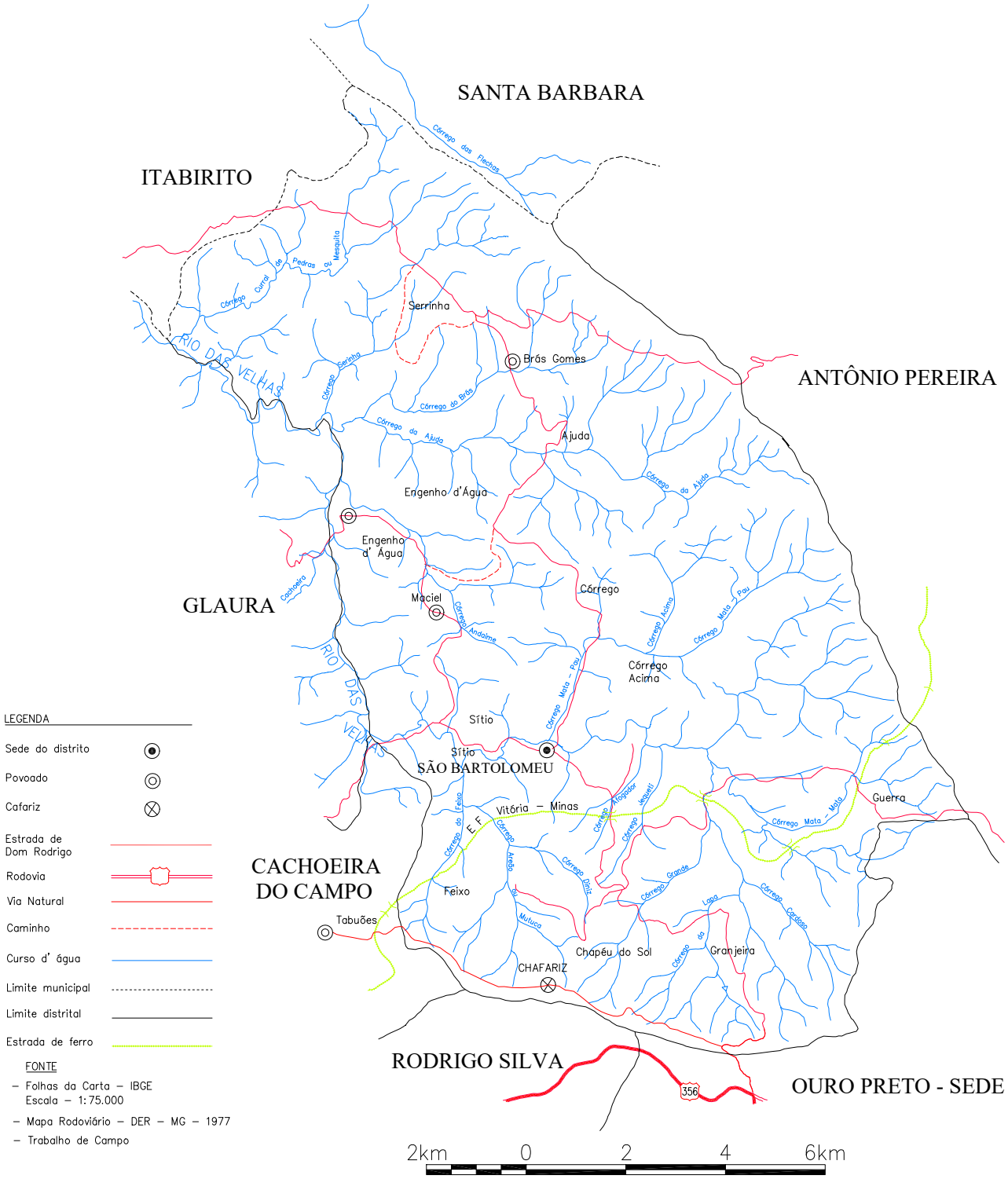


MAPAS DE SITUAÇÃO

Situação do estado de minas gerais no Brasil
Situação do município de ouro preto no Estado
Situação dos distritos de ouro preto no Município
Situação do Chafariz no Distrito

Mapa 4

Montagem: Inaiana Barbosa Guerra



MAPA DO DISTRITO DE S骨 BARTOLOMEU - LOCALIZA敲 O DO CHAFARIZ

Mapa 5 - Situação do Chafariz dentro da APAE

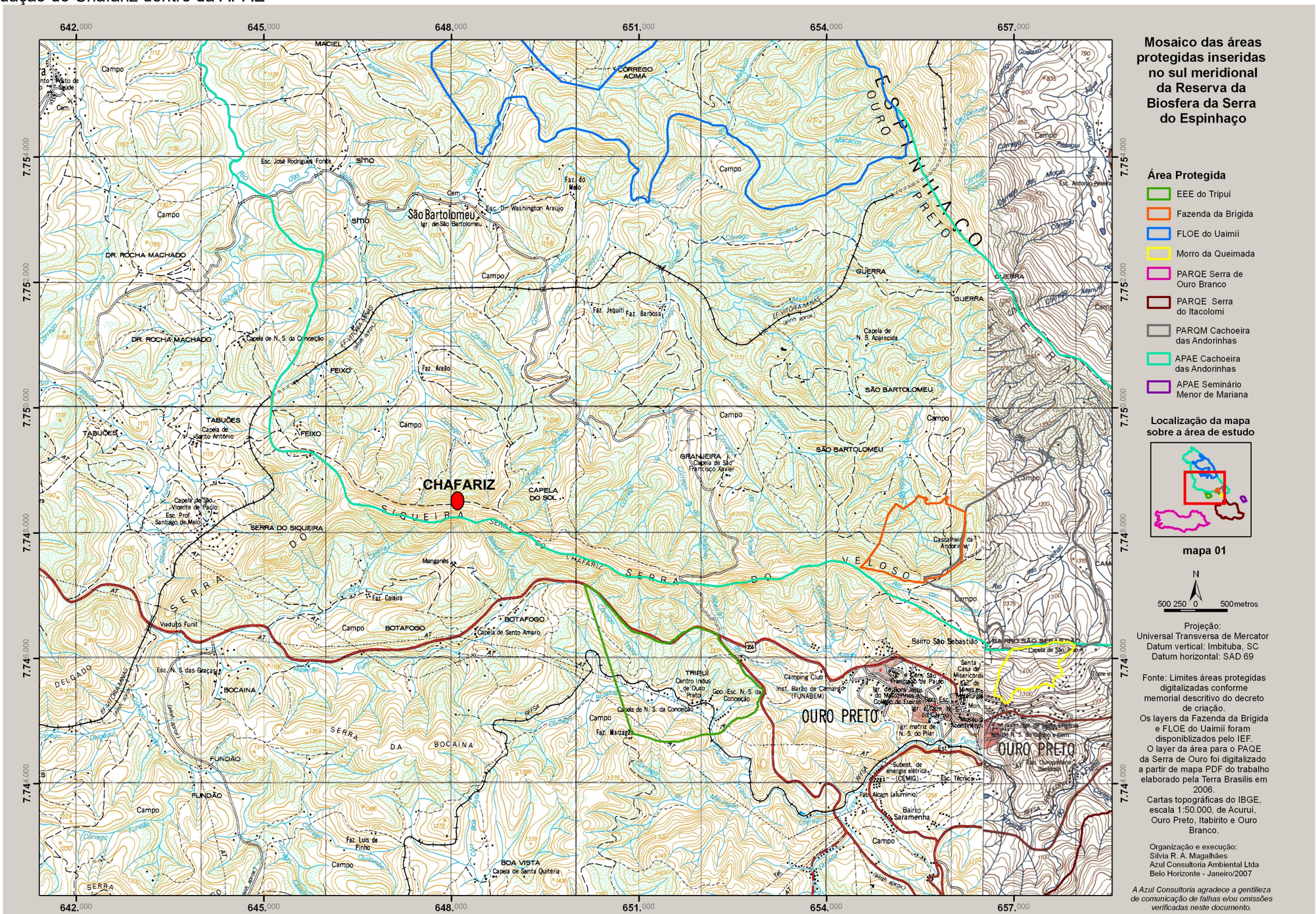
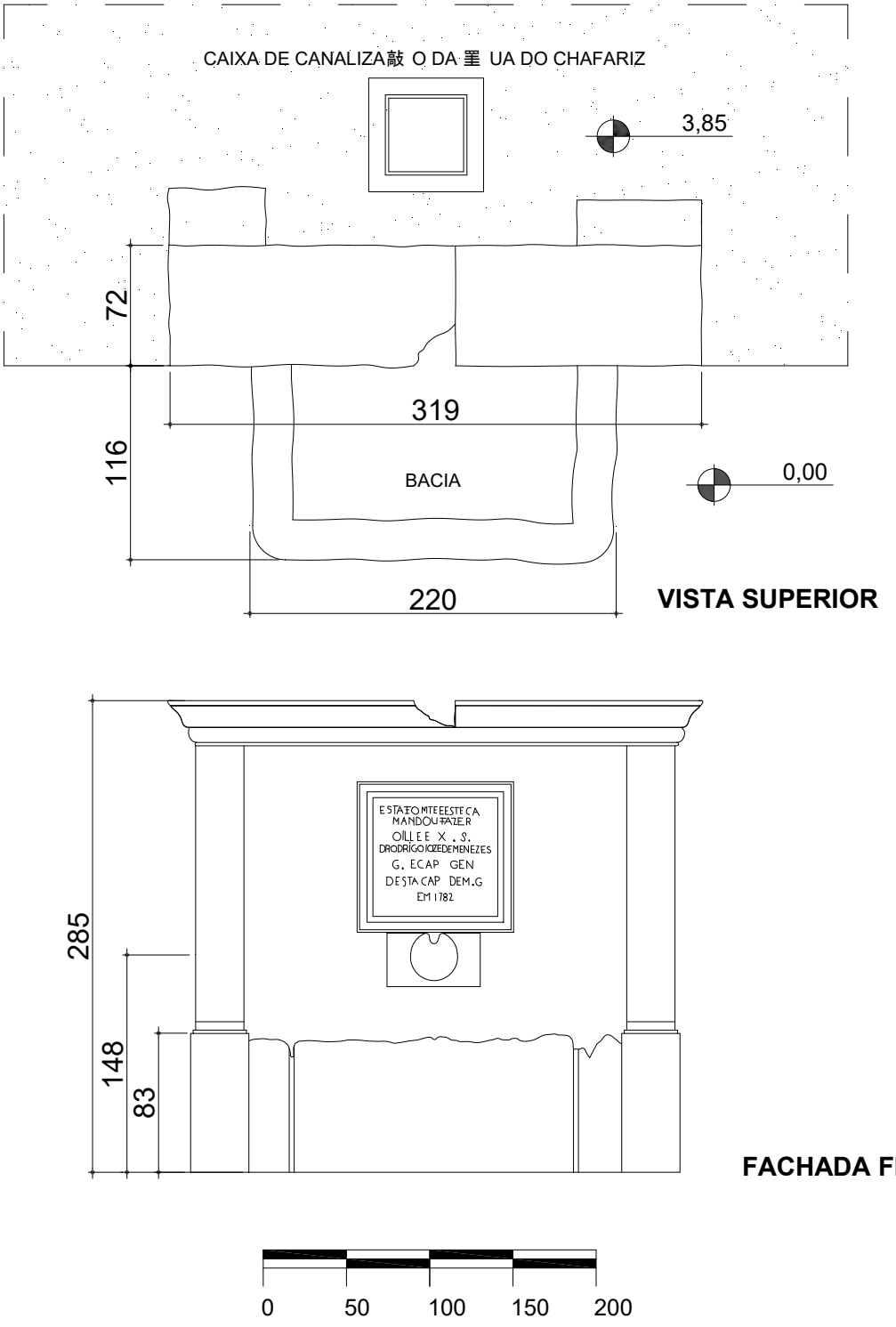


Figura 9.1- Planta e Fachada Frontal



9.2 – Fotográfias



Foto 04 – Vista da estrada de Dom Rodrigo; vegetação de grande porte; muro de pedra na lateral esquerda da foto
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, fevereiro de 2007.



Foto 05 – Vista da formação tipo campo rupestre existente encosta acima da estrada de Dom Rodrigo
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 06 – Vista da formação tipo mata atlântica existente encosta abaixo da estrada de Dom Rodrigo
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.

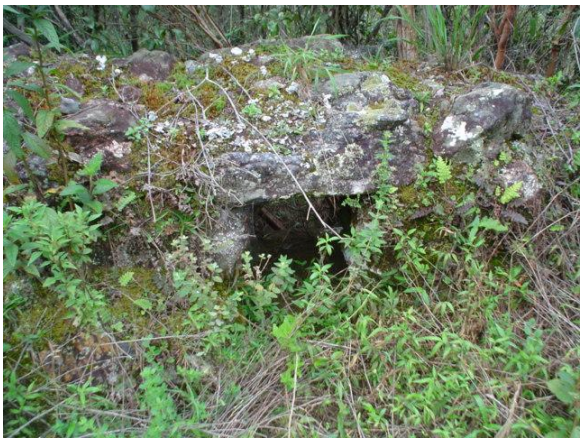


Foto 07 – Detalhe de uma abertura no muro de arrimo em pedra para escoamento de águas pluviais
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 08 – Detalhe de um trecho do muro de arrimo em pedra original da estrada de Dom Rodrigo
Autor: Raquel Alves Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 09 – Vista de um trecho mais largo da trilha; no século XVIII transitavam carroças pela estrada
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 10 – Caminho com água acumulada
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 11 – Pavimentação do caminho com lajes de pedra; chafariz aos fundos
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.

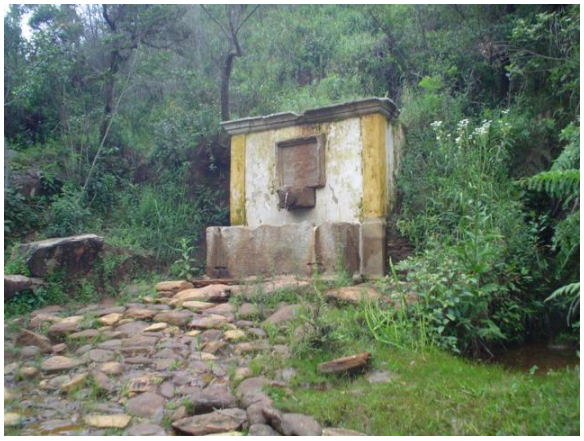


Foto 12 – Adro chafariz com pavimentação de seixos de grande s dimensões
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 13 – Detalhe inscrição comemorativa do ano de 1782
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 14 – Vista do chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 15 – Detalhe da base do lado esquerdo do cunhal
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 16 – Detalhe da quina do lado esquerdo da cimalha
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 17 – Detalhe da quina do lado direito da cimalha
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 18 – Detalhe da lateral direita da bacia
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 19 – Detalhe da lateral esquerda da bacia
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 20 – Detalhe da vista frontal da bica e da bacia
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 21 – Detalhe do grampo de ferro do encaixe das lajes da bacia
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 22 – Detalhe do escoadouro na borda da bacia
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 23 – Detalhe de marcas indiciando o ato de amolar facões na pedra realizado pelos viajantes da estrada
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 24 – Detalhe da parte interna da bacia
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 25 – Detalhe da cimalha do chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 26 – Vista da bica e da bacia do chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 27 – Vista superior da bacia do chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 28 – Vista do patamar acima do chafariz; cano que leva à água da nascente ao chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 29 – Piso de seixos do adro do chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 30 – Calçamento em pedra de trecho próximo ao chafariz, seguindo em direção à pedra de amolar
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.

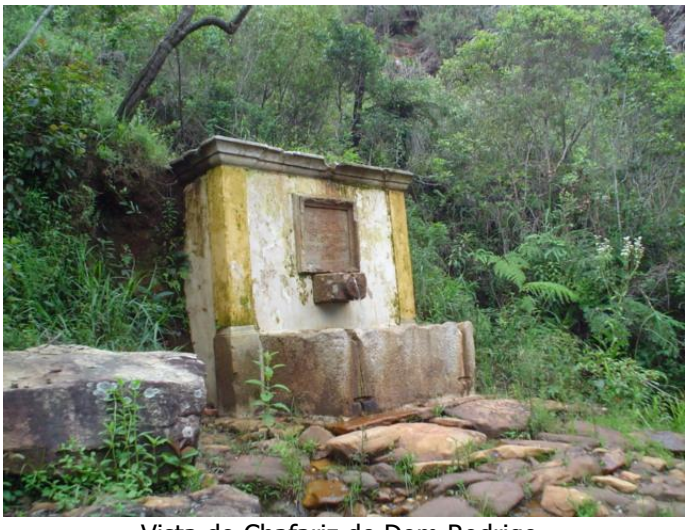


Foto 31 – Grande variedade de espécies botânicas
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.

10 – FICHA DE INVENTÁRIO

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS

Ref.:02

Município	**Ouro Preto**
Distrito	São Bartolomeu
Designação	Chafariz de Dom Rodrigo
Endereço	Serra De Ouro Preto – Estrada de Dom Rodrigo de Menezes (Estrada Real)
Localização específica	Lat: 20° 21′ 22″ Long.: 43° 34′ 46″ Coordenadas UTM/ Córrego Alegre
Propriedade/situação	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
Responsável	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
Situação de ocupação	Pública
Análise de entorno	A estrada do qual o chafariz é importante equipamento público foi aberta pelo então governador da capitania da Minas Dom Rodrigo de Menezes no século XVIII e corta a Serra de Ouro Preto, a qual faz parte do conjunto da Serra do Espinhaço. Consiste em um trecho da antiga Estrada Real que ligava Cachoeira do Campo a Vila Rica, sendo a via por onde eram escoados os víveres para abastecimento dos territórios mineradores. O antigo caminho manteve o mesmo trajeto, porém foi sofrendo modificações de seu terreno com a erosão causada pelas águas pluviais, tendo sido rebaixado seu nível em alguns trechos até em 2m. A via ainda permanece sustentada pelo muro de arrimo construído no século XVIII, que ainda conserva aberturas para drenagem de águas pluviais. Em uma estrada onde transitavam carroças, atualmente há somente uma trilha para pedestres, havendo vários pontos utilizados como mirantes, de onde se pode contemplar uma paisagem de grande beleza composta por várias cadeias de montanhas. Alguns trechos do caminho ainda apresentam calçamento em grandes pedras de seixo rolado, calçamento presente também no adro do Chafariz de Dom Rodrigo, construído também no século XVIII.
Documentação fotográfica	**Ref:** CDR-01 **Fonte:** Maria Raquel Alves Ferreira **Data:** 16/02/2007  Vista do Chafariz de Dom Rodrigo

Histórico	O Chafariz de Dom Rodrigo ergue-se a médio caminho entre Cachoeira e Vila Rica, a meia encosta do paredão rochoso (o qual domina grande parte da Serra da Cachoeira), pelos lados que defronta com o Vale do Rio das Velhas. A estrada - da qual o chafariz era adorno utilíssimo - se iniciava no portão de acesso ao Palácio da Cachoeira, atravessava a Ponte do Palácio (sobre o Rio Maracujá) e seguia pela antiga Rua do Palácio (atual Rua Nossa Senhora Auxiliadora). Dali atingia a Praça da Matriz de Nazaré (atual Filipe dos Santos, onde também existe um chafariz), subindo em seguida pela Rua do Tombadouro. Do Tombadouro seguia em direção ao Alto do Beleza (antigo "Padre João"), abandonando de vez a área urbana de Cachoeira. Do Beleza o caminho descia sinuoso até Santo Antônio dos Tabões (onde existia pequena ponte de madeira) e daí subia novamente em direção ao Pouso de José Henriques (famosa hospedaria colonial). De José Henriques tomava-se o trecho principal do caminho aberto por Dom Rodrigo de Meneses, já aos pés da Serra da Cachoeira - esta parte do caminho foi a que mais trabalho impôs aos construtores, pois foi toda aberta na rocha virgem, em curva de nível, sem seguir nenhum trajeto mais antigo. Para vencer a rocha e conter a estrutura, foi consolidada com admiráveis muros de arrimo que ziguezagueavam a encosta, rochosa e íngreme. Aos pés da pedra que domina a serra edificou-se o chafariz, marco especial da estrada - do chafariz seguia-se até a Pedra de Amolar, descendo depois até o Jacuba e daí entrava-se em Vila Rica pelas Cabeças. Ainda hoje pode-se ler no belo chafariz: ESTA FONTE E ESTE CA[MINHO] MANDOU FAZER O ILL[USTRÍSSIMO] E EX[ENLENTÍSSIMO] S[ENHOR] D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES G[OVERNADOR] E CAP[ITÃO] GEN[ERAL] DESTA CAP[ITANIA] DE M[INAS] G[ERAIS] EM 1782.38 Este chafariz é o mesmo que matou a sede de Dom Pedro II, no dia dois de abril em 1881, quando seguia de Ouro Preto para Cachoeira do Campo e do qual ele deixa registro de próprio punho. Sem dúvida que também saciou a sede dos Inconfidentes de 1789, que usavam esta estrada, então recém construída, cotidianamente. Valeu, pela beleza e pitoresco do local, os versos do tal Padre Silvério citado por Diogo de Vasconcelos: Aonde o Conde de cavaleiros Deixou a fonte aos passageiros, Que ali descansam junto à corrente Quando os abrasa a calma ardente.39 Quais caminhos, porem, existiam a ligar Cachoeira a Vila Rica, antes da obra de Dom Rodrigo? Caminhos existiam vários. O mais belo e o mais usado era o

[38] As expressões entre colchetes estão abreviadas na inscrição original. Literalmente, assim se encontra a inscrição:
ESTA FONTE E ESTE CA[*M*]
MANDOU FAZER O ILL^{O}. E EX^{MO}. S^{R}.

D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES

G^{OR}. E CAP^{AM}. GEN^{AL}.

DESTA CAP^{NA}. DE M^{AS}. G^{ES}.
EM 1782.
[39] VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. p.196.

	que seguia exatamente o trecho até o rancho de José Henriques (utilizado posteriormente pelos construtores de Dom Rodrigo). De José Henriques a estrada velha subia em direção ao cimo da serra até atingir, do outro lado, a Pedra de Amolar e seguir novamente pelo mesmo caminho re-utilizado por Dom Rodrigo. Este trecho entre José Henriques e a Pedra de Amolar foi o que se tornou obsoleto quando da construção da nova estrada (pois que esta, em curva de nível, evitava a subida da montanha, sendo, por isso, menos cansativa e de percurso menos demorado). Ainda se pode observar os vestígios desta antiga via, erguida pelos primeiros povoadores das minas: muros de pedra, partes de calçamento, arrimos, tudo esquecido e conservado desde o tempo do Conde de Cavaleiros. Outro caminho, lamacento e raramente usado, era o que seguia por Casa Branca (atual Glaura) e desta, pelo Boqueirão, até São Bartolomeu. De São Bartolomeu subia-se em direção à Pedra de Amolar, retomando o mesmo percurso. Havia também outra trilha que se esgueirava pelos pés da Serra da Cachoeira, pelos lados do Bota-Fogo: caminho alagadiço e perigoso, que passava pela Bocaina e Santo Amaro do Bota-Fogo, no outro contra-forte da Serra da Cachoeira (hoje a Rodovia dos Inconfidentes, no trecho entre Cachoeira e Ouro Preto, segue, mais ou menos, o mesmo trajeto deste primitivo caminho). Mais um caminho - este oficial, mas que tornava a viagem muito mais longa - era o que passava pela Rua do Campo (atual Rua São Francisco, em Cachoeira), atingia os Campos do Holana (no atual Bairro Vila Alegre) e dai rumava ao Morro da Mata. Do Morro da Mata subia-se até os pés da Serra do Caxambu para, então, atingir o Trino (atual Estação Dom Bosco). Daí ia-se até o Capão do Lana, outra famosa hospedaria. Do Capão seguia-se por José Correia (atual Rodrigo Silva), Santa Quitéria do Alto da Boa Vista, Tripuí, para, só então, chegar em Vila Rica, pelos fundos do Ouro Preto.
Uso Atual	Equipamento público
Descrição	Chafariz parietal construído em alvenaria de pedra, no século XVIII, para servir as tropas e os viajantes que transitavam pela Estrada de Dom Rodrigo. Encontra-se numa região de transição entre campo rupestre (encosta acima) e mata atlântica (encosta abaixo). Mobiliário público de formato quadrado; bacia retangular composta por lajes de pedra aparelhada, presas por grampos de ferro fundido; cunhais com base de pedra esculpida e restante do elemento rebocado com argamassa de areia e barro, pintado a cal na cor amarela; parede rebocada com argamassa de areia e barro, caiado em branco; bica centralizada, vertendo água a uma altura de 148 cm em relação ao piso externo, através de um paralelepípedo esculpido em um bloco de pedra, com canaleta na face superior, ornada com um circulo esculpido na face da frente, encimado por uma placa comemorativa de formato quadrado com moldura em auto relevo de acamamento arredondado, onde se lê a inscrição transcrita acima, no item: Histórico. O chafariz apresenta coroado com cimalha escalonada em cantaria. Possui as seguintes dimensões: Bacia:- H: 83 cm; L: 220 cm; P: 116 cm Corpo:- H: 285 cm; L: 286 cm; P: 87 cm
Proteção legal existente	Nenhuma
Proteção legal proposta	Tombamento Municipal
Estado de conservação	Razoável
Análise do estado de conservação	O chafariz foi restaurado recentemente e encontra-se em bom estado de conservação, embora esteja com vazamento na parte inferior do tanque;

	manchas de umidade e presença de liquens.	
Fatores de degradação	Ação de intempéries; crescimento de liquens na superfície das pedras.	
Medidas de conservação	Saneamento da trinca segundo técnicas específicas de restauração; remoção do trecho deteriorado do reboco e execução de novo reboco conforme traço original; execução de nova pintura a cal; remoção de liquens e higienização das peças de cantaria.	
Intervenções	O Chafariz recebeu intervenções de restauro e conservação – Escultor: Edniz José Reis/ Setembro de 2006.	
Referências Bibliográficas	C:\Documents and Settings\User\Meus documentos\Inventario-2007\Sao Bartolomeu\ChafarizRodrigo	
Informações complementares	Não há informações complementares	
Ficha Técnica	Lev. Campo: Inaiana Barbosa Guerra Maria Raquel Alves Ferreira Elaboração: Maria Raquel Alves Ferreira	Data: 16/02/2007 Data: 22/02/2007

11. LAUDO TÉCNICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO

RESPONSÁVEL PELO LAUDO TÉCNICO: **Maria Raquel Alves Ferreira, arquiteta e urbanista**
IDENTIDADE:**19.733.027-7**
ESPECIALIZAÇÃO EM: **Patrimônio**
NOME DO BEM TOMBADO: **Chafariz de Dom Rodrigo**
LOCALIZAÇÃO**: Estrada de Dom Rodrigo**
DATA: **15/03/2007**
DATA DO TOMBAMENTO **– 16 de março de 2007**
HÁ RESTAURAÇÃO EM ANDAMENTO? SIM (**X**) NÃO
HÁ PROJETO APROVADO POR LEI DE INCENTIVO À CULTURA? SIM (**X**) NÃO
EM CASO POSITIVO: LEI FEDERAL LEI ESTADUAL
OUTRO

ELEMENTOS ESTRUTURAIS	SIM		**NÃO APRESENTA PROBLEMAS**
	50%	**100%**	
1. Ataque de insetos	-	-	100%
2. Perdas	5%	-	95%
3. Furos (pregos, cravos etc.)	-	-	100%
4. Apodrecimentos causados por umidade	-	90%	10%
5. Rachaduras, lascas, fissuras, frestas	10%	-	90%
SUPORTE			
6. Sujidade superficiais e aderidas	inexistente	inexistente	inexistente
7. Ataque de insetos	inexistente	inexistente	inexistente
8. Perdas de partes (elementos em relevo)	inexistente	inexistente	inexistente
9. Furos (pregos, cravos, cupim etc.)	inexistente	inexistente	inexistente
10. Apodrecimentos causados por umidade	inexistente	inexistente	inexistente
11. Rachaduras, lascas, fissuras, frestas	inexistente	inexistente	inexistente
12. Queimaduras	inexistente	inexistente	inexistente
13. Desprendimento de fragmentos	inexistente	inexistente	inexistente
CAMADA PICTÓRICA			
14. Sujidade	-	80%	20%
15. Descolamentos	10%	-	90%
16. Perdas	5%	-	95%
17. Craquelês	30%	-	70%
18. Manchas (causadas por umidade, ceras etc.)	-	50%	50%
19. Oxidações, escurecimentos	inexistente	inexistente	inexistente
20. Abrasões	-	-	100%
21. Repinturas	-	-	100%
22. Verniz oxidado	inexistente	inexistente	inexistente

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA NO PRÉDIO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	**REGULAR**	**RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO**
Instalação de equipamento de prevenção e combate a incêndio sim (X) não	inexistente	inexistente	inexistente
Sistema de segurança sim (X) não	inexistente	inexistente	inexistente

OBSERVAÇÃO:
Não há equipamentos de combate à incêndio ou de segurança no adro do chafariz.

FOTOGRAFIAS



Foto 01 – Do lado direito da porteira, início da trilha em mata fechada para o chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 02 – Abertura no muro de pedra para escoamento de águas pluviais
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 03 – Cobertura vegetal tipo campo rupestre do lado encosta acima da estrada (topo da montanha)
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 04 – Muro de contenção da estrada em pedra tipo canjicado
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 05 – Abertura no muro de contenção para escoamento de águas pluviais
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 06 – Trilha dentro da mata; antiga Estrada de Dom Rodrigo
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 07 – Vista do adro do chafariz com pavimentação em pedra; entorno natural preservado
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 08 – Detalhe da pintura da parede com manchas de umidade e coberta por liquens, apesar da restauração realizada em setembro de 2006
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 09 – Detalhe da cimalha apresentando perdas de material e trincas
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 10 – Detalhe da bica e parede com pintura com sujidade e apresentando lacunas
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 11 – Vista do lado esquerdo do chafariz
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 12 – Detalhe do cano que abstece o chafariz com água da mina
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 13 – Vista de trecho da estrada próximo ao chafariz com calçamento de pedra
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.



Foto 14 – Detalhe do muro de contenção da estrada em pedra tipo canjicado
Autor: Raquel A. Ferreira
São Bartolomeu, março de 2007.

CONCLUSÃO: O bem encontra-se bem conservado estruturalmente. O chafariz sofreu perda de material na cimalha, onde também há trincas; o reboco da alvenaria de pedra está começando a ficar estufado; a pintura está com sujidade, manchas de umidade, desprendimento e lacunas. Há um vazamento de água na bacia, encharcando o piso do adro, que começa a apresentar áreas com abaulamento.

BEM CULTURAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	**REGULAR**	**RUIM, NECESSITANDO INTERVENÇÃO**
Chafariz	76,7%	5%	18,3%

12 – REFERÊNCIA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA

12.1. Arquivos Consultados

- Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré – Cachoeira do Campo
- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)
- Arquivo João Batista Costa - Cachoeira do Campo
- Arquivo Municipal de Ouro Preto
- Arquivo Ultramarino de Lisboa
- Casa Setecentista (Casa do Pilar) – Ouro Preto
- Centro de Estudos do Ciclo do Ouro – Casa dos Contos / Ouro Preto

12.2. Livros e Trabalhos

ALCÂNTARA, Dom Pedro de. *Diário do Imperador Dom Pedro II*. Rio de Janeiro: Museu Imperial/IPHAN, s/d.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: EDUSP; Editora Itatiaia, 1982.

ÁVILA, Affonso. *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971 (Debates 35).

BOHRER, Alex Fernandes. *Imaginário da Paixão de Cristo. Cultura Artística e Religiosa no Alto Rio das Velhas nos Séculos XVIII e XIX*. Mariana: ICHS/UFOP (Monografia de Bacharelado), 2004.

BOSCHI, Caio C. *Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: EDUSP; Editora Itatiaia, 1980.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: O Culto a São Miguel e Almas.* Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de Doutorado, 1994.

COSTA, João Baptista da. *Memória Histórica I*. Cachoeira do Campo: (manuscrito), 1965.

LEMOS, José Vicente de. *Da. Mocidade à Velhice*. Cachoeira do Campo: Edição do Autor.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitânia de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Itatiaia, 1978.

MACHADO, Carlos Augusto Pessoa. *Projeto de Implantação de Infra-Estrutura Turística em São Bartolomeu*. EA/UFMG (Monografia de Pós-Graduação Latu-Sensu), 2001.

MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MARAVALL, J. Antonio. *A Cultura do Barroco*. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1974, 2 vols.

MINC/ IPHAN. Cartas Patrimoniais. 2º edição. Rio de Janeiro, 2000.

NAVARRO, Isidoro Moreno. *La Semana Santa de Sevilla, Conformación, Mixtificación y Significaciones.* Sevilla: Imprenta Escandón, 1986.

OLIVEIRA, Miguel Archanjo de. *O Papel e o Surgimento do Entorno de Vila Rica / 1700-1750*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG (Monografia de Bacharelado), 1999.

OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Visitas Pastorais de Dom Frei José Da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais/IEPHA, 1998.

OSWALDO, Angelo. *Igrejas de Minas*. Belo Horizonte: Cemig, 1998.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

RAMOS, Lucio Fernandes. *Cachoeira do Campo. A Filha Pobre do Ouro Preto*. Belo Horizonte: Editora São Vicente.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

SCHMAUS, Michael. *Teologia Dogmática VII. Los Novisimos*. 2. ed. Madri: Ediciones Rialp, 1965.

SOUZA, Wladimir Alves de (coordenador). *Guia dos Bens Tombados: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Archidiocese de Marianna; Subsídios para a sua História*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. 3v.

_____. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

VASCONCELOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Arquitetura, Arte e Cidade: Textos Reunidos*. Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004.

_____. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

12.3. Artigos

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A Idéia do Barroco e os Desígnios de uma Nova Mentalidade: A Misericórdia através dos Sepultamentos pelo Amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712- 1750). in: *Barroco.* N.19, pp.45-68, 2001.

_____. Mecenato e Estilo Rococó na época barroca: A Capela do Rosário dos Pretos de Vila Rica. In: *Cronos*. Pedro Leopoldo, n. 4, pp.37-45, 2001.

_____. Vida Cotidiana e Produção Artística de Pintores Leigos nas Minas Gerais. José Gervásio de Souza Lobo, Manoel Ribeiro Roza e Manoel da Costa Ataíde. In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O Trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume / PPGH-UFMG), 2002.

CUNHA, Maria José de Assunção. Imagens de roca, imagens de vestir. In: *Anuário do Museu da Inconfidência.* Ouro Preto. v.6, p.247-257, 1979.

LANARI, Cássio. *O Construtor da Matriz da Cachoeira do Campo*. Belo Horizonte: Suplemento Literário do "Minas Gerais", 20 / 05 / 1972.

LEMOS, Pe. Afonso Henriques de Figueiredo. Monografia da Freguesia da Cachoeira do Campo. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n.13, 1908.

OLIVEIRA, Myriam Ribeiro de. A Pintura de Perspectiva em Minas Colonial - Ciclo Barroco. In: *Barroco*, n.l0, pp.27-37, 1978.

_____. A Pintura de Perspectiva em Minas Colonial - Ciclo Rococó. In: *Barroco*, n.12, pp.171-80, 1982/3.

_____. A Imagem Religiosa no Brasil. In: *Arte Barroca - Mostra do Descobrimento.* São Paulo: Fundação Bienal, 2000. pp. 36 - 79.

12.4. Dicionários

ÁVILA, A. & GONTIJO, João. *Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

BARBOSA, W. de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

13- FICHA TÉCNICA

FICHA TÉCNICA REFERENTE AO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CHAFARIZ DOM RODRIGO

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

Gabriel Simões Gobbi
Secretário de patrimônio e Desenvolvimento Urbano

Camila Sardinha Cecconello
Arquiteta – Diretora de Projetos Especiais
CREA 79095/D

Maria Cristina Cairo Silva
Arquiteta – Diretora Interina de Regulação Urbana e Coordenadora do Programa Monumenta/MINC
CREA 23907/D

Paulo Hermínio Guimarães
Arquiteto – Diretor Interino de Proteção ao Patrimônio e Especialista em Patrimônio do Programa Monumenta/MINC
CREA 9052/D

Jurema Marteleto Rugani
Assessora Especial
CREA 20269/D

Ronald Carvalho Guerra
Diretor de Meio Ambiente

FICHA TÉCNICA REFERENTE AO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CHAFARIZ DOM RODRIGO

Elisângela Rodrigues Silva Araújo
Engenheira Civil
CREA 06003147/P

Inaiana Barbosa Guerra
Engenheira Civil
CREA 6003185/P

Bruno Tropia Caldas
Arquiteto Urbanista
CREA 07000350/P

Luciana Oliveira Queiroz
Arquiteta Urbanista
CREA 07000215/ P

Maria Raquel Alves Ferreira
Arquiteta Urbanista
CREA 5060663650/D

Paulo André Rabelo Alkmin
Arquiteto
CREA 83088/D

Alex Fernandes Bohrer
Historiador

Márcia Conceição da Massena Arévalo
Historiadora

FICHA TÉCNICA REFERENTE AO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO CHAFARIZ DOM RODRIGO

Sueli do Carmo Oliveira
Estagiária de História

Ricardo Eustáquio Fonseca
Estagiário de Turismo

Gabriela Ortega Marques Rodrigues
Estagiária de Direito

Esta equipe contou ainda com a participação dos seguintes estagiários do Instituto Estrada Real:

Débora Ferreira
Paula Batista
Joelma Guimarães
Tâmara Marques

14. CÓPIA DA ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL APROVANDO O TOMBAMENTO PROVISÓRIO DO CHAFARIZ DOM RODRIGO

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE OURO PRETO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE 03.10.06

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e seis, às dezoito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, situada na Rua São José, nº 215, sala 104, Centro, Ouro Preto – MG, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, sob a presidência do Senhor **Gabriel Simões Gobbi**, Representante Titular da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e Presidente do Conselho de Preservação, e com a presença dos seguintes membros: **Sérgio Romão Pereira,** Representante Titular da Organização não-governamental Serra do Trovão e Vice-Presidente do Conselho; **Erça Maria Santana**, Representante Titular da Associação Cavaleiros Mestre Nico; **Jorge Luiz Gomes**, Representante Titular da Associação Cultural Amigos de Cachoeira do Campo – AMIC; **Marília Machado Rangel**, Representante Suplente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IEPHA; **Maria Agripina Neves**, Representante Titular da Comissão Ouropretana de Folclore; **Vicente Custódio**, Representante Titular da Associação Patrimonial de Ouro Preto – APOP; **Liana Sayuri Nakao Nakahodo**, Representante Suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; **Ronald Carvalho Guerra**, Representante Suplente da Associação de Moradores de São Bartolomeu e **Liliane de Castro Vieira**, Representante Suplente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Tivemos, também, a participação de **Silvana Vanêssa Peixoto**, Coordenadora da Casa dos Conselhos; Alex Fernandes Bohrer, da Secretaria Municipal de Preservação e Desenvolvimento Urbano e Daniella Melo Jardim, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IEPHA . **ABERTURA** – O Senhor Presidente, após cumprimentar a todos os presentes, deu início aos trabalhos do dia fazendo a verificação do quorum. Diante da ausência do 1º e 2º secretários do conselho, Gabriel nomeou Silvana para secretariar a presente reunião. Silvana justificou as ausências de: **Cláudia Regina de Alencar Ferreira**, Representante Titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; **Antônio Carlos de Oliveira,** Representante Suplente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; **Camila Sardinha Cecconello**, Representante Titular da Secretaria Municipal de Obras; **Armando Maia Wood**, Representante Titular da Universidade Federal de Ouro Preto; **Rosângela Maria de Carvalho**, Representante Titular do Instituto Estadual de Florestas – IEF e **José Augusto Rodrigues Lóes,** Representante Suplente do IEF. Em seguida o senhor presidente pediu que Silvana fizesse a leitura da Ata de primeiro de agosto de dois mil e seis. Após leitura perguntou aos conselheiros se havia alguma

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE OURO PRETO

manifestação sobre a ata, não havendo nenhuma manifestação a Ata foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente passou à elaboração e aprovação da pauta pedindo aos conselheiros presentes que sugerissem os assuntos, sendo eles: 1°. Leitura do Decreto n° 345/06 e posse da Conselheira; 2°. Proposta de alteração do Regimento Interno; 3°. Vistoria no Trem da Vale para tombamento do entorno da linha férrea; 4°. Tombamento de São Bartolomeu; 5°. Leitura de ofícios enviados ao Conselho; 6°. Tombamento do Grande Hotel e Chafariz Dom Rodrigo e 7°. Outros assuntos. A pauta da reunião foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O Senhor Presidente fez a leitura do Decreto N° 345/06 que exonera a Srª Simone Monteiro Silvestre Fernandes e nomeia a Srª Liliane de Castro Vieira como membro suplente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Gabriel empossou a nova componente do Conselho. Passando para o segundo assunto da pauta, Gabriel explicou que a idéia anterior de modificar a composição do Conselho, através de um Projeto de lei, passando alguns órgãos públicos e entidades como representantes suplentes, os privaria do direito de votar e participar da Mesa Diretora do Conselho. Tendo em vista estes motivos e também a dificuldade de *"quorum"* para a realização das reuniões, Gabriel sugeriu fazer alteração no Regimento Interno, no que diz respeito ao *"quorum"*. Os conselheiros concordaram em mudar o quorum para 25% (vinte e cinco por cento) mais um, em segunda convocação, após 15 (quinze) minutos do horário da 1ª convocação dos conselheiros. O Regimento Interno passará por outras alterações pertinentes e na próxima reunião será apresentada uma proposta aos conselheiros. Para aprovação da proposta de Regimento Interno será necessária a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros. Para tanto os conselheiros receberão uma convocação por escrito explicando a importância de sua participação na próxima reunião. Com relação ao terceiro assunto da pauta, sobre a vistoria na linha férrea, após ampla discussão ficou definido que o conselheiro Ronald verificará a possibilidade da vistoria na linha férrea, para que os conselheiros possam analisar se é possível verificar a área que poderá ser tombada. Após a vistoria, se os conselheiros acharem necessário, pedirão ajuda à Equipe Técnica da Vale para a elaboração do dossiê de tombamento do entorno da linha férrea. Sobre o Tombamento Provisório de São Bartolomeu, a conselheira Liliane explicou que foram feitas algumas alterações no dossiê de tombamento, mas que não foram incorporados no dossiê e nem tampouco encaminhados oficialmente. Ronald acrescentou que o dossiê não definiu os parâmetros urbanísticos e que é necessário apresentá-los à população interessada. Gabriel sugeriu que a conselheira Liliane acrescentasse no dossiê as alterações e os parâmetros faltantes e, para isso, dará todo o apoio

institucional. Ronald colocou-se à disposição para ajudar, pois tem conhecimento de alguns requisitos que ainda não foram contemplados no dossiê. Para o término do mencionado documento será agendada uma data antes da próxima reunião do Conselho. Nesse momento o conselheiro Vicente pediu que constasse em ata a sua repulsa e indignação com relação ao corte das palmeiras do Horto Botânico e sobre a antena colocada na torre da Igreja São Francisco de Paula. Com relação às palmeiras Vicente informou que enviou representação ao Ministério Público para que tome providências e espera que a Secretaria de Meio Ambiente, o IPHAN e a Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbanístico tomem alguma atitude. A conselheira Maria Agripina chamou atenção sobre documentos religiosos da Igreja de São Bartolomeu, que estão estragando. Gabriel informou que já foi encaminhado ofício à Secretaria de Cultura sobre o assunto, mas reforçará a importância de se preservar tais documentos. Nesse momento a reunião completou duas horas e os conselheiros decidiram prolongar um pouco mais a reunião. Silvana fez a leitura do ofício enviado pelo Engenheiro de Minas e Metalurgia, Sr. Osmar Alves de Oliveira Júnior, solicitando o tombamento das obras de arte da Estrada Real entre os Municípios de Ouro Preto e Ouro Branco. Após algumas discussões o Conselho foi favorável pelo início do Processo de Tombamento. Silvana leu o ofício enviado pelo presidente da Associação Cultural Amigos de Rodrigo Silva, Sr. Walter Fernandes da Silva Júnior, solicitando o tombamento do Prédio da Estação Ferroviária e seu entorno, da Sociedade Musical Santa Cecília e da Capela de Santa Quitéria da Boa Vista e, solicitando, também, o escoramento de um casarão na Rua Principal e a transformação da área do Bico de Pedra e da Caveira em Parque Ecológico. Com relação ao tombamento da Sociedade Musical Santa Cecília, o pedido será encaminhado à Secretaria Municipal de Cultura. Sobre o Bico de Pedra, o pedido será encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Para o escoramento do casarão será encaminhada uma solicitação à Secretaria Municipal de Obras, através da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. Para os demais bens o Conselho se posicionou pelo início do processo de tombamento. Com relação à solicitação de tombamento do Grande Hotel e Chafariz Dom Rodrigo, os conselheiros decidiram pela abertura do processo de tombamento. Gabriel leu ainda o ofício enviado pelo presidente da Associação Cultural Amigos de Cachoeira de Campo – AMIC, Sr. Jorge Luiz Gomes, solicitando ao Conselho o tombamento dos seguintes bens em Cachoeira do Campo: Igreja Nossa Senhora das Dores, Ponte e Ruínas do Palácio dos Governadores, Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, Cruzeiro de pedra da Praça da Matriz (Cruzeiro de Felipe dos Santos), Casarão da Praça da Matriz, Chalé das Mercês,

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE OURO PRETO

Capela de São Sebastião da Cruz dos Monges e a área histórica do antigo Colégio Dom Bosco. Os conselheiros definiram pela abertura do Processo de Tombamento dos bens solicitados. Nada mais havendo a ser tratado, Gabriel Simões Gobbi convidou os conselheiros para a próxima reunião a se realizar no dia 07 de novembro do corrente ano e encerrou a reunião com os trabalhos registrados nesta ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, Silvana Vanêssa Peixoto, secretária *"Ad hoc"*, e pelos demais presentes.

Silvana Vanêssa Peixoto
Silvia Alexandra Pereira
Marília Mendes Ingá
JORGE LUIZ GOMES
Alex Fernandes Bahia
Carlos Alberto
Maria Agripina Neves

15. PARECER SOBRE O TOMBAMENTO ELABORADO POR PROFISSIONAL HABILITADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Ação de Tombamento do Chafariz de Dom Rodrigo José de Meneses:

JUSTIFICATIVA

As estradas reais, abertas a mando ou sob a concessão da Coroa Portuguesa, constituíram-se as vias principais de acesso à região das minas e ao ouro que impulsionava a metrópole. Do encontro entre o "caminho velho" e o "caminho novo", originou-se um emaranhado de entroncamentos, caminhos secundários que buscavam a sede da capitania, Vila Rica de Ouro Preto.

A principal destas vias foi construída durante o governo de Dom Rodrigo José de Menezes, entre Cachoeira do Campo e Ouro Preto, passando pelo distrito de São Bartolomeu. Obra notável da engenharia colonial, grande parte do seu percurso se faz em curva de nível ao longo da Serra de Ouro Preto, tornando-a caminho preferencial, pois, menos árido, sinuoso e cansativo que a antiga estrada que corria no cimo da montanha. A meio caminho entre Cachoeira e Ouro Preto, como marco da inauguração da estrada, foi construído um chafariz, hoje conhecido como ***Chafariz de Dom Rodrigo de Menezes.***

Mais que um elegante monumento, o chafariz constitui registro precioso da vitalidade econômica e social daqueles séculos, quando a demanda pelo ouro e pelas oportunidades de ascensão social movimentavam os caminhos da capitania. Ponto de parada, descanso e refazimento, o chafariz dá testemunho do espírito empreendedor, moderno, que animava o então governador da capitania, Dom Rodrigo de Menezes: à necessidade da estrada mais segura para os muitos viajantes, associa-se o elemento funcional e simbólico que informa e atravessa os tempos, servindo, ainda, hoje, como ponto de referência.

Num esforço exemplar para superar as perdas e lacunas derivadas da incúria e do descaso com relação aos registros patrimoniais situados fora do perímetro urbano

tombado de Ouro Preto, a atual administração pública empenha-se, hoje, em identificar, reconhecer e proteger os elementos que, espalhados por todo o território municipal, denunciam a complexidade e a riqueza do período colonial mineiro. Entre estes, destaca-se o Chafariz de Dom Rodrigo de Menezes, pela singularidade de sua inserção na rota de acesso às estradas reais, justificando-se, portanto, a ação de tombamento ora movida pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Jurema M. Rugani
Mestre em Arquitetura e Urbanismo
CREA 20.269/D

16. PARECER SOBRE O TOMBAMENTO ELABORADO POR CONSELHEIRO INTEGRANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

PARECER TÉCNICO SOBRE O TOMBAMENTO DO CHAFARIZ DOM RODRIGO DE MENEZES

SÃO BARTOLOMEU – OURO PRETO-MG

Atualmente bem conhecidas e difundidas por seu potencial turístico, principalmente os trechos que cortam o estado de Minas Gerais, as Estradas Reais, assim denominadas por terem sido abertas a mando do Rei de Portugal ou sob sua anuência, eram as vias de acesso oficiais e principais, que conduziam às regiões auríferas, e ao longo das quais se davam o surgimento e desenvolvimento de novas formações urbanas, que em grande parte, tem preservados importantes bens materiais e imateriais desse período. No roteiro dessas estradas reais, identificam-se os dois conhecidos eixos – "Caminho Velho" e "Caminho Novo", ambos direcionados às regiões das minas – de cujo ponto de convergência, partiam vários outros caminhos secundários com destino a capital mineira, Vila Rica.

Um desses caminhos e a principal via de acesso foi uma das estradas abertas por Dom Rodrigo José de Menezes no último quartel do setecentos, durante seu governo de caráter empreendedor. O caminho em questão, substitutivo a uma antiga estrada de percurso demorado e desgastante, interligava Cachoeira do Campo a Ouro Preto, passando por São Bartolomeu. Importante feito da engenharia colonial, foi traçado sobre rocha virgem em encosta íngreme, percorrendo a Serra de Cachoeira em nível na maior parte do percurso, com consolidação por muros de arrimo em pedra. Como marco inaugural dessa via e a meio caminho daqueles três distritos, foi mandado edificar um chafariz, pelo mesmo D Rodrigo, cujo nome é designação mais conhecida do referido bem, que traz ao centro e sobre a bica uma lápide com a seguinte inscrição:

ESTA FONTE E ESTE CA*[MINHO]*
MANDOU FAZER O ILL*[USTRÍSSIMO]* **E EX***[ELENTÍSSIMO]* **S***[ENHOR]*
D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES
G*[OVERNADOR]* **E CAP***[ITÃO]* **GEN***[ERAL]*
DESTA CAP*[ITANIA]* **DE M***[INAS]* **G***[ERAIS]*

EM 1782.[1]

É pois este monumento, testemunha física e documental ligada ao desenvolvimento e progresso das Minas. Além de cumprir com sua finalidade funcional (ponto propício para pausa e recomposição e matar a sede), cumpre a função de informar através dos tempos, servindo até hoje como ponto de referência, assim como serviu a figuras ilustres como o Imperador D Pedro II, que dele fez referência de próprio punho em seus escritos de viagem, quando seguia de Ouro Preto para Cachoeira do Campo em 1881, conforme segue:

> **2 *de abril de 1881* (sábado)** - (...) Subida da serra que divide águas do rio Doce de águas do rio das Velhas. Alto da pedra de amolar. Vasta e bela vista. **O caminho é todo muito pitoresco. Descobri ao longe o Rio das Velhas. Chafariz do tempo do governo de D. Rodrigo de Meneses 1722 creio eu** [grifo do autor]. Arraialzinho dos Taboães com ponte. Cachoeira do Campo arraial de muitas casas. Almocei; fui orar à Igreja que tem dois altares laterais que muito me agradaram por seus lavores de talha.[2]

Por tudo isso, encontra-se suficientemente justificado o tombamento municipal deste bem, por sua inegável relevância e significado à história ouro pretana e mineira, dentro de um esforço da Prefeitura Municipal de Ouro Preto em identificar, reconhecer, registrar, resgatar e proteger os elementos relativos a história e enriquecimento cultural dos ouro pretanos, elementos estes até então não abrangidos por outras esferas legais de proteção.

Guilherme Ismar Nunes Ataídes

Arquiteto e Urbanista CREA 95124/D

Ouro Preto, 7 de abril de 2008

---

[1] As expressões entre colchetes estão abreviadas na inscrição original. Literalmente, assim se encontra a inscrição:
ESTA FONTE E ESTE CA[*M*]
MANDOU FAZER O ILL^{O}. E EX^{MO}. S^{R}.
D.RODRIGO JOZÉ DE MENEZES
G^{OR}. E CAP^{AM}. GEN^{AL}.
DESTA CAP^{NA}. DE M^{AS}. G^{ES}.
EM 1782.

[2] ALCÂNTARA, Dom Pedro de. *Diário do Imperador Dom Pedro II.* Vol. 24. Rio de Janeiro: Museu Imperial/IPHAN, s/d.

17. NOTIFICAÇÃO AO PROPRIETÁRIO DO BEM CULTURAL E ANUÊNCIA DO PROPRIETÁRIO

NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO Nº 014/2006

Exmo. Sr.
Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito Municipal de Ouro Preto

Responsável pelo Bem Cultural denominado **"Chafariz Dom Rodrigo".**

Venho comunicar V. Sª, para fins estabelecidos na Lei Municipal nº 17/02, que foi aprovado pelo **Conselho Municipal de Preservação ao Patrimônio Cultural e Nacional de Ouro Preto**, em reunião datada em 03.10.2006, o tombamento do **"Chafariz Dom Rodrigo"**, localizado no caminho entre Cachoeira e Ouro Preto, às encostas da denominada Serra da Cachoeira do Campo e defrontando aos lados com o Vale do Rio das Velhas.

Solicito, pois a V. Sª, o obséquio de acusar o recebimento da presente Notificação, assinando o recibo anexo e devolvendo-o a este conselho, bem como anuir ao tombamento, ou oferecer, se quiser, as razões de sua impugnação no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da data de recebimento desta correspondência.

Ouro Preto, 12 de dezembro de 2006.

Gabriel Simões Gobbi
Presidente do Conselho Municipal de Preservação ao Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto

Recebi o documento

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Ouro Preto, 15 de dezembro de 2006.

Ilmo. Sr.
Gabriel Simões Gobbi
Presidente do Conselho Municipal de Preservação ao Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto

Senhor Presidente,

Venho através do presente, acusar o recebimento da Notificação Nº 014/2006 e declarar a anuência do Município ao Tombamento do bem denominado "Chafariz de Dom Rodrigo", uma vez que este representa uma importante relíquia do nosso Patrimônio Cultural a ser preservado.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

SMCP - PROTOCOLO
Nº 393/07
Data: 20 / 03 / 07
Hora: 11:45
Visto:

18. CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL APROVANDO O TOMBAMENTO DEFINITIVO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE 14.03.07

Aos quatorze dias do mês de Março de dois mil e sete, às dezessete horas e trinta e três minutos, na Casa dos Conselhos, situada na Rua São José, 215, sala 105 – Centro, teve início a terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do ano de dois mil e sete, em segunda chamada, sob a presidência do Senhor **Gabriel Simões Gobbi**, Representante Titular da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e com a presença dos seguintes membros: **Cláudia Regina de Alencar Ferreira,** Representante Titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; **Liliane de Castro Vieira,** Representante Suplente do IPHAN, **Marília Machado Rangel,** Representante Suplente do IEPHA; **Jorge Luiz Gomes,** Representante Titular da AMIC; **Silviane Pedrosa,** Representante Titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; **Carlos Henrique B. Azevedo,** Representante Suplente da Secretaria Municipal de Obras; **Maria Agripina Neves,** Representante Titular da Comissão Ouropretana de Folclore e **Vicente Custódio,** Representante Titular da Associação Patrimonial de Ouro Preto - APOP. Tivemos, também, a participação de **Silvana Vanêssa Peixoto**, Assessora Jurídica da Casa dos Conselhos; **Alex Fernandes Bohrer**, Historiador da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e **Maria Cristina Cairo Silva**, Diretora de Regulação Urbana da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano. **ABERTURA** – Gabriel Gobbi, após cumprimentar a todos os presentes, deu início aos trabalhos do dia fazendo a verificação do quorum. Em seguida nomeou Silvana para secretariar a presente reunião e a pediu que fizesse a leitura da ata da Reunião Ordinária do dia seis de fevereiro de dois mil e sete. Após leitura perguntou aos conselheiros se havia alguma manifestação sobre a ata. Houve apenas uma correção na linha 37, onde agora se lê Associação Cultural Amigos de Cachoeira do Campo. Após a correção, a supracitada ata foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, Gabriel passou a elaboração e aprovação da pauta, ratificando o tombamento da "Ponte Ana de Sá" no distrito de Glaura e pedindo aos conselheiros presentes que sugerissem os assuntos da presente reunião, sendo eles: 1º. Correspondências Diversas; 2º. Chafariz D. Rodrigo; 3º. Cadeira de Dom Pedro, parecer final e diretrizes; 4º. Reunião em São Bartolomeu; 5º. Proposta de Curso de Turismo Cultural e 6º. Outros assuntos. A pauta da reunião foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Dando início aos assuntos da pauta, Gabriel leu o ofício enviado pela Promotora Paula Ayres, datada de nove de fevereiro de dois mil e sete, solicitando o tombamento do "Tanque de Desinfetação da Barra". Tal recomendação se deve ao fato deste tanque ser a primeira estação de tratamento de esgoto do país. Após análise dos conselheiros, Marilia sugeriu que votássemos pela abertura do processo de tombamento, tendo em visto o valor cultural e histórico do bem. Os conselheiros acolheram a sugestão e votaram por unanimidade pela abertura do processo de tombamento do "Tanque de Desinfetação da Barra". Passando para o

CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE OURO PRETO

segundo assunto Gabriel comentou que a abertura do Processo de tombamento do Chafariz D. Rodrigo se deu em três de outubro de dois mil e seis e pediu que o historiador Alex Bohrer apresentasse um breve histórico sobre o Chafariz. Antes do início da apresentação Gabriel e Silviane precisaram se retirar da reunião, justificando o motivo. Gabriel passou então a presidência ao Conselheiro Vicente Custódio. Neste momento Alex passou a apresentar o histórico sobre o Chafariz D. Rodrigo e, após apresentação entregou aos conselheiros o dossiê efetuado sobre o mesmo. Em seguida Liliane apresentou o parecer do IPHAN, informando que o mesmo é favorável ao tombamento do Chafariz D. Rodrigo pelo seu valor histórico e cultural. Os sete conselheiros presentes votaram favoravelmente pelo tombamento definitivo do Chafariz D. Rodrigo. Sobre o terceiro assunto da pauta Vicente passou a palavra a Jorge da Associação Cultural Amigos de Cachoeira do Campo para ler o parecer sobre a Cadeira de Dom Pedro. Após a leitura os conselheiros esclareceram algumas dúvidas sobre o tombamento definitivo da Cadeira de Dom Pedro. Passando para o quarto assunto da pauta Cristina informou que a reunião em São Bartolomeu foi desmarcada e ainda não tem data definida. Sobre o quinto assunto da pauta. Vicente passou a palavra à Cláudia que apresentou aos conselheiros o Curso de Turismo Cultural, com duração de dezesseis horas, que será realizado para os conselheiros de turismo e de preservação do patrimônio. Este Curso é fruto do contrato do Ministério de Turismo com a Associação das Cidades Históricas. Cláudia explicou que cada município terá a sua capacitação, depois haverá um encontro com os municípios que realizaram o curso. A data ainda será definida. Cláudia leu a programação e informou que terá 30 vagas. Houve ampla discussão sobre o assunto. Os conselheiros sugeriram a realização do curso entre os meses de maio e junho e o convite ser estendido para o Conselho Municipal de Cultura. Na próxima reunião será agendada uma data. Nada mais havendo a ser tratado. Vicente Custódio encerrou a reunião com os trabalhos registrados nesta ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, Silvana Vanêssa Peixoto, secretária *ad hoc*, e pelos demais presentes.

19. CÓPIA DO EXECUTIVO TOMBANDO O CHAFARIZ DOM RODRIGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO — PATRIMÔNIO CIDADÃO

DECRETO Nº 654 DE 10 DE ABRIL DE 2007

Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico e no livro do Tombo de bem declarado de valor arqueológico, paleológico, etnográfico e paisagístico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal n °17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico e no livro do Tombo de bem declarado de valor arqueológico, paleológico, etnográfico e paisagístico do "Chafariz Dom Rodrigo de Menezes", situado à Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Cachoeira do Campo - Ouro Preto. Latitude - 20º21'22" longitude 42º34'46" coordenadas UTM/Córrego Alegre, Minas Gerais, por seu valor histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico, ficando o mesmo sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Revoga-se o Decreto 635 de 16 de março de 2007.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 10 de abril de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

PUBLICAÇÃO
Q... mediante afixação nas ... dos próprios da Prefeitura e ... na Municipal, nos termos da ... Lei Orgânica Municipal, em ...
1 / 04 / 2007

20. CÓPIA DA INSCRIÇÃO DO BEM CULTURAL NO LIVRO DE TOMBO MUNICIPAL

Termo de Abertura

Este Livro do Tombo, contendo 200 (duzentas) folhas numeradas, que foram por mim rubricadas, servirá para a inscrição do tombo dos Bens Arqueológicos, Paleológicos, Etnográficos e Paisagísticos, na forma da Lei Municipal Nº 17, de 26 de abril de 2002, art. 5º, I.

Ouro Preto, 30 de setembro de 2005.

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio – OURO PRETO

Claudia p.

PREFEITURA OURO PRETO PATRIMÔNIO CIDADÃO

OURO PRETO 13 Conselho Municipal de Patrimônio

Inscrição nº 12. O bem cultural "Chafariz Dom Rodrigo de Menezes" situado à latitude 648.257 e longitude 7748295 UTM, bem como todos os elementos que o compõe inseridos no perímetro de tombamento, com suas características construtivas em pedra/cal e artístico, está tombado pelo decreto nº 655/2007. Fica portanto inscrito neste livro do Tombo segundo o número 12 e sujeito à proteção especial de acordo com a lei Municipal nº 17/02

Ouro Preto, 20 de Março de 2007

Gabriel Simões Gobbi

Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto.

Termo de Abertura

Este Livro do Tombo, contendo 200 (duzentas) folhas numeradas, que foram por mim rubricadas, servirá para a inscrição do Tombo dos Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos, para inscrição de conjuntos urbanos, obras de arte e bibliográficas, na forma da Lei Municipal Nº 17, de 26 de abril de 2002, em seu art. 5º, inciso II.

Ouro Preto, 30 de setembro de 2005.

PREFEITURA OURO PRETO PATRIMÔNIO CIDADÃO

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
14
OURO PRETO

Inscrição nº 13. O bem cultural "Chafariz Dom Rodrigo de Menezes" situado a latitude 648 257 e longitude 7748 429 5 UTM, bem como todos os elementos que o compõe inseridos no perímetro tombamento, com suas características construtivas em pedra/cantaria, por seu valor arquitetônico, cultural, histórico, paisagístico e artístico, está tombado pelo decreto nº 635/2007 fica portanto inscrito neste livro de Tombo, segundo o número 13 e sujeito a guarda especial de acordo com a lei Municipal nº 17/02.

Ouro Preto, 20 de março de 2007.

Gabriel Simões Gobbi
Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto.

21. CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO ATO DE TOMBAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

OURO PRETO
PATRIMÔNIO CIDADÃO

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins que se fizerem necessários, que foram publicadas, para conhecimento de todos, no quadro de avisos da sede desta Prefeitura, as atas das reuniões referentes ao período de 15 de Abril de 2006 a 30 de Abril de 2007 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Natural de Ouro Preto.

Ouro Preto, 02 de Abril de 2007

Gabriel Simões Gobbi
Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original

Gabriel Simões Gobbi
Secretário M. de Patrimônio
e Desenvolvimento Urbano

Ed.739 - 02 a 08 de abril de 2007

PREFEITURA OURO PRETO PATRIMÔNIO CIDADÃO

DECRETO Nº 455 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico, referente à Cadeira de Dom Pedro, localizada no Colégio Dom Bosco, situado no distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto/MG, de seu valor histórico.

Parágrafo único. O bem a que se refere o caput deste artigo fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pelo processo administrativo nº 373/06 e pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural da Humanidade, 7 de fevereiro de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de A. Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 456 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição, no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico, do Núcleo Urbano de São Bartolomeu, situado no distrito de São Bartolomeu, em Ouro Preto/MG, pelos valores histórico, cultural, arquitetônico e urbanístico que apresenta.

§1º Ficam protegidos, nos termos deste Decreto, os seguintes imóveis inseridos no Núcleo Urbano de São Bartolomeu:

I – o imóvel situado no Adro Lateral da Igreja Matriz de São Bartolomeu, s/n, atrás da Rua do Carmo, 200;

II – o imóvel situado no Adro da Igreja das Mercês, s/n, incluindo a casa, o galpão, o calçamento em pedra com paginação original;

III – os três primeiros imóveis situados à esquerda na Rua do Carmo, a partir da esquina com a Rua Espírito Santo, todos sem número;

IV – os imóveis de números 10, 29, 34, 35, 45, 57, 67, 77, 84, 87, 97, 133, 145, 189, 194, 200, 207, 208, 222, 226, 230, 233, 255, todos situados na Rua do Carmo;

V – o quinto e o sexto imóvel situados à esquerda, na Rua do Carmo, ambos sem número, extremados pelos imóveis de números 29 e 57;

VI – o décimo segundo, o décimo terceiro e o décimo quarto imóvel situados à esquerda, na Rua do Carmo, correspondendo respectivamente à casa com oratório, que divisa com a casa de nº 97, à Escola Municipal e à Casa da Festa;

VII – o vigésimo imóvel à esquerda, na Rua do Carmo, s/n, extremado pelos imóveis de números 133 e 233;

VIII – o imóvel sem número na esquina da Rua do Carmo com a Rua do Lírio;

IX – o primeiro imóvel situado na Rua do Carmo a partir da esquina com a Rua Espírito Santo, sem número;

X – o terceiro imóvel situado à direita, na Rua do Carmo, s/n, ao lado do imóvel de nº 10;

XI – o oratório situado na Rua do Carmo, s/n, na esquina com a Rua dos Trapichos;

XII – o sétimo imóvel situado à direita, na Rua do Carmo, s/n, onde funciona o Posto Médico;

XIII – o décimo imóvel à direita, na Rua do Carmo, correspondente ao lote vago em que se encontra a Ruína, Largo da Igreja Matriz de São Bartolomeu;

XIV – o décimo segundo imóvel situado à direita, na Rua do Carmo, s/n, ao lado do imóvel de nº 200, intervenção de 3 pavimentos;

XV – o décimo nono e o vigésimo imóvel situado à direita, na Rua do Carmo, ambos sem número, sendo que o primeiro corresponde a um lote vago na esquina com a Rua do Córrego, e, o segundo corresponde a um Chalet do outro lado do Córrego;

XVI – os imóveis de números 02, 12, 15, 17, 74, 83, 84, 93, 94 e 98, situados na Rua Espírito Santo;

XVII – o quarto, o quinto e o sexto imóvel situados à esquerda, na Rua Espírito Santo, a partir da esquina com a Rua do Carmo, sendo que os dois últimos correspondem a ruína;

XVIII – os imóveis de números 02, 05, 59, 71, 99 e 216 situados na Rua da Praia;

XIX – o primeiro imóvel situado à esquerda, na Rua da Praia, a partir da esquina com a Rua do Carmo, s/n;

XX – o primeiro imóvel situado à direita, na Rua da Praia, a partir da esquina com a Rua do Carmo, s/n;

XXI – o primeiro imóvel situado na Rua da Praia, esquina com a Rua Espírito Santo;

XXII – a construção, s/n, na esquina da Rua da Praia com a Rua dos Lírios;

XXIII – o primeiro imóvel situado à esquerda, no Beco dos Bois, esquina com o Adro da Igreja Matriz de São Bartolomeu, s/n;

XXIV – os imóveis de números 37, 85 e 99, situados na Rua dos Trapichos;

XXV – o primeiro imóvel situado à direita, na Rua dos Trapichos, a partir da esquina com a Rua Espírito Santo, s/n;

XXVI – o imóvel situado na Rua dos Lírios, nº 12;

XXVII – o primeiro, o segundo e o quarto imóvel, todos sem números, situados à esquerda na Rua dos Lírios, a partir da esquina com a Rua do Carmo, sendo que os dois primeiros correspondem a duas construções;

XXVIII – os imóveis de números 20, 50, 55 e 65, situados na Rua do Córrego;

XXIX – a Capela de Nossa Senhora das Mercês, inclusive o acervo de bens móveis e integrados, bem como o seu Cruzeiro;

XXX – a Capela do Senhor de São Francisco, ou Capela do Cemitério, inclusive o seu acervo de bens móveis e integrados;

XXXI – a Igreja Matriz de São Bartolomeu, inclusive o acervo de bens móveis e integrados, e os elementos do Adro, como muretas em pedra e outros;

XXXII – o Chafariz em ferro na Rua Espírito Santo;

XXXIII – o Chafariz em ferro na Rua do Carmo;

XXXIV – o Chafariz em alvenaria de tijolos e pedra, na Rua do Carmo;

XXXV – o Coreto no Adro da Igreja Matriz de São Bartolomeu.

§2º Para fins de caracterização do Núcleo Urbano de São Bartolomeu, nos termos deste Decreto, incluem-se o traçado urbano, os passeios em pedra, o calçamento em pedra irregular, os oratórios e as ruínas em pedras.

Art. 2º Os bens relacionados neste Decreto ficam sujeitos às diretrizes de proteção estabelecidas pelo procedimento administrativo 207/05 e pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto, Patrimônio Cultural da Humanidade, 8 de fevereiro de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 634 DE 16 DE MARÇO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico, denominado "Arrimo Curvo e Galeria – Conjunto Calixto", situada á Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Ouro Preto/Ouro Branco, Km 14.00, Minas Gerais, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, ficando a mesma sujeita ás diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Revoga-se o decreto nº 411 de 29 de novembro de 2006 .

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 16 de março de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 632 DE 16 DE MARÇO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico do "Bueiro Conjunto Calixto", situada á Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Ouro Preto/Ouro Branco, Km 14.10, Minas Gerais, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, ficando a mesma sujeita ás diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Revoga-se o decreto nº 413 de 29 de novembro de 2006.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 16 de março de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 636 DE 16 DE MARÇO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico do "Bueiro Serra do Itatiaia", também denominado "Galeria de Drenagem Serra do Itatiaia", situada á Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Ouro Preto/Ouro Branco, Km 11.60, Minas Gerais, Por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, ficando o mesmo sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Revoga-se o decreto nº 410 de 29 de novembro de 2006.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 16 de março de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 635 DE 16 DE MARÇO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico do "Chafariz Dom Rodrigo de Menezes", situado à Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Cachoeira do Campo-Ouro Preto. Latitude - 20º21'22" longitude 42º34'46" coordenadas UTM/ Córrego Alegre, Minas Gerais, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, ficando o mesmo sujeito às diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruído, mutilado ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 16 de março de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 633 DE 16 DE MARÇO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05. **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico da "Ponte do Calixto", situada á Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Ouro Preto/Ouro Branco, Km 14.60, Minas Gerais, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, ficando a mesma sujeita ás diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Revoga-se o decreto nº 412 de 29 de novembro de 2006 .

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 16 de março de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de A. Santos
Prefeito de Ouro Preto

DECRETO Nº 637 DE 16 DE MARÇO DE 2007
Homologa o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo de bem declarado de valor histórico, artístico e arquitetônico.

O Prefeito Municipal de Ouro Preto, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal nº 17/02, e, nos termos do art. 11 do Decreto 59/05. **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural que aprova a inscrição no livro do Tombo Histórico, Artístico e Arquitetônico da "Ponte Caveira", situada á Rodovia denominada Estrada Real – Trecho Ouro Preto/Ouro Branco. Km 10.70, Minas Gerais, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, ficando a mesma sujeita ás diretrizes de proteção estabelecidas pela Lei nº 17/02, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, e aprovação da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Revoga-se o decreto nº 409 de 29 de novembro de 2006 .

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto Patrimônio Cultural da Humanidade, 16 de março de 2007, duzentos e noventa e cinco anos da Instalação da Câmara Municipal e vinte e seis anos do Tombamento.

Angelo Oswaldo de A. Santos
Prefeito de Ouro Preto